

Vania Conselheiro Sequeira

**Vidas Abandonadas:
crime, violência e prisão**

**Programa de Estudos Pós Graduated em
Ciências Sociais**

**PUC - São Paulo
2005**

Vania Conselheiro Sequeira

**Vidas Abandonadas:
crime, violência e prisão**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de **Doutorado** em Ciências Sociais sob a orientação do **Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho**.

**PUC - São Paulo
2005**



Ensaio Fotográfico: Arquipélago da conformação - CRP/SP

"E de repente o resumo de tudo é uma chave"

Carlos Drummond de Andrade

Banca Examinadora

Dedicatória

Aos presos, pela generosidade de partilharem as vicissitudes de suas vidas, sem a qual esta pesquisa não seria viável.

Agradecimentos

A **Edgard de Assis Carvalho** pelas orientações valiosas, por instigar-me a superar minha formação disciplinar e alçar vôos em busca de novos horizontes; principalmente pelo afeto que tornou prazerosa esta pesquisa.

À **Lucia Helena Vitalli Rangel e Isabel da Silva Kahn Marin**, membros da banca de qualificação, pelas considerações e oportunidade de reflexão sobre os caminhos desta pesquisa.

À **Profa Caterina Koltai** pelas disciplinas ministradas que embasaram teoricamente muitas discussões desta tese.

À **Regina Fabbrini** pelo incentivo e leitura de cada caquinho deste mosaico.

Aos amigos, de maneira especial a **Paulo, Cidinha, Ívena e Mônica** por partilharem de minhas angústias em diversos momentos deste trabalho.

Aos colegas do Núcleo de Estudos da Complexidade, **Complexus**, pelas discussões enriquecedoras e pelo compartilhar de experiências.

À minha **família**, pela pertença.

Em especial, **ao meu companheiro**, por tudo que vivemos, pela presença atenta e amorosa; também pelas discussões sobre cada detalhe deste trabalho.

À minha **analista**, pela marcas de uma filiação.

Ao **CNPq**, pelo financiamento parcial desta pesquisa.

RESUMO

O objeto desta tese é o crime e a pena de prisão. Sabemos que as prisões, além de serem desumanas, não atingem suas metas de ressocialização e reinserção social. Aliás, as críticas às prisões não são recentes e há produção teórica suficiente para a compreensão de seu fracasso, ou de seu sucesso, como forma de exclusão; porém, é preciso ir além desta constatação. A reinserção por meio da exclusão é uma *incoerência* a ser decifrada e quiçá superada. Esta tese tem como objetivo contribuir para uma compreensão do crime e da pena de prisão na sociedade atual, a partir de entrevistas e atendimentos de orientação psicanalítica realizados em uma penitenciária de São Paulo. Os sujeitos da pesquisa são homens presos, em sua maioria jovens, pobres, com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, oriundos da periferia da cidade. O referencial teórico é composto pelo diálogo entre a psicanálise e outros saberes das ciências humanas. Na prisão, em nome da lei, encontramos homens abandonados, submetidos a uma lógica de exclusão que antecede sua entrada na prisão. O crime tem aspectos psicológicos relacionados ao funcionamento do sujeito; porém, nesta tese, o crime é entendido como uma resposta ao contexto social, que não cumpre seu papel de garantir filiação e pertencimento a todos os seus membros. Vivemos sob um desmentido do contrato social, que garantiria um lugar a todos os sócios. Nesse sentido, perverso é um sistema que se solidifica pela lógica da exclusão e da exceção.

Palavras-chave: crime – prisão -violência – perversão social – psicanálise - complexidade

ABSTRACT

The object of this thesis is crime and prison punishment. We know that prisons, beyond being inhuman, do not reach its socialization and social insertion targets. Besides, critics to prisons are not new and there is enough theoretical production for the comprehension of its failing, or of its success, as a form of exclusion; but, it is needed to go far from this confirmation. Insertion through the exclusion is as *incoherence* to be deciphered and maybe overcome. This thesis has the objective of contribute for comprehension of crime and prison punishment in modern society, beginning with interviews and attendance of psychoanalytic orientation made in a penitentiary in Sao Paulo. The individuals of the research are prisoner men, young in its majority, paupers, with small scholarship and professional qualification, natives of the periphery of the city. Theoretical reference is composed by the dialogue between psychoanalysis and others human science understandings. At prison, in the name of law, we found abandoned men, subjugated to an exclusion logic that antecedes their entrance in prison. Crime has psychological aspects related to the individual functioning; but, in this thesis, crime is understood as an answer to social context, that does not fulfill its role of guarantee affiliation and that all their members pertain to it. We leave under a denial of the social contract, which should guarantee a place to all their partners. In this sense, perverse is the system that solidifies itself by the exclusion and exception logic.

Keywords: crime – prison - violence – social perversion – psychoanalysis - complexity

SUMÁRIO (versão impressa)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	01
CAPÍTULO I	
Dias de Prisão	15
Ressonâncias.....	28
CAPÍTULO II	
Vidas Abandonadas	35
O criminoso, um homo sacer: bandido, abandonado, estrangeiro.....	45
CAPÍTULO III	
Narrativa de Paulo	53
Ressonâncias.....	91
CAPÍTULO IV	
Família e Pertencimento	98
História da família.....	99
Família no Brasil.....	107
Diferentes configurações familiares.....	117
Família, filiação e pertencimento.....	123
CAPÍTULO V	
Perversão Social	133
Pedro e o lobo.....	140
O desmentido do contrato social.....	152
Consumo e imperativo do gozo.....	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
BIBLIOGRAFIA	168

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho é uma continuidade tanto de minhas pesquisas, quanto de meu trabalho na área penal. Em 1995, recebi um convite para participar de um grupo de trabalho formado por representantes de Secretarias de Estado, com o objetivo de estudar alternativas à prisão. Esse grupo tinha como tarefa encontrar caminhos para a *humanização* das penas e contribuir para transformações no sistema penal. A partir desse grupo, que se reuniu entre 1995 e 1997, participei da elaboração, implantação e coordenação de um Programa Estadual de Penas Alternativas, que está funcionando desde outubro de 1997 e possibilitou o atendimento a 13.801 prestadores de serviços à comunidade no Estado de São Paulo¹.

As penas alternativas à prisão são formas de punição que evitam o aprisionamento. Existem, no Código Penal Brasileiro, desde 1984, dois tipos de penas alternativas: a multa e a restrição de direitos, sendo que esta última se divide em três: restrição de fim de semana, suspensão temporária de direitos e prestação de serviços à comunidade. Em novembro de 1998, foi sancionada a Lei 9.714/98, ampliando as modalidades de penas alternativas e suas formas de aplicação.

¹ Dados internos da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo em 03/08/2005.

Entre 1997 e 2001, coordenei o Programa Integrado de Prestação de Serviços à Comunidade: Pena Alternativa à Prisão – como representante da SERT ². Esse Programa foi elaborado com o objetivo de possibilitar a aplicação da lei e garantir atendimento ao sentenciado e local para o cumprimento da pena, evitando o encarceramento nos casos em que a lei permitia, contribuindo para humanização das penas. Esse Programa tinha como objeto somente um tipo de pena alternativa: a prestação de serviços à comunidade. Essa modalidade de pena é utilizada pelo Poder Judiciário, quando alguém comete um delito leve e, ao invés de cumprir pena na prisão, faz o ressarcimento do dano causado por meio da prestação serviços à comunidade. Ela é indicada nos casos considerados de baixa periculosidade, quando os réus são primários e não representam perigo à sociedade. De acordo com a lei, a pessoa deve prestar serviço à comunidade, durante o período indicado pelo juiz, devendo cumprir 08 horas semanais, fora do seu horário de trabalho, sendo que o serviço prestado deve ser gratuito, não podendo ser remunerado. Vale ressaltar que essa pena é cumprida em liberdade.

A partir do trabalho no referido Programa, realizei minha pesquisa de mestrado, enfatizando a forma como os prestadores de serviços à comunidade vivenciavam a pena e as conseqüências emocionais e sociais desse *novo* tipo de penalização. O referencial teórico utilizado foi a psicanálise de orientação lacaniana. Realizei entrevistas com pessoas que cumpriam a prestação de serviços à comunidade. As principais conclusões a que pude chegar remetiam para uma ambigüidade na relação com o delito, tanto no homem que o cometia, como na sociedade em geral, apontando uma fragilidade na lei simbólica, que constitui a subjetividade e sustenta as relações sociais. No que se refere à

² Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Governo do Estado de São Paulo. Esse Programa resultou de uma parceria dessa secretaria com o Poder Judiciário e com a Secretaria da Administração Penitenciária.

pena, ela é uma marca do pai, uma interdição que emana do social e pode ser oriunda de um pai cruel (da horda) ou simbólico³, o que traz conseqüências bem diferentes. O trabalho realizado mostrou que, se tivermos como referência o pai simbólico, a pena pode ser entendida como marca possibilitadora para o sujeito incluir-se na lei, uma nova chance ofertada à pessoa, por meio da convocação do sujeito que nela existe.

No desenvolvimento do mestrado, deparei-me com questões mais amplas como a necessidade de um aprofundamento sobre outro tipo de pena, a prisão, seu lugar social; o papel ético das ciências humanas frente ao sistema penal atual; o crime na relação com o indivíduo e com o coletivo; a dinâmica psíquica do sujeito e o lugar do crime para ele e para a sociedade. Por outro lado, o número crescente de pessoas presas⁴ me fez pensar que havia algo maior do que as *escolhas* individuais.

Resolvi dar continuidade a esse estudo no doutorado e aprofundar-me, tendo a prisão e o homem condenado à pena privativa de liberdade como objeto de estudo. Mantive a psicanálise como eterna companheira de viagem, mas senti necessidade de ampliar a concepção de crime e de pena, na relação do indivíduo com a sociedade. Fez-se necessário ultrapassar fronteiras.

Meu ingresso nas Ciências Sociais se deu pelo Núcleo de Estudos da Complexidade, *Complexus*, sob a coordenação de Edgard de Assis Carvalho, lugar de acolhimento, terreno fértil para o pensamento. O conhecimento compreendido de forma totalizante e transdisciplinar nos leva ao grande desafio de produzir pesquisas e estudos que não fragmentem o objeto, que consigam reunir e integrar diferentes saberes. O desafio de pensar um fenômeno de forma aberta, abrangente e flexível leva a uma nova

³ Dispositivo definido a partir do Édipo. A interdição do incesto é compreendida como protótipo da Lei, porque interdita os pais e coloca o sujeito sob o ordenamento da cultura.

⁴ Atualmente, no Brasil, temos 249.124 pessoas com pena de prisão em cumprimento, sendo 131.240 em São Paulo. Dados internos do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da Justiça) em 12/2004.

concepção de conhecimento que aceita incertezas, dúvidas, incorpora o novo, sem negar as contradições, a multiplicidade.

O pensamento complexo considera a ordem e o determinismo bases insuficientes para a produção de conhecimento, que deve ser entendido como um conjunto interativo, um sistema em rede com saberes entrelaçados, por vezes, contrários e antagônicos, num jogo entre ordem, desordem e organização. (MORIN, 1998). É o fim da arrogância do saber absoluto e total: “A realidade é feita em laços e interações, nosso conhecimento é incapaz de perceber o *complexus*, o tecido que junta o todo” (MORIN, 1997, p. 175).

Aceitei a idéia de tentar produzir uma pesquisa que não se limitasse a reproduzir os saberes instituídos e buscasse ampliar os horizontes, de forma crítica, lidando com conflitos, contradições, incertezas que fazem parte do fenômeno estudado, sem escamoteá-los; sabendo, *a priori*, que esta pesquisa busca contribuir para a compreensão do fenômeno estudado, sem a pretensão de esgotá-lo.

O tema desta pesquisa é complexo em si mesmo. Explicações *sociologizantes* ou *psicologizantes* para o crime não faltam. Compreender o comportamento criminoso, a partir de fatores sociais ou dos famosos distúrbios de personalidade, sempre me pareceu frágil, pois fragmenta o fenômeno, em vez de possibilitar uma compreensão maior dele, o que se afasta dos meus objetivos. O mesmo ocorria com a penalização, cujas explicações iam de uma compreensão sobre uma suposta falha *superegóica* do sujeito até políticas de controle e disciplina social. Claro que esses são fatores a serem levados em conta, mas algo significativo na tessitura do fenômeno se perde quando escolhemos, *a priori*, uma concepção que estreite o caminho da investigação e leve à fragmentação do conhecimento. Morin (1990) alerta que a sociedade produz o indivíduo, mas quando focalizamos os indivíduos, a sociedade perde essa força. Por isso devemos trabalhar

com esse antagonismo, intrínseco à relação homem-sociedade, como instâncias não redutíveis uma a outra, mas interligadas entre si, sem fronteiras nítidas. O homem é compreendido, neste trabalho, como um sujeito responsável por suas escolhas, nem sempre racionais, mas permeado por uma autonomia interdependente da sociedade em que vive.

Esta tese tem o objetivo de contribuir para uma compreensão crítica do crime e da pena de prisão na sociedade atual, questionando algumas idéias preconcebidas sobre o tema, dando voz àqueles que vivem nas prisões, possibilitando, assim, um maior entendimento do fenômeno estudado. Os sujeitos da pesquisa são homens presos no sistema carcerário da cidade de São Paulo. São homens comuns, em sua maioria jovens, oriundos da periferia da cidade, pobres, com baixa escolaridade e com pouca ou nenhuma qualificação profissional. É importante prestar atenção a este perfil porque existem crimes cometidos por pessoas com perfis diferentes deste apresentado, que não serão objetos deste estudo.

Fiz questão de estabelecer um contato prolongado com o campo de pesquisa; iniciei a coleta de dados logo que terminei os créditos obrigatórios. Realizei atendimentos a presos, semanalmente, em uma unidade prisional de São Paulo, durante dois anos e meio. Deixei-me guiar por questões que surgiram a partir dessa relação, contínua e longa, com o campo de pesquisa.

Ao transformar essa experiência numa tese de doutorado, preoquei-me com o modo pelo qual apresentaria e discutiria os dados. Optei, com todos os riscos implicados numa opção, por construir um texto cuja base fosse múltipla, composta por narrativas e por discussões teóricas. Deixei-me guiar pelos atendimentos que realizava e pelas histórias que escutava. A partir dessa vivência, selecionei temas que deram origem

aos capítulos teóricos que se intercalaram às narrativas. Optei por não fazer uma análise clássica de dados ou apresentação de casos, como na tradição psicanalítica. Pretendi *dar voz* aos presos e, as histórias ouvidas tomaram a palavra, literalmente, dando origem às narrativas. Nos capítulos teóricos, desenvolvi temáticas presentes nas histórias dos presos, associadas à criminalidade pela comunidade científica, pela sociedade ou pelos profissionais das ciências humanas que atuam na área penal. Eles foram definidos a partir de idéias ou pré-conceitos presentes na discussão sobre o crime e a penalização. Busquei a desconstrução de saberes instituídos e geralmente difundidos com status de *verdades* psicológicas ou sociológicas.

O tema, polêmico e maldito, causa repulsa, ódio, fascínio, vicissitude. Quando busco explicações, ele fica longe, abstrato, pouco nítido, mas melhora o foco, troco a lente e ele retorna, fica mais claro; às vezes aos pedaços, fragmentos, meias verdades, que se juntam como num mosaico de histórias de homens que vivem o aprisionamento. Entre eles, encontramos os que não se identificam com seus feitos e sofrem angustiados com as conseqüências de seus atos; outros, plenamente identificados, para os quais o crime dá uma identidade; mas encontramos, sobretudo homens humilhados, em verdadeiro estado de abandono, abandono esse anterior a prisão. As possibilidades de relação do homem com o crime e com a sociedade são diversas, assim como são diversas as relações da sociedade com o crime. Fiz a junção de algumas peças, um pequeno mosaico. Existem outros caminhos, esta tese não pretende esgotar o assunto, nem dar conta de responder sobre o crime em todas as suas manifestações; mas se propôs a ouvir e compreender a relação de homens *comuns*, que aumentam as estatísticas do sistema prisional, com o crime e com a pena de prisão.

A leitura deste trabalho não precisa ser linear, não necessita seguir a seqüência lógica formal. Os capítulos se entrelaçam e formam combinações possíveis, como as diferentes facetas dessa temática. Poderia acrescentar novas peças a esse mosaico, formar novos desenhos. Apresento-lhes uma combinação possível entre as facetas da relação entre o crime e a sociedade.

Apesar dos capítulos não seguirem uma ordenação rígida, precisei organizá-los de alguma forma. O início conduz o leitor à cena estudada. O primeiro capítulo, *Dias de prisão*, foi feito em forma de diário para dar ao leitor a experiência da prisão, colocá-lo em contato com detalhes vividos lá dentro, difíceis de serem explicados, o que dá uma dimensão mais realista sobre a pena de prisão. Dostoiévski foi o inspirador dessa construção. Nele, a prisão se apresenta como uma fábrica de *desumanização*, um depósito daquilo que não tem valor na sociedade, de vidas que valem menos que outras. Ela produz a delinqüência, transforma o infrator em delinqüente e podemos ver esta fabricação pelo processo de institucionalização. A prisão não cumpre o papel ressocializador e reabilitador a que se atribui a sua existência; pelo contrário, os altos índices de reincidência⁵ demonstram que ela produz rupturas significativas dos laços sociais. Alguns chamam esse processo de *prisionização*, pois os internos adquirem hábitos e valores condizentes com o ambiente prisional, cuja ética e moral diferem dos valores socialmente incentivados. O confinamento se transforma numa maneira de neutralizar uma parte da população excedente, provocando estrategicamente, rupturas com o trabalho, com uma identidade social, com pessoas afetivamente significativas, com tudo que tinha valor antes da prisão. Então, após o aprisionamento, e suas

⁵ Reincidência criminal de 42% (população carcerária masculina) e 35,3% (população carcerária feminina), de acordo com último Censo Penitenciário – Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

estratégias de aniquilamento do eu, temos um novo homem, *desenraizado*, sem trabalho, sem família.

Realizar atendimentos num lugar como esse é se dispor a escutar o inaudível. Nesses anos de pesquisa sempre fiz a mesma constatação: a prisão é um lugar de horror, de total invisibilidade, um lugar de aniquilamento do homem, de aprisionamento do ser. As condições são desumanas, ninguém confia em ninguém, ninguém garante quem estará vivo amanhã, um lugar fora da lei. Em nome da lei e de um suposto tratamento penal, encontramos homens abandonados, em bandos, excluídos, sem lugar, embora incluídos pela lei. Por isso, a discussão fundamental do segundo capítulo, *Vidas Abandonadas* enfatiza a lógica de exclusão-inclusão que embasa o Estado e a lei. Trata-se de um paradoxo do estado de exceção, já que nele é impossível distinguir a transgressão da lei e a sua execução, que coincidem, produzindo resíduos como a prisão.

O eixo central dessa reflexão foi o conceito de homo sacer proposto por Agamben (1995). A definição de homo sacer está diretamente relacionada a essa dupla exclusão do terreno dos homens e dos deuses, criando uma zona de indistinção e abandono. Esse estado de exceção circunda um paradigma político do ocidente; é o fundamento oculto sobre o qual repousa o ordenamento político. Agamben compreende a exceção como uma espécie de exclusão, um caso singular à margem das normas gerais, mas que mantém uma relação com a norma, na forma de suspensão. A exceção é *ex-capere*, capturada por fora, e não apenas excluída. A criação de um estado de emergência permanente como prática essencial do governo, legaliza o ilegal pela exceção permanente.

Agamben ratifica a tese de Badiou, de que o estado não se forma sobre um liame social, mas sobre sua dissolução. Indica uma estrutura ontológica do abandono, tanto na

atualidade, como na história do ocidente, entendida como tempo do abandono. O banido é abandonado fora de uma jurisdição. Há uma ambigüidade semântica e política no abandono. O que foi posto em bando foi remetido à própria separação, à mercê de quem abandona, excluído e incluso, dispensado e capturado: “é esta estrutura de bando que devemos aprender a reconhecer nas relações políticas e nos espaços públicos em que ainda vivemos” (1995, p.117). A vida sacer é a vida do *bandido* e de muitos abandonados; uma vida no abandono é uma vida sem valor que, ciclicamente, nos remete ao horror. Severino (e outros tantos, com mesmo nome de pia...) é um abandonado, estrangeiro, não faz parte da *malandragem* da cadeia e nem da *boa sociedade*; vive num lugar entre lá e cá, incluído pela exclusão, pertencendo sem pertencer. Uma constatação é inevitável: a ausência de lugar mata o homem em vida.

Quando me ponho a escutar, é verdade que escuto histórias cruéis, mas também histórias tristes, de abandonamentos, maus-tratos, sonhos que não puderam sequer ser sonhados, vidas que nada valiam; aspectos que, acredito eu, contribuíram para que emergissem neles esses *homens-fera*, duros, cruéis, frios, que violam os direitos dos *outros*, dos *bons cidadãos*. Construí o terceiro capítulo, *Narrativa de Paulo*, com uma *história de vida*, para que o leitor tenha a oportunidade de entrar em contato a história de um preso, contada por ele mesmo.

Paulo parece um barco à deriva, com momentos de calma e momentos de tempestade; está sempre sozinho, sem rumo definido. Ninguém assumiu o controle do barco, nem na sua infância. Ninguém soube da criança que saía pra vender sorvetes e ficava horas fora de casa, da criança que apanhava na escola, que repetiu o ano por cabular aulas, na 1ª série do ensino fundamental. Ninguém interferia em suas atividades, no que fazia, com quem andava, por onde ia. Um adolescente à deriva, em busca de sua

história, mergulhado no enredamento das histórias familiares, filho de uma mulher que o cria sozinha. Significativa a busca desse rapaz pelo pai, por traços desse pai, sejam físicos ou de temperamento ou na busca por limites, até o encontro com a lei na forma de aprisionamento. A relação dele com sua família nos remete à discussão sobre o papel da família na criminalidade

No quarto capítulo, *Família e Pertencimento* tive como objetivo refletir sobre a culpabilização da família frente aos fracassos de seus membros. No discurso dos profissionais das ciências humanas, é comum uma relação causal entre família desestruturada e personalidade criminosa.

A História e a Antropologia nos mostram que há um movimento na organização da família, que ela funciona como elo entre o indivíduo e o coletivo, dando sustentação para o novo membro da comunidade, transmitindo-lhe valores daquela cultura em que está inserido, dando-lhe pertencimento; assim como, a família sustenta a própria comunidade, que só pode se manter viva quando seus valores são vivenciados e transmitidos. A família está em processo contínuo de transformação. Podemos ver que existem diversas configurações familiares, em diferentes culturas, que mostram a prioridade do laço social, de leis simbólicas, que sustentam a filiação e o pertencimento, não tendo como base apenas a ordem biológica.

Importante é que a família, independentemente da sua configuração concreta, possa garantir a filiação simbólica, o laço social pelo qual a sociedade inscreve a criança em sua rede simbólica. Tradicionalmente, a psicanálise entende a família como lugar fundamental para o desenvolvimento da criança, por meio da estruturação edípica, e junto com ela, a identificação sexual do indivíduo e, mais que isso, múltiplas identificações (com determinadas características, interesses, habilidades, dificuldades,

sucessos, fracassos) que formarão uma combinação única, que aparecerá no indivíduo como sua *identidade*.

Ser filho de alguém significa ter uma herança material e simbólica. A filiação define um lugar familiar e social, carregamos junto com o nome, uma história, um lugar no desejo do outro. Ser filho de alguém deixa marcas, fundamentais para estruturação de um sujeito; há um trabalho de subjetivação a ser feito por cada um de nós, que nos torna únicos, mas também nos une aos que nos precederam e nos permite fazer laços sociais. Filiação é sempre social, porque implica num reconhecimento do lugar da criança na família e na sociedade, e fica a questão: que lugar social estamos oferecendo às crianças?

Ao olharmos para as periferias dos grandes centros urbanos, encontramos muitas pessoas sem trabalho, casa, condições mínimas de saúde, educação, cultura, pessoas que lutam pela sobrevivência, sem motivos para acreditar que o amanhã será diferente. Penso que não há garantias de pertencimento iguais a todas as pessoas. Candido refere-se a *massas anômalas*, que foram formadas, desde o processo de colonização, constituídas por filhos ilegítimos e excluídos do seio familiar, sem sustentação econômica e social. Heretier concentra sua argumentação nas conseqüências do não reconhecimento da filiação, na recusa em dar uma identidade. A família não consegue sustentar sozinha um lugar que não está sustentado socialmente. Ela não pode oferecer garantias de pertencimento sem respaldo social. O que vejo na família são ecos de uma fragilidade que a transcende.

Foi pensando na *desfiliação* como uma violência simbólica que desenvolvi o quinto capítulo, *Perversão social*, cuja finalidade é ampliar a discussão psicanalítica sobre perversão.

Freud fez avanços significativos para a compreensão do tema. Ele retira as perversões da discussão confusa sobre aberrações sexuais ligadas às causas degenerativas e lhes dá um estatuto de expressão de uma posição subjetiva, com isso dá status de estrutura para a perversão e dá ao fetichismo o status de modelo de funcionamento desta estrutura, embora o termo estrutura só seja cunhado mais tarde por Lacan. Há uma dificuldade em admitir a castração materna, esse horror a castração, sua recusa é o traço comum das perversões. O objeto eleito pelo perverso é aquele que esconde a falta, é dado a partir da relação do sujeito com a castração, desmentindo-a.

Na concepção lacaniana de perversão, existe uma alienação porque o sujeito está grudado no desejo da mãe, de forma mais acentuada do que o neurótico. Num primeiro momento, mãe e bebê formam um todo fusional, a mãe não tem o falo; logo seu bebê o é. Ser o falo para preencher a falta da mãe causa angústia, a mesma de ser engolida por ela. O desmentido funciona como centro nesta estrutura, numa vertente imaginária, o fetiche funciona como proteção contra a angústia da castração e solução para o problema da falta. Podemos compreender o perverso dominado pelo fantasma da mãe fálica, condenado a esse lugar de sustentação do falo desafiando a lei do pai, o que abre as portas para a transgressão, o desafio à lei, para a postura perversa, desafiadora, provocadora, de quem se comporta como detentor do falo. Apresentei uma narrativa, *Pedro e lobo*, para ilustrar o entendimento da estrutura perversa para além da discussão sexual.

A partir de minha experiência, pude enxergar a perversão como um mecanismo amplo, atuando como sintoma social e não apenas no âmbito individual. Freud e Lacan apontam a *verleugnung* como mecanismo de defesa do perverso frente à castração. Entendo a *verleugnung* como um desmentido da castração que aparece no âmbito social.

Vivemos um desmentido socialmente em dois aspectos complementares: o desmentido da castração, pelo imperativo do gozo, pela ilusão de preenchimento da falta constitutiva da subjetividade com objetos fálicos, geralmente passíveis de consumo, aos quais os presos (de uma forma que lhes é peculiar) tentam ascender; e o desmentido do contrato social, o engodo de que nós formamos um todo, onde cada sócio participa, cedendo um pouco, em nome do bem comum, onde cada um abre mão da satisfação pulsional irrestrita, e assim participa da sociedade, da construção de um coletivo.

O crime tem aspectos psicológicos, pode ser uma resposta à castração, pode se inscrever numa lógica de funcionamento do sujeito como sintoma ou atuação. Porém, nesta tese, o crime é entendido, sobretudo como uma resposta ao social, que não cumpre sua promessa, que nos deixa submersos numa mensagem dúbia: somos todos iguais e temos direitos à vida, educação, saúde, trabalho, cidadania, pertença social ao mesmo tempo em que não somos tão iguais assim: alguns conseguem ter seus direitos preservados, enquanto outros ficam à margem deles. Vivemos sob um desmentido: existe o pacto social, que não se efetiva, porque a lógica que se efetiva é a da exclusão e da exceção.

O ato delinqüente pode ser compreendido como um ato simbólico, que se reveste de esperança, se ouvirmos que há um pedido de reconhecimento, uma busca do pai simbólico, decorrente de uma fragilidade na filiação, já que o pacto social não sustenta o pacto edípico. Não estamos aqui defendendo que o crime é consequência direta da pobreza; estamos afirmando que há relação entre filiação, pertencimento, laço social e ato criminoso. Entendemos por ato criminoso não apenas o roubo, furto, homicídio, mas também não oferecer filiação e pertencimento a grande parte da população. Um Estado que não dá essa sustentação ao sujeito é perverso. Por isso, acreditamos que um

caminho significativo para diminuir a criminalidade é investir em tudo que favoreça a cultura, que dê ao sujeito um lugar social, que garanta sua pertença à sociedade na qual vive.

CAPÍTULO I

Dias de Prisão

O bom uso da memória é aquele que serve a uma causa justa, e não aquele que se satisfaz em reproduzir o passado. Tzvetan Todorov

A prisão tem uma grande muralha, tudo é cinza e opressivo; mesmo quando estamos no pátio, nem notamos o azul do céu, tudo continua cinza. Imagine um grande pátio de duzentos passos de comprimento e cento e cinqüenta de largura, um retângulo irregular. Em volta, muros e portões. De um lado do portão, a liberdade luminosa; de outro, uma vida fantasma. Leis, hábitos especiais, uma casa *morta-viva*. Lugar sombrio, vida de um lado, fantasmas de outro.

Dentro da prisão, atrás das grades, não temos controle sobre o ir e vir; na verdade, nem sobre nossa própria vida. Temos portões e guardas; muitos portões e guardas; estranha a sensação que portões e guardas provocam. Percebemos que não mandamos no nosso destino e que só entramos e saímos de onde eles querem e quando querem. Eles nos lembram, a cada instante, o poder concreto de um homem sobre outro homem, ou melhor, dos pequenos e podres poderes do cotidiano desse lugar sombrio.

Difícil essa vida coletiva imposta, visivelmente conflitante, nem sou capaz de imaginar o horror de nunca estar só, nem por um minuto.

Encontramos homens presos por crimes diversos: furtos, roubos, latrocínio, tráfico, homicídios acidentais ou intencionais. E, no entanto, muitos têm uma história confusa, nebulosa como se fosse uma incógnita o que os trouxe ali. Os presos não falam muito do passado. Embora vivam nele, não gostam de falar sobre ele; tentam não pensar. É de bom tom não tocar no assunto, a não ser que eles iniciem a conversa.

Existem presos alegres e despreocupados, mas a maioria tem o rosto tenso, contraído e fica calada, de olho em tudo que acontece. A *curiosidade* adquire características peculiares, numa situação de ausência de privacidade. Tudo que acontece é presenciado por outros presos, que fingem que não estão ali, para ficar de olho em todo e qualquer acontecimento.

Há uma semelhança entre os membros dessa grande família: *as calças bebes* colocam todos numa mesma categoria e cumprem a fundamental tarefa de separar quem é funcionário e quem é preso; elas demarcam fronteiras que, num convívio mais aprofundado, sabemos absolutamente tênues. Muitos presos tentam se destacar por uma personalidade mais forte, num esforço para garantir singularidade. Há uma dignidade que nenhum preso pode abandonar; a condição de preso dá um título, um certo status. São homens marcados pelo crime e isso quase impõe respeito por si só. Arrependimento e vergonha só aparecem diante de algumas circunstâncias especiais: visitas religiosas e avaliações técnicas; mas eles são gentis e diante de um *neurótico muito angustiado*, eles falam do tão esperado arrependimento.

Encontramos homens fortes, simples, rudes e também homens preocupados demasiadamente com sua aparência, numa vaidade excessiva que, pouco a pouco, desvendamos. Um homem não pode ser desleixado numa situação dessa; os cuidados

com suas roupas, com seu cabelo e barba apontam que ele ainda não se entregou, não sucumbiu.

Todo mundo comenta e sabe da vida de todo mundo. Os confrontos e insultos são absolutamente corriqueiros e, por meio deles, há uma delimitação de território. A intriga, a inveja e o ódio ocupam muito daquelas vidas. A troca de informações sobre os presos que chegam também serve para delimitar fronteiras, formar panelinhas e subgrupos, já que não escolheram estar todos sob o mesmo teto e se estranham bastante.

Existem muitos objetos, dentro da prisão, que são proibidos e que lá estão apesar de todas as buscas e apreensões. Mesmo na prisão, é possível obter bebidas, maconha, crack. Tudo que é proibido e ilegal circula com facilidade. A administração não ignora nada disso e faz algumas apreensões; os presos não reclamam de algumas punições; existe um pacto, que mantém tudo como está. Tudo é vendido e revendido na prisão: roupas velhas, objetos diversos, tudo tem seu valor redobrado ali dentro; é ele que acentua diferenças. Também se gasta com facilidade; muitos dizem que não vale a pena guardar dinheiro por muito tempo; não sabem o dia de amanhã e podem ser roubados, ou ter o dinheiro apreendido. Há um prazer em gastar tudo que se tem em bebidas, drogas, comidas, porque isso dá uma sensação de liberdade, de poder fazer o que se quer, uma ilusão de reconquistar a liberdade perdida, mesmo que por um segundo. Existem dívidas pagas pelas famílias, que depositam dinheiro em contas indicadas pelos presos. O cigarro é a moeda local; tudo tem seu valor estipulado em número de maços de cigarro. Há um combinado implícito de que ladrão não rouba ladrão, mas eles não confiam neles próprios. Dormem sempre com um olho aberto.

Há uma certa paixão por desafiar limites e trazer para dentro da cadeia tudo que não deveria estar lá. Há admiração pela astúcia, atrevimento e poder de alguns presos

sobre alguns funcionários. Subornar guardas, conseguir coisas proibidas e mostrar aos outros do que se é capaz, é como sentir-se livre e dono da situação, mesmo que por brevíssimos momentos.

Um preso mantém-se obediente até certo ponto, mas esse ponto não deve ser ultrapassado, pois há muitas explosões de irritação e violência. Alguém que suporta durante anos situações difíceis, de extrema tensão, explode por quase nada. Há um clima tenso, que denuncia que vivem no limite, trata-se de conter-se a todo momento, pois perder a cabeça, ultrapassar esse limite, pode levar a situações de extrema violência.

O famoso sistema celular só atinge um fio enganador, aparente. Suga a seiva vital do indivíduo, enfraquece-lhe a alma, aterroriza-o, e no fim, depois de anos, muitos anos: restos do humano.

Houve uma peça de teatro que foi encenada à noite, no presídio antigo do Hipódromo⁶. À noite, a cadeia consegue ser ainda mais sombria do que de dia. Dizem que ela é agitada: *estamos todos esmagados por dentro e por isso gritamos de noite*. Um silêncio ensurdecedor.

Quando a cadeia está quieta demais, algo vai acontecer. É esquisito, mas, com o tempo, se aprende a sentir a cadeia. Os que lá trabalham cotidianamente falam disso; é como se ela pulsasse e pudéssemos sentir quando algo altera seu ritmo normal. Tem dias que o ar fica pesado e é difícil respirar.

Efetivamente, seres arrancados de suas vidas e relações não poderiam viver normalmente, naturalmente, como se nada tivesse acontecido. Esse lugar morto-vivo potencializa aspectos que nem eles sabiam existir. Sem trabalho, longe das pessoas de

⁶ Teatro da Vertigem, 2002.

quem gostam, sem nada que seja seu, o homem pode deixar de ser ele próprio, converter-se em fera.

Existem presos que ficam marcados na memória. Alguns chamam a atenção pelo modo de andar, como se dissessem: estou em casa, mando neste lugar. Outros, andam como se arrastassem seus corpos, curvados, olhando para o nada. Alguns presos realizam trabalhos interessantes, mostram suas habilidades. Todos os presos reclamam da inveja. Dizem que sempre tem alguém de olho no que eles têm, no que sabem fazer, nas visitas que recebem, no que elas trazem. Muitas confusões ocorrem a partir disso.

Há relatos sobre dificuldades na adaptação, no aprender o código de comportamento adequado à cadeia. Dizem que a sabedoria está em: comportar-se com a maior simplicidade possível; ficar independente; não forçar aproximações, mas também não repelir ninguém; não temer ameaças e agir como se não estivesse nem aí; não se aproximar em determinadas rodas, nem se tornar cúmplice em certas situações; fingir que não está vendo, estando de olho bem aberto. De fato, é notório que alguns presos vivem como se não estivessem ali; tudo parece distante deles; parecem submersos num mundo subterrâneo.

O poder de alguns homens sobre outros se dá pela força, mas também por vias sutis como a imposição de tarefas sem sentido, por exemplo, arrumar as estantes de uma biblioteca que nunca vai ser usada. Quando o preso termina a arrumação, é solicitado iniciar de novo, com outros critérios e assim, sucessivamente, num trabalho interminável. E ele não deve demonstrar desinteresse pela atividade de confiança que lhe foi dada! Não deve chegar atrasado e nem aparentar saber da inutilidade de seu trabalho; afinal de contas, bibliotecas em presídios viram cartão postal da administração.

A privação de liberdade, a humilhação de não dispor de autonomia somadas à coabitação forçada torna a vida, no presídio, uma vida de cão.

A alimentação parece apropriada, já que muitos funcionários também se alimentam, espontaneamente, com a comida do presídio. No entanto, são comidas feitas a partir dos mesmos alimentos, porém preparadas em separado. É regra, na prisão, não circular pela cozinha, nem nos corredores, enquanto servem a comida; assim como, ninguém almoça sem camisa. Na cozinha, nada vimos de diferente que chame a atenção. Quando estamos no pátio, próximos da cozinha, sentimos um cheiro horrível, desagradável; difícil saber porque cheira tão mal. Segundo alguns o chão da cozinha é todo oco, cheio de ratos e a dispensa também tem baratas. É comum o *recortado*, ou seja, a comida distribuída pela cadeia, feita por presos que trabalham na cozinha, ser refeita nas celas, o arroz lavado e cozido novamente.

Baratas, ratos, morcegos, pernilongos, mosquitos, aranhas, sujeiras de pombos que entram pelas janelas, tudo isso exige bastante cuidado com a limpeza.

As discussões entre presos são toleradas com boa vontade, parecem até servir de distração; mas, brigas sérias são evitadas porque chamam a atenção e podem atrapalhar a paz entre funcionários e presos. Chegar às vias de fato também tem regras; de preferência, são ocorrências noturnas, algum preso aparece morto no dia seguinte e ninguém viu nada, já que, teoricamente, todos estavam trancados em suas celas. Não compreendia muito bem o prazer que as discussões despertavam, mas era visível o encanto e a satisfação. É importante não esquecer a vaidade, pois o ganhador conquista simpatias.

Na prisão, existem categorias de presos. Ladrão de ninharias é mal visto, laranjas também (pessoas que assumem crimes que não cometeram); os traficantes e ladrões de

banco, quadrilhas organizadas são bem vistos. Por isso, muitos aumentam, na garganta, suas proezas ilegais.

Existem homens com diversas habilidades, sem utilizá-las ou realizando, de vez em quando, alguma atividade, de acordo com seus talentos. Não há incentivo para essas coisas. Existem algumas oficinas, as mais comuns são: costurar bola, montar pregador, reformar carteiras escolares. Alguns presos são chamados para mostrar suas habilidades quando ocorrem visitas de autoridades, apenas nesses momentos.

É difícil falar sobre a cadeia; sensações reais ultrapassam a capacidade de relato. O *clima* da cadeia é enlouquecedor. Um preso avisa que, muitos ficam felizes se puderem provocar, xingar, maltratar e, na primeira oportunidade, aprontar algo que *atrase* (prejudique) a sua vida. *Aqui é assim mesmo, aqui tudo fica pior, é preciso paciência para saber sair das encrencas.* Os funcionários não se metem nessas confusões; aliás, muitos podem incentivá-las por motivos nada fáceis de compreender.

Algumas pessoas chamam a atenção, na cadeia, como um preso com um olhar doce, calmo, olhos claros e luminosos. Sempre conversava com todo mundo e os presos diziam que era a bondade em pessoa. No entanto, havia cometido um crime grave.

O uso de bebidas e drogas chama a atenção. Compram drogas e não compram objetos de uso diário, que fazem falta. Parece que o sofrimento é tão grande que fazer uma festa tem o objetivo de fazer esquecer, mesmo que por um instante, a dor de estar ali, à margem da vida. Muitos gastam com roupas caras; a satisfação de se verem bem vestidos beira a infantilidade e é comum a adoção de comportamentos como de crianças, discutindo pelo pão, bolacha, pela bola ou tênis.

Os funcionários fecham os olhos para negociações e produção de bebidas e sabem muito bem que, se não tolerarem, as coisas podem ficar pior.

Na prisão, também existem os *cabeças de vento*, gente que usa muita droga, faz muitas dívidas, se mete em confusões, não tem ofício e nem estudo. A denúncia é moeda corrente na prisão; a administração sempre tem seus presos de confiança, ou seja, aqueles que sabem de tudo e contam parte do que sabem aos funcionários. O controle da prisão se dá por causa dos delatores, apesar de o delator ser mal visto entre os presos.

Às vezes, é difícil entender como se dá à relação entre pena e crime; não no código penal, mas na sua aplicação prática, porque crimes muitos parecidos, semelhantes em suas características gerais, recebem penas totalmente diversas. É possível encontrar muitos homens nessa situação.

A vivência da prisão tem efeitos diferentes nas pessoas: existem aqueles que vivem, apesar do sofrimento comum a todos, mais à vontade na prisão, que riem, conversam, fazem amigos, e outros que sucumbem, empalidecem, vivem como zumbis.

O medo que os presos despertam nos visitantes e funcionários é grande; porém, só é possível ter acesso a eles se não houver temor; só assim eles se sentem à vontade. São poucos os que circulam pela cadeia sem escolta.

Com suas características de vigilância e controle, é a prisão que cria o perigo. Os presos são pessoas como outras quaisquer; não são os monstros que o aparelho penal ostenta. Tem homens violentos, sem dúvida, mas aqui fora também. É possível ver presos gentis, atenciosos e tranquilos. Não são bonzinhos, mas não são monstros, nem tão diferentes de nós.

A rotina na cadeia é mais ou menos assim: servem o café, por volta das 7:00 - 7:30. Depois, abrem os portões que ligam pavilhões e liberam presos que vão para o trabalho, para a escola ou atendimentos com psicólogos, assistentes sociais, médicos,

advogados (quando estes os requisitam). Às 11:30, os presos vão para suas celas. Às 12:00, servem o almoço. Às 14:00 abrem de novo os portões e presos voltam ao trabalho, escola, etc. Por volta das 16 ou 16:30, dependendo da instituição, os presos vão para seus pavilhões e perto das 17:00 servem o jantar. A tranca é o nome do procedimento de fechar os presos dentro de suas celas e lá recebem a comida.

Existem presos que cumprem a pena com a dignidade que lhes é possível, fazem sua rede de amigos e procuram trabalho, estudo, leitura, grupo religioso ou alguma atividade para se envolver. E existem alguns presos que ficam procurando confusões, como se não tivessem uma vida própria, vivem grudados em outros.

Sempre me chamou a atenção a esperança desses homens em relação ao futuro, à liberdade. Agarram-se a isso e contam cada dia de suas penas. É muito comum dizerem que cumpriram 5 anos, 9 meses e três dias e que faltam 2 anos, 3 meses e 20 dias. Vivem cada dia com essa esperança, com fé no dia da saída e no momento em que poderão retomar suas vidas lá fora, a partir do exato momento em que foram interrompidas.

A vida ali dentro precisa ser vivida com cautela; há uma certa hostilidade no ar e há desconfiança em toda parte. Sempre tem aqueles presos que exercem liderança e que testam os novatos; fazem com que eles tenham que arcar com coisas que não fizeram, criam situações nas quais os novatos tenham que se submeter a eles. A resposta dos recém chegados e seus comportamentos determinarão as amizades e inimizades que terão no presídio. Os presos que têm poder expressam esse poder em gestos, atitudes, num sorriso irônico e deixam claro que não se subordinam a nenhuma lei; eles fazem a lei ali dentro. E perseguem os presos que não aprovam, mesmo que não tenham motivos para isso.

É muito frio na cadeia; deve haver alguma relação com o tipo de construção. É gelado, chega a doer. Vemos presos sem agasalhos, de chinelos, alguns criaram resistência ao frio, explicam que preferem banhos gelados para não sofrerem com correntes de ar; outros não têm mesmo roupas, usam camisetas furadas, calças gastas, cobertores finos.

Muitos se dedicam aos exercícios físicos porque acreditam que isso os manterá em forma e com saúde. Passam horas do dia nisso. Outros passam horas nos cultos religiosos. É preciso agarrar-se em alguma coisa para sobreviver; é o que sempre dizem.

Alguns falam que roubar, furtar é mais forte que sua vontade. Contam suas aventuras no crime como quem conta grandes realizações. Existem aqueles de aparência cordata, tranqüila e que são temidos pelos outros presos; às vezes mais temidos do que aqueles que mataram vários. São pessoas que viviam vidas banais e comuns e, de repente, mataram alguém com quem discutiram ou brigaram. Transpuseram uma linha fatal e a maioria dos presos sabe reconhecer essa sutil diferença entre eles.

Alguns funcionários abusam de seu poder; aproveitam todas as chances de humilhar os presos ou por obterem satisfação com isso, ou por estarem de certo modo embriagados com o poder. A maioria dos funcionários acredita que a cadeia já faz muito alimentando e mantendo vivos os presos. Um preso geralmente respeita a distância que o separa dos funcionários e dos que não cometeram crimes; mas destrato e humilhação os colocam no limbo, como não humanos. Um erro fatal.

As festas religiosas recebem cuidado especial. O natal e o ano novo são extremamente esperados e festejados. É realmente espantoso. Período agitado pelos preparativos para festas com familiares e porque existem presos que ganham a *saidinha* (podem ficar com a família por alguns dias, nesse período de festa, retornando no dia

marcado). A animação dos preparativos e presentes para as festas traz consigo uma esperança de um ano diferente, de uma vida diferente e sempre comentam: *espero não estar aqui no próximo natal*. As festas e seus preparativos têm o poder de resgatar a dignidade e a humanidade deles. É claro que há também revolta por continuarem ali dentro e o clima fica tenso; funcionários ficam mais atentos a possíveis rebeliões e fugas.

Em geral, as relações entre os presos são de certa distância e de muita desconfiança; não sei se chegam a confiar plenamente em alguém, mas são visíveis alguns laços de amizade e solidariedade. Os presos dependem uns dos outros para viverem; dependem de certa negociação para conseguirem uma cela para dormir ou objetos que podem tornar a vida mais viável. Às vezes, são transferidos sem nada; chegam com a roupa do corpo, ganham alguma roupa da instituição, mas precisam de toalha, sabonete, etc. Um preso passa muito aperto sem a ajuda de outros presos. É possível presenciar gestos de muita solidariedade: presos dividirem a comida que a família traz nas visitas ou nos *jumbos* (alimentos, objetos de higiene pessoal deixados pela família, na portaria da cadeia), compartilharem suas próprias visitas, chamando algum colega que não recebe visitas para almoçar, conversar, passar o domingo junto, dividindo a companhia.

É com muita ansiedade que eles mostram qualquer coisa que saibam fazer com qualidade; esperam pelo reconhecimento de suas capacidades como uma criança espera para saber se a lição de casa está certa. Ultrapassada essa primeira camada superficial, conhecemos os presos e suas diferentes ações, descobrimos qualidades ocultas atrás dos delitos, diversas habilidades e também um respeito humano impressionante. Posso

afirmar que o melhor da prisão é o próprio preso. Um tratamento humano digno é rapidamente reconhecido pelo preso, tão habituado a condições desumanas.

Uma experiência interessante foi quando trouxeram filmes para serem discutidos com os alunos, na escola do presídio. A discussão em si não é o importante, mas sim o interesse pelo filme, a euforia pela novidade, a alegria de ver alguma coisa que há pouco esteve no cinema. Isso nos faz pensar sobre o quanto sentem necessidade de atividades como essa, e de serem tratados como pessoas que também têm interesses e possibilidades.

A saúde também é preocupante; vemos homens precisarem de atendimento e ficarem absolutamente esquecidos. Um simples tratamento para sarna, coisa comum na cadeia, só será viável se a família mandar os remédios. Há médicos na prisão; trabalham por plantões, mas geralmente não têm condições de realizar tratamentos. O encaminhamento para os hospitais conveniados é reservado para as urgências, que ocupam o centro da política de saúde. As condições precárias de atendimento tornam algumas vidas muito difíceis de serem vividas. Suportar as misérias da vida na cadeia exige força psíquica, mas também força física, pois um corpo debilitado dificulta a vida ali.

As histórias dos presos revelam uma primeira camada de indiferença, um aparente sangue-frio ao falar de sua vida delituosa. De fato, alguns a consideram como destino e acreditam que era isso que lhes cabia. Porém, após alguns questionamentos, descobrem que fizeram escolhas e que poderiam ter evitado determinados acontecimentos. Isso visivelmente dói muito e nem sempre é possível gostar do que vemos em nós mesmos.

O dia a dia, o ritmo e a repetição da rotina institucional causam um cansaço, um desânimo, como se viver desse trabalho demais. Enquanto os presos estão em

atividades, o dia na cadeia parece mais suportável, mas quando estão na tranca (fechados em suas celas), tudo fica muito mais difícil de suportar. Dia e noite, os presos sonham com a liberdade.

Podemos constatar que o clima na cadeia é de hostilidade e tensão. Muitos são amargurados, taciturnos, fechados em si mesmos e não gostam daqueles que têm esperança na vida. Os alegres e os ingênuos sofrem muito; logo aprendem a não demonstrar suas esperanças. É difícil a vida sem objetivo. Todos, de alguma forma, colocam todas as fichas na liberdade, mas alguns, já reincidentes, sabem que isso não basta e sempre há um mal estar causado por presos indiferentes, a quem pouco importa estar fora ou dentro da cadeia. É fundamental dizer que essas pessoas têm muita força e potencialidades, mas suas capacidades acabam sendo absolutamente desconsideradas. Alguns percebem isso depois de conseguirem a tão esperada liberdade que, vista de fora da cadeia, não é tão promissora.

Dostoievski, Sibéria, 1862.

Trata-se de uma autoria imaginária, mas é possível encontrar idéias de Dostoievski diluídas em minhas reflexões, sem delimitação clara de fronteiras. Esse capítulo foi inspirado nas reflexões de Dostoievski em *Recordações da Casa dos Mortos*, livro escrito a partir da experiência do próprio Dostoievski, num campo de trabalhos forçados, na Sibéria, onde esteve preso por quatro anos.

A leitura desse livro me mobilizou, me fez voltar às anotações de meu diário de campo e principalmente me fez lembrar de muitos detalhes e acontecimentos desses anos de pesquisa. Restos, sobras, vivências que ficaram fora dos atendimentos e da coleta de dados prevista inicialmente, mas que revelam o que é a vida na prisão.

Chama a atenção ver que um texto escrito, em 1862, sobre experiências vividas num campo de trabalhos forçados na Sibéria, possa estar tão próximo das experiências que tive como pesquisadora, numa prisão, em São Paulo, em 2004. Isso deve nos ensinar algo.

Ressonâncias

Minha pesquisa foi realizada dentro de uma prisão. Apreendi sobre a dor do aprisionamento, sobre diversas faces do confinamento. Foi principalmente uma busca por palavras, ali onde tudo parece indizível, do delito à prisão. Realizei minha coleta de

dados com homens condenados ao regime fechado, em cumprimento de suas penas. Eles me contaram suas histórias e eu ofereci minha escuta, a quem por ela pudesse se interessar, a quem dela pudesse necessitar.

Fui à prisão, no período de fevereiro de 2002 a julho de 2004, semanalmente. Nem sequer um dia pude enfrentar meu campo de pesquisa com tranquilidade. Sempre fiz a mesma constatação: a prisão é uma lixeira humana, um lugar de horror, um lugar de aniquilamento do homem, de aprisionamento do ser, além da constatação óbvia de que a prisão não *ressocializa*, não *reinsere*, não *reeduca* e contribui muito para a *reincidência*.

Considerarei importante relatar essas vivências, como pesquisadora, porque não se tratava de atendimentos, mas de experiências cotidianas. Existem coisas, numa pesquisa, que são difíceis de serem analisadas; não se encaixam em lugar algum, são restos, sobras e, no entanto, são fundamentais. Não são casos atendidos, nem entrevistas realizadas, nem histórias de presos, são tentativas de colocar palavras nas experiências vividas atrás das grades.

Muitas foram as dificuldades nesta pesquisa. Primeiro ninguém queria falar nada e eu ainda era vigiada constantemente. Depois, aos poucos, fui percebendo que era preciso me afastar, o máximo possível, dos funcionários, num difícil equilíbrio, pois eles não podiam perceber isso, nem sentir que seus poderes estavam sendo ameaçados. Portanto, eu deveria ficar perto, mas nem tanto, me manter longe, mas não muito; jogo difícil, mas fundamental, pois eles atrapalham qualquer possibilidade de relação com os presos.

Convidava os presos, aleatoriamente, para entrevistas abertas sobre suas vidas, suas famílias, seus sonhos, o cotidiano da prisão e, se houvesse espaço, sobre seus

delitos e sua vida em liberdade. Durante muito tempo, tive que ouvir falas vazias, discursos prontos e institucionalizados. Descobri que era invisível para os presos; era só mais uma estudante, que vinha e desaparecia pouco tempo depois. Alguém a quem não valia a pena dar muita atenção. Eu podia falar, perguntar qualquer coisa, as respostas eram quase padronizadas, eles não mentiam sobre as dificuldades da cadeia, sobre a vida do crime, não era isso. Era uma fala a ninguém, sem destinatário, e pior, muitas vezes, sem remetente.

Eu também já estava acreditando que era invisível, que tudo aquilo era inútil; seis meses já haviam passado e eu quase desisti, até que um preso me procurou para atendimento, depois outro, que indicou outro e assim, sucessivamente, tornando possível estabelecer uma relação mínima de confiança, que viabilizasse um atendimento analítico. O tempo, minha insistência, minha presença constante e atenta tiveram um papel fundamental nessa história.

Realizar atendimentos num lugar como esse é se dispor a escutar o inaudível, disponibilizar a escuta para pessoas cujas vivências pessoais são de exclusão, pessoas as quais o trabalho psicanalítico não costuma alcançar, e mais que isso, pessoas maltratadas como grande parte da população deste país. Algumas vezes me agradeceram quando nem havia iniciado o trabalho analítico, agradeceram a possibilidade de refletirem sobre suas experiências. Insisto em afirmar que escutei muitas histórias de sofrimento e abandono, diferente do que se pode imaginar se pensarmos nos atos cruéis que envolvem o crime. As histórias são sempre mais complexas que os atos criminosos.

O lugar também interfere na escuta. Atender dentro do presídio, com condições precárias, onde poucos profissionais atuam, num lugar escondido da sociedade, à

margem, onde ninguém quer saber o que acontece, é atender numa situação limite. A prisão é terra de ninguém, onde nenhuma das partes tem controle total da situação, realizar atendimentos nesse lugar é lidar com interferências institucionais o tempo todo. O cotidiano e suas ocorrências podem ocasionar faltas dos presos no atendimento, ou criar situações de silêncio na sessão que não dizem respeito à relação transferencial. O clima de uma sessão pode ser contaminado por um acontecimento do presídio. Aconteceram muitas coisas inacreditáveis: presos que tiveram seus atendimentos interrompidos por outros presos que vigiavam o que poderiam estar dizendo; funcionários que interferiram nos encaminhamentos e não entregavam as folhas com autorização para atendimento; falta de espaço físico com um mínimo de privacidade necessária a uma situação analítica, entre outras coisas. No entanto, essa pesquisa mostra que é possível um trabalho analítico, apesar das dificuldades. E posso garantir que o melhor da prisão, o que torna aquilo suportável é o convívio com os presos. Penso que ela aprisiona o homem e jamais ao seu ato, que o homem é muito maior que seus atos, porque estes são fragmentos do homem, partes de um mosaico, restos que somados, não formam o todo.

Não tive acesso à totalidade dos presos. Alguns ignoraram minha presença, não só não queriam falar como achavam uma bobagem falar com psicólogos; mas nunca me desrespeitaram ou foram grosseiros. Não são bonzinhos, mas não são monstros, nem tão diferentes de nós.

Ouvi muitas histórias, histórias de horror, tristes histórias. Como diz Zygoris:

Quando me ponho a escutar atentamente, acontece de eu ouvir o inconsolável. É pelo menos assim que chamo essa voz abafada – para quem das histórias tristes, horríveis ou obscenas -, distante de qualquer anedota, estranha às palavras, familiar aos sonhos. Emanava de lugares nos quais toda história parece ter desertado. Triste constatação, para uma prática que se quer antes de tudo instrumentalizada pela linguagem. E, no entanto, o inconsolável continua

mendigando o benefício das palavras. É o que acontece com as histórias de vergonha – algumas apenas dizíveis, outras contadas, às vezes repetidas à exaustão-, que se ancoram nesse lugar do inconsolável, cujo acesso pede a quem escuta garantias de passagem que nem sempre está em condições de oferecer. (1995, p.159)

A prisão é uma lixeira humana, um lugar onde seres entram vivos e transformam-se em mortos-vivos. Fábrica da *desumanização*, um depósito daquilo que não tem valor na sociedade, de vidas que valem menos que outras. O confinamento se transformou numa maneira de neutralizar uma parte da população excedente, Prisão vira depósito humano. Ela provoca, estrategicamente, rupturas com o trabalho, com uma identidade social, com pessoas afetivamente significativas, com tudo que tinha valor antes da prisão. Então, após o aprisionamento, temos um novo homem, *desenraizado*, sem trabalho, sem família. Como nos ensina Foucault, a prisão é um instrumento de controle e de poder sobre *os corpos e as almas*. A punição se torna velada: “O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (FOUCAULT, 1975, p.16).

As prisões se multiplicam, os prisioneiros também. Os dados do sistema prisional registram um aumento significativo. Em dezembro de 1994, tínhamos 55.024 presos e, em dezembro de 2004, chegamos a 131.240 presos no Estado de São Paulo⁷. Todos concordam que a prisão não cumpre o papel ressocializador e reabilitador a que se atribui a sua existência; pelo contrário, os altos índices de reincidência demonstram que ela produz rupturas significativas dos laços sociais. Alguns chamam esse processo de *prisionização*, os internos adquirem hábitos e valores condizentes com o ambiente prisional, cuja ética e moral diferem dos valores socialmente incentivados.

⁷ Dados da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

O processo de institucionalização se desenvolve em várias etapas, até alcançar *desculturamento* (GOFFMAN, 1961), uma ruptura com a cultura de fora da prisão, para melhor uso de estratégias para domesticação. No início, temos o processo de admissão, de enquadramento, rupturas com os papéis desempenhados lá fora, barreiras entre o interno e o externo à prisão. A rotina exerce uma função de controle e domesticação, o controle do espaço que o sujeito pode ocupar, de seu tempo, de forma que haja disciplinarização do corpo, pelo horário e pelas atividades impostas a ele, com uma vigilância contínua dos agentes de segurança e dos outros presos. A submissão à instituição aparece nas pequenas coisas: horário de acordar, dormir, comer, trabalhar, estudar. Os testes de obediência também são poderosos; são marcados, inicialmente, pelos funcionários que dão *as boas vindas* e transmitem as regras do local; sabemos que esses rituais incluem a nudez para *inspeção e higienização* dos corpos; além de surras que demarcam quem manda e quem deve obedecer. Depois, temos as *boas vindas* dos presos entre si, diferenças entre grupos, acertos de contas vão dar o tom da vida do recém chegado. A perda do nome é outra forma de domesticação do eu; a substituição do nome por um número de matrícula e por apelidos é uma estratégia eficaz de despersonalização, somada à perda de objetos particulares, que não são oficialmente permitidos dentro das prisões (com algumas exceções). A perda de controle da imagem pessoal pelo uso de uniformes, cortes de cabelos padronizados e marcas no corpo confirmam a submissão. A humilhação verbal e corporal também fazem parte da situação cotidiana de *mortificação do eu*.

Territórios do eu são violados: informações pessoais não são mais de controle pessoal, as correspondências são abertas e vistoriadas, as visitas são públicas, a vigilância é constante. O estabelecimento do excesso de exposição, de contaminação,

tanto física quanto emocional, faz tudo virar espetáculo: castigo, confissões, demarcações de poder. Não é possível criar barreiras numa convivência coletiva imposta.

Os mecanismos de coerção vão desde a mortificação do eu até os sistemas de controle pelo castigo, uso de privilégios, delação. Há uma avaliação do bom comportamento do preso, o que lhe dá o direito de sair da prisão antes do cumprimento integral de sua pena, pelo regime progressivo de pena; com isso temos uma *reorganização do eu* com respostas de ajustamentos à situação institucional. Surge um novo homem, *desenraizado, filho do sistema prisional*.

Minha experiência me mostrou que o crime é um ato humano, um ato predominantemente do homem comum. Essa não é uma afirmação simples; trata-se de uma constatação difícil, uma ferida narcísica. Portanto, não cabe o uso da psicopatologia. É fundamental “humanizar” o crime, deixar de colocá-lo como ato não humano. Por mais cruel que seja o delito, seu autor é o homem, no exercício de sua humanidade. Desumano é o tratamento penal, como o não-lugar que mata o homem em vida. Ou, como me ensinam:

Aqui se obedece.

Aqui não se dorme.

Aqui se morre.

CAPÍTULO II

Vidas Abandonadas

Este capítulo explicita uma reflexão sobre o lugar reservado àqueles que cometem crimes, transgridem leis, ultrapassam limites, rompem com um suposto pacto social. Um olhar dirigido para aqueles que não suscitam identificações, para os que vivem à margem, banidos, segregados; e quando mortos não suscitam questionamento ou responsabilização, como se fossem vidas-mortas, mortos-vivos à espera de um fim já conhecido em vida.

Durante anos, realizei visitas semanais a uma penitenciária de São Paulo, para realizar a coleta de dados para a pesquisa de doutorado e, a caminho do lugar que me foi destinado para realizar atendimentos, numa 5ª feira qualquer, encontro um preso que me esperava.

Severino⁸ me procura pra dizer que teve o pedido de progressão de pena negado⁹, que vai ficar mais tempo ali dentro, que não agüenta mais essa situação, que se repete sempre, que não sabe o que deu errado. Não há expressão de dor ou sofrimento em seu rosto, nada se altera nele, apesar de sua fala de desabafo. Assim como durante todos os meses que o atendi, nada se alterou nele, em seu olhar, gestos, postura corporal, etc.

⁸ Nome fictício, em menção ao poema de João Cabral de Melo Neto: Morte e Vida Severina, já que considero o personagem do poema uma figura emblemática da vida de muitos presos.

⁹ O acesso a regimes progressivos como o semi-aberto, aberto e a liberdade condicional. Esta avaliação era prevista até 31/11/2003 como pré-requisito para progressão da pena.

Penso nos atendimentos, naquela história. Afinal, ele tem 51 anos e quase 27 anos de prisão; saiu e voltou da prisão diversas vezes. Penso no que ele quer da vida, para que vida quer voltar, já que está ali há tanto tempo, que parece se confundir com a própria cadeia. Seus delitos foram predominantemente roubos, furtos e estelionatos, embora tenha também um latrocínio, que diz ter *envolvimento e não culpa*.

Fico pensando em quem fez o exame para progressão da pena, na psicóloga que dera parecer negativo. Será que vimos a mesma *ausência de afetos*? Eu o atendi durante meses, achava seu discurso institucionalizado demais, não havia como saber quem estava ali, atrás da instituição representada nele e por ele. Como fazê-lo escapar a esse esmagamento do eu, que deve servir como defesa a esse lugar, estratégia de sobrevivência, ao mesmo tempo em que elimina sua individualidade, sua capacidade de resistir à institucionalização. Esse atendimento durou cerca de quatro meses, até a interferência de uma psicóloga da penitenciária, que o chamou porque ele era o próximo da lista dela e lhe disse que ele devia escolher entre o *atendimento dela, que conhecia os presos, e o meu, que nada sabia sobre presos*. Considerando que o número de presos era alto para o número de técnicos dessa penitenciária, por que quer atender este preso, que já está sendo atendido?

Ele me disse que teve medo que sua recusa em aceitar o atendimento dela interferisse no parecer da progressão da pena. Interrompeu o atendimento que fazia comigo e agora me procura pra contar o que ocorreu; parece demandar algo.

Lembro-me de como suas sessões eram difíceis pra mim; tudo o que dizia parecia pronto demais, palavras vazias; havia algo nele que não deixava fazer contato: um muro no olhar, nos gestos, na expressão inalterada do rosto. Contou que roubava sempre que estava bêbado, que se sentia mais forte roubando, que conseguia mulheres e dinheiro

quando embriagado, e não conseguia nada estando sóbrio, que tinha *complexo de inferioridade, que isso era desde criança*.

Comecei o atendimento pedindo para me falar mais sobre o *seu complexo de inferioridade*. Severino me contou que sua família é do Paraná. Em toda sessão, me dizia que o pai batia muito nele; lembrava que ele o deixava em *exposição*, amarrado no quintal. Tem 8 irmãos, é o mais velho. Até os sete anos, morou num sítio; depois, foi para a cidade. Sua família passou muita dificuldade econômica; lembra de ter pouca coisa pra comer e de vestir roupas velhas, que o deixavam envergonhado.

Era inibido desde criança, na escola ou na rua com os amigos, e sempre se sentia fora do grupo. Tinha muita vergonha, não conseguia conversar, fazer a lição na lousa, fazer amigos. Começou a beber aos 12 anos, quando o pai trabalhava numa venda. Comenta que seus pais não conversavam entre si, e nem com os filhos; lembra de fazer *arte* e apanhar muito, de sua mãe sempre cansada *de tanta criança pra cuidar (sic)*. Perde a mãe aos 15 anos. Ela adocece, até hoje não sabe o que foi que ela teve, sente culpa porque não cumpriu a promessa que fez à mãe, na hora da morte: cuidar dos irmãos e não deixar o pai separá-los. Sua família acabou toda dividida, depois da morte da mãe.

Fugiu de casa, começou diversos trabalhos, já foi manobrista, lembra de uma época que estava bem na vida, ganhava bem, gastava, bebia, pagava tudo para todo mundo, aí perdia o trabalho. Chegou a cuidar de três estacionamentos, era um excelente manobrista e perdeu o trabalho porque bebia demais. Conta que, sem beber, ele não fazia nada *errado*, mas também não conseguia se relacionar com as pessoas; bebia para poder conversar, arrumar namorada, e acabava se metendo em encrencas para conseguir dinheiro.

Quem se importou quando parou a escola, quando começou a beber ainda menino, quando tinha vergonha e ficava isolado das outras crianças? Quando fugiu de casa? Quando perdeu a mãe? E como vivenciou o fato de não ter dado conta de *cuidar da família*, como prometera à mãe em seu leito de morte? Que marcas isso deixou num menino de 15 anos? Quem se importava quando bebia e se metia em encrencas? E quando bebia para conseguir o que não conseguia sóbrio ou quando bebia para destruir o que tinha conseguido sóbrio? Quem se importou quando foi preso pela primeira vez? Pela segunda vez? Pela terceira? Quando fugia do semi aberto? Por que fugia, quando estava tão perto de sair? Quem se importa, hoje, com seus 27 anos de cadeia? Quem se importa se ele vai ter que esperar mais tempo para ter sua liberdade?

Quem se importou com uma análise que, pouco a pouco, se iniciava, fosse interrompida por motivos pessoais ou burocráticos? Até ele mesmo parecia não se importar, embora dissesse que queria poder continuar a conversar comigo, e que me procuraria depois da *psicoterapia breve* proposta pela psicóloga da penitenciária.¹⁰ Quem se importa com o que vai fazer depois?

O eixo central dessa reflexão será o conceito de homo sacer, proposto por Agamben (1995), que designa um ser cuja vida nada vale, uma vida matável, uma figura enigmática, obscura, porque contém em si sentidos contraditórios: o sagrado, o impuro e o não sacrificável. A vida do homo sacer se situa no cruzamento entre a matabilidade e a insacrificabilidade, fora, tanto do direito *humano*, quanto do divino.

O termo sacer indica “o enigma de uma figura do sagrado aquém ou além do religioso” (1995, p.16), uma figura obscura do direito romano arcaico, que foi julgada por um delito, e que, a partir disso, não é considerada pura e não pode ser oferecida em

¹⁰ Penso isso, a partir de um novo incidente, quando outro preso, que eu estava atendendo, também foi chamado para atendimento por uma psicóloga da instituição e teve outra postura, dizendo a ela que já fazia atendimento e que continuaria o que já havia começado.

sacrifício; porém se for assassinada, seu assassino não é considerado um homicida. Agamben retoma a expressão *sacer esto - impune occidi*, que indica exclusão do sacrifício, e o termo *Sacrum*, que indica o que é destinado aos deuses. Isso nos leva à complexidade de apreender o significado do termo homo sacer. Alguns defendem que esse conceito é resíduo de uma época do direito criminal romano, sendo essa a mais antiga forma de penalidade.

O conceito de homo sacer implica o limite do ordenamento social romano, eliminando a possibilidade de compreender este conceito simplesmente pela ambigüidade do sagrado. Se partirmos do latim *sacer* (ora traduzido por sagrado, ora por maldito), podemos nos deparar com o caminho trilhado por Girard (1972), no jogo entre o sagrado e a violência. Girard defende que a sociedade é baseada numa violência originária, que separaria o não-humano do humano; seus argumentos têm como base estudos detalhados de diferentes culturas e mitos. A sustentação da comunidade estaria numa instituição simbólica: o ritual do sacrifício. Nas sociedades sem sistema judiciário, o sacrifício cumpre um papel fundamental, como ato social, medida preventiva da violência, impedindo que ela se desenvolva sem freios, controlando a vingança.

Não se trata de idolatrar o sacrifício, mas de compreender seu mecanismo, ele é um substituto, serve para enganar a violência; sua eficácia está na transformação da violência *destruidora*, restaurando o equilíbrio, sempre tênue, o que leva a novos rituais sacrificiais.

Para Agamben, a base do conceito de homo sacer não é o sacrifício, não há uma estruturação simbólica para a exclusão, o banimento, como podemos ver entre os *chukchi*, que optam por excluir o violento, não fazem qualquer tipo de represália, não

alimentam o círculo da violência, porque não querem contaminação. “(...) O anátema é colocado em uma situação em que lhe é impossível sobreviver; ninguém, exceto ele mesmo, será responsável por sua morte, ninguém irá infringir-lhe violência. O infeliz é abandonado sozinho, sem víveres, em pleno mar ou no topo de uma montanha, ou então é forçado a jogar-se do alto de uma falésia” (LOWIE apud GIRARD, 1972, p. 41).

Desse modo, evitam a repetição do idêntico, tentam eliminá-lo pelo diferente. Segundo Girard (1972), os modernos não temem a reciprocidade violenta, é ela que estrutura o castigo legal. O sistema judiciário é uma racionalização da violência, não tem bases no enraizamento comunitário, mas na autoridade judiciária, o que nos remete ao biopoder.

Agamben defende uma dessemantização radical do conceito de homo sacer: “... na vida dos conceitos, há um momento em que eles perdem sua inteligibilidade imediata e, como todo termo vazio, podem carregar-se de sentidos contraditórios. (...) Nenhuma ambivalência religiosa pode dar conta de explicar o fenômeno político-jurídico da antiga acepção do termo sacer” (1995, p. 88).

O autor discute os conceitos de *bíos* (forma de viver própria do indivíduo e do grupo) e *zoé* (vida comum a todos os seres vivos, a vida nua), distinguindo a vida em si, o simples viver, da vida política (do viver com os outros); e questiona quando a vida se torna sagrada em si mesmo. O caráter sagrado da vida tornou-se familiar no discurso moderno, mas, na Grécia antiga, berço dos nossos conceitos éticos e políticos, não havia um termo para o que designamos vida. Para tornar a vida sagrada, os gregos a separavam do mundo dos viventes, a partir de rituais que eliminavam seu aspecto profano.

A definição de homo sacer não reside na ambivalência inerente à sacralidade, mas sim na dupla exclusão do terreno dos homens e dos deuses. Surge uma dupla subtração, que se abre entre o profano e o religioso e uma zona de indistinção, cujo significado buscamos compreender. Seria diferente se houvesse sacrifício, transformação pelo ritual de algo impuro. No entanto, o homo sacer é simplesmente posto para fora da jurisdição humana, sem passar para a divina; sua morte não é sacrifício, nem sacrilégio. Por isso, Agamben prefere lançar luz sobre uma zona que precede o sacro e o profano, o religioso e o jurídico e que, para ele, “constitui o primeiro paradigma do espaço político do ocidente: o estado de exceção” (1995, p.16).

Retoma Michel Foucault, em sua discussão sobre a biopolítica, afirmando que, se o homem era um ser vivente capaz de existência política, o homem moderno passou a ser um animal, cuja política coloca em questão sua vida de ser vivente, controlando através de técnicas políticas a zoé. O poder penetra o corpo e o modo de viver das pessoas. Para Agamben, a vida sacer é o oculto ponto de intersecção entre o modelo jurídico institucional e o modelo biopolítico do poder, a vida nua na pólis. Retifica a tese foucaultiana, já que considera que a inclusão da zoé na pólis pode ser mais antiga do que Foucault supunha. Considera como fato decisivo que a modernidade seja regradada por um estado “pelo qual a exceção se torna em todos os lugares à regra, o espaço da vida nua, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão - inclusão (...) entram em uma zona de irreduzível indistinção” (1995, p.16).

O estado de exceção da vida nua é o fundamento oculto sobre o qual repousa o ordenamento político. A vida nua torna-se sujeito e objeto do ordenamento político e de seus conflitos e o ponto comum, tanto da organização do poder estatal, quanto da

emancipação dele. Para o autor, as conquistas democráticas não conseguiram dar conta de salvar a zoé. Compreende a exceção como uma espécie de exclusão, um caso singular à margem das normas gerais, mas que mantém uma relação com a norma, na forma de suspensão. A exceção é *ex-capere*, capturada por fora, e não só excluída. A criação de um estado de emergência permanente como prática essencial do governo, legaliza o ilegal, pela exceção permanente.

Agamben (2003) busca, na teoria do estado de exceção de Carl Schmitt¹¹, um paradigma bastante atual, uma forma de governo dominante na política contemporânea, por exemplo, na *guerra contra o terrorismo* proclamada pelos Estados Unidos da América¹². Dentro da tradição democrático-revolucionária, o termo estado de sítio se origina no decreto de 8 de julho de 1792 da Assembléia Constituinte Francesa. Ele fazia distinção entre estado de paz, estado de guerra e estado de sítio, sendo que este só dizia respeito aos portos militares e às praças-fortes e depois foi ampliado para toda a cidade. Também aparece num decreto napoleônico de 24/12/1811, que previa a possibilidade de um estado de sítio ser declarado pelo imperador, independentemente da situação da cidade afetada. Em sua evolução histórica, percebemos que ele vai de uma progressiva emancipação em relação à guerra para medida extraordinária de polícia em casos de desordem.

Agamben ratifica a tese de Badiou, de que o estado não se forma sobre um liame social, mas sobre sua dissolução. Dissolução não de vínculo preexistente, mas de um vínculo que “(...) tem ele mesmo originariamente a forma de dissolução ou de uma exceção, na qual o que é capturado é, ao mesmo tempo, excluído, e a vida humana se politiza somente através do abandono a um poder incondicionado de morte” (1995,

¹¹ Desenvolvida por volta de 1920, inscrevendo o estado de exceção no contexto jurídico.

¹² AGAMBEN, Giorgio. A zona morta de lei. *Folha de S. Paulo*, 16/03/2003, Caderno Mais, p.5.

p.98). Essa dissolução implica e produz a vida nua, e a vida nua fica como ponto de entrelaçamento entre a política e a vida, já que a política moderna entrou em simbiose com a vida nua.

No caminho de elucidação da exclusão, retoma um termo hebraico – bando – *herem* – entendido como pecador ímpio, como inimigo da comunidade que deveria receber a total destruição. O verbo banir tem relação com consagrar e envolve a destruição de tudo que uma pessoa possa ter. Bando é uma forma de relação¹³, o que nos leva a pensar que não existe o fora da lei, existe o abandono, que é uma forma de relação entre a vida e a lei.

Há relação entre o estado de exceção e o termo bando: “Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem” (1995, p.36). Bando e tabu estão implicados nessa ambigüidade do sacro, assim como na exclusão-inclusão, do puro e impuro.

Agamben compreende o homo sacer e o soberano como figuras simétricas. A soberania é a lei além da lei, à qual somos submetidos; uma forma pura de lei é uma forma vazia de relação, mas a forma vazia da relação leva a uma zona de indiscernibilidade entre lei e vida, a um estado de exceção.

O que se verifica é uma estrutura ontológica do abandono, tanto na atualidade, como na história do ocidente, entendida como tempo do abandono: “Abandonar é remeter, confiar ou entregar a um poder soberano, e remeter, confiar ou entregar ao seu bando, isto é, à sua proclamação, a sua convocação e à sua sentença. Abandona-se

¹³ O termo bando não quer dizer inteiramente dentro ou fora do ordenamento. Em italiano – *in bando* ou *a bandono* significa à mercê de, a seu talante, livre; e *a bandono* e *bandito* querem dizer excluído, posto de lado, aberto a todos, livre.

sempre a uma lei (...) o banido é também abandonado fora de qualquer jurisdição” (NANCY apud AGAMBEN, 1995, p. 66).

Portanto, há uma ambigüidade semântica e política no abandono. O que foi posto em bando foi remetido à própria separação, à mercê de quem abandona, excluído e incluso, dispensado e capturado. E nos alerta: “é esta estrutura de bando que devemos aprender a reconhecer nas relações políticas e nos espaços públicos em que ainda vivemos” (1995, p.117).

Trata-se aqui de uma discussão que fundamenta a lógica de exclusão-inclusiva, que embasa o Estado e a lei. Um paradoxo do estado de exceção, já que nele é impossível distinguir a transgressão da lei e a sua execução, que coincidem, produzindo resíduos, a prisão é um deles. E retomo a vida sacer para estender sua aplicabilidade à vida do *bandido*:

Observemos agora a vida do homo sacer, ou aquelas, em muitos aspectos similares, do bandido, do Friedlos, do acquale et igni interdictus. Ele foi excluído da comunidade religiosa e de toda vida política: não pode participar dos ritos de sua gens, nem (se foi declarado infamis et intestabilis) cumprir qualquer ato jurídico válido. Além disto, visto que qualquer um pode matá-lo sem cometer homicídio, a sua inteira existência é reduzida a uma vida nua despojada de todo direito, que ele pode somente salvar em uma perpétua fuga ou evadindo-se em um país estrangeiro. Contudo, justamente por ser exposto a todo instante a uma incondicionada ameaça de morte, ele encontra-se em perene relação com o poder que o baniu. Ele é pura zoé, mas a sua zoé é capturada como tal no bando soberano e deve a cada momento ajustar contas com este, encontrar o modo de esquivá-lo ou de enganá-lo. Nesse sentido, como sabem os exilados e os banidos¹⁴, nenhuma vida é mais ‘política’ que a sua. (1996, p.189)

A proposta é olhar em volta, no entorno, verificar quem sofre esse abandono, quem ocupa o lugar de homo sacer e refletir sobre essa vida inerentemente política, onde a lei se aplica, desaplicando-se. Considero importante destacar que Agamben distingue campos de concentração e prisões. Ele acredita que

¹⁴ Vale ressaltar que na edição francesa no lugar da palavra *banidos* encontramos *bandits* – bandidos (publicado em 1997, p.198).

não é possível inscrever a análise dos campos nas trilhas abertas pelos trabalhos de Foucault. Sem dúvida, o extermínio de milhões de pessoas nos campos merece uma análise cuidadosa; trata-se de uma ruptura com a lógica da exploração presente nas relações entre os homens, na colonização, na escravidão ou nos campos de trabalho russos. Hannah Arendt (1951) nos mostrou que havia uma engrenagem nazista. Hitler não foi o único responsável pelo extermínio em massa; havia uma engrenagem muito maior, constituída por homens comuns, zelosos em cumprir ordens e em servir ao governo, inclusive judeus. O sucesso do nazismo teve sua base nos milhares de soldados obedientes e nas milhares de pessoas que conviveram com o nazismo e não se revoltaram. No mínimo, escutamos ecos dos campos de concentração nas prisões. Quando Hannah Arendt nos faz ver que havia uma banalização do mal alimentada por homens comuns e adormecidos e Agamben nos diz que o campo, e não a cidade, é o paradigma atual biopolítico do ocidente, sabemos que está lançada uma *sombra sinistra* sobre as ciências humanas e seus modelos interpretativos. Acredito que existem mais semelhanças entre os campos e as prisões do que gostaríamos de notar.

O criminoso, um homo sacer: bandido, abandonado, estrangeiro...

O protagonista do livro de Agamben é a vida nua, matável do homo sacer, “cuja função essencial na política moderna pretende reivindicar” (1995, p.16) e nos convoca a tomar posição, quando diz que o problema, primeiro de todos, é a sacralidade da vida e que as ciências humanas precisariam fazer uma revisão sem reservas de seus

pressupostos. Os enigmas da atualidade precisam ser pensados a partir da biopolítica, a partir de uma interrogação sobre a relação entre a vida nua e a política, que governa as ideologias da modernidade. Anuncia a necessidade de se abrir um campo de pesquisa sobre esse ser, que é somente sua nua existência, que está além da intersecção político-filosófica, das ciências médico-biológicas, na fronteira das disciplinas, para que se possa verificar como algo como a vida nua pode ter sido pensado e que nos levou a um limite, além do qual não podemos prosseguir, sob o risco de uma catástrofe biopolítica sem precedentes.

É a partir destes fundamentos que elaboro minhas reflexões sobre as múltiplas formas de abandonamentos. Quantos estão vivendo sob essa exclusão-inclusiva? Quando olhamos nossas prisões e os números de condenados se multiplicando rapidamente, assim como vemos nossos jovens em instituições como a FEBEM¹⁵, não fica a sensação de milhares de *homens-feras*, abandonados em algum limbo, entre o humano e o inumano?

As vidas do bandido, do abandonado, do exilado, tal qual a do homo sacer, estão no limiar do direito e da lei, regidas pelo estado de exceção, numa exclusão-inclusiva, numa lógica cruel, já que segrega, separa e coloca à mercê daquele que segregou, num processo de captura.

Acredito que Severino e muitos outros presos são exemplos dessa vida sacra¹⁶, que está sob a lei, mas sob uma lei que vigora sem se efetivar, cuja riqueza do significado falha e nada aparece para suprir esse lugar, lei ausente em sua exeqüibilidade.

¹⁵ Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor.

¹⁶ Zizek dá exemplos de homo sacer na atualidade: *sans papiers* na França, habitantes das favelas no Brasil, a população dos guetos afro-americanos nos Estados Unidos e todos aqueles vistos como recipientes de ajuda humanitária (2002, p.112).

Essa pesquisa me levou ao contato com homens condenados, em cumprimento de suas penas; fui à prisão, para escutar esses homens; eles me contaram suas histórias. Nesses anos em que fui à prisão sempre fiz a mesma constatação: a prisão é um lugar de horror, de total invisibilidade, um lugar de aniquilamento do homem, de aprisionamento do ser, com condições desumanas, onde ninguém confia em ninguém, ninguém garante quem estará vivo amanhã, um lugar fora da lei. Em nome da lei e de um suposto tratamento penal, encontramos homens abandonados, em bandos, excluídos, sem lugar, embora incluídos pela lei.

Constatei, todas as manhãs, ao entrar na prisão, o quanto a lei é tênue. Entrei sempre acompanhada, seja por professores ou funcionários (atendia numa sala do prédio onde funcionava a escola); havia sempre uma tensão no ar. Sabíamos que nada garantiria nossa saída, que estaríamos expostos, correndo riscos; havia uma tensão na troca de olhares e na pergunta cheia de ansiedade: como está o clima hoje? Diversas vezes, saí da escola sob a proteção de um preso, atitude sempre justificada pela falta de funcionários. Geralmente era acompanhada por um preso famoso por seus homicídios, e todos me garantiam que poderia ir tranqüila, o que era difícil, já que ele era assumidamente um matador, famoso pela sua crueldade e frieza. Chama a atenção, na cadeia, que um matador seja reconhecido pelos funcionários como guardião da ordem e que agentes de segurança não fossem capazes de garantir a ordem, fato que não deixa de exemplificar a lei fora da lei.

É um absurdo que, em nome da lei, alguém tenha que se submeter a condições subumanas de vida; não tenha possibilidades de desenvolvimento pessoal, cultural, educacional ou de formação e qualificação profissional (quando se sabe da dificuldade dos egressos em arrumar emprego); que tenha que se submeter a regras de sociabilidade

onde predomina uma lógica de favores e benefícios ditados por aqueles que têm poder sobre os outros, inclusive sobre a vida dos outros. A prisão parece destituir o sujeito de si mesmo, fazer uma captura dele e incluí-lo numa lei perversa, onde predomina o mais forte, uma lei sem lei, onde inclusive os representantes da lei (policiais, funcionários das penitenciárias, advogados, etc), muitas vezes, agem fora da lei. É inacreditável que o preso encontre abrigo e proteção dentro da cadeia, na maioria das vezes, junto daqueles que agem ilegalmente.

Na prisão, há uma apropriação da vida da pessoa; ela é “raptada” da sua rede de relações e é colocada sob o Outro sem limites, como se fosse para um lugar sem lei. Essa lei fora da lei é que vigora na prisão; por isso penso que a prisão aprisiona o homem para capturá-lo e engendrará-lo numa lógica, cuja sobrevivência depende de negociações fora da lei; tudo isso em nome da lei e sem que ninguém da *nossa boa sociedade se manifeste* contra isso.

Estamos sob uma lógica penal vingativa, visando o denegrimento desse outro à *margem* da sociedade, na qual predomina seu caráter ilegal. Não conseguimos aplacar a vingança, nem a violência recíproca, o que incentiva o aumento da violência *destrutiva*, como nos ensina Girard (1972).

Acredito que poderíamos ter uma outra situação penal se, de fato, a lei fosse aplicada, efetivada, e se os objetivos de reabilitação, ressocialização, reeducação dos presos fossem metas a serem alcançadas e não palavras vazias da lei. Ouvi, várias vezes, funcionários me perguntarem com qual *reeducando* queria falar, com risadinhas e tom irônico, denunciando a representação teatral em que vivem e a utilização de palavras tão esvaziadas de sentido.

Se tivéssemos como referência a lei, a pena poderia ser entendida como marca possibilitadora de o sujeito incluir-se na lei, como uma chance ofertada à pessoa, convocando o sujeito que nela existe para apropriar-se de sua vida.

Vamos refletir um pouco sobre Severino, tantos com o mesmo nome de pia, e com a mesma vida Severina, nessa lógica prisional, na estrangeiridade que os une e sobre esse estar num mundo sem fazer parte dele, ou melhor, participar dele pela exclusão.

Essa inclusão sem pertencimento ou esse pertencimento sem inclusão me remete ao estrangeiro como conceito - limite entre o político e o psicanalítico, como propõe Koltai (2000), entre o sujeito e a sociedade. Podemos perceber que o criminoso é colocado nesse lugar de estrangeiro, de gozo, do que é recalcado e, portanto, rejeitado, mas presente em todos nós; enfim do estranho, discutido por Freud (1919), como aquele conteúdo que esteve presente em nós, foi recalcado e volta à consciência, na figura do que nos parece estranho, sendo na verdade muito familiar. O criminoso é tratado como um estrangeiro; o olhar é de fora para dentro, como se olha um estrangeiro; o lugar do diferente lhe é reservado, automaticamente, pelas pessoas. Atitude essa movida por um mecanismo de defesa, que tenta impedir o contato com o recalcado, com o potencial criminoso, ou melhor, com as características nem sempre boas, mas existentes na natureza humana e que Freud bem demonstrou.

Severino (e outros tantos, com mesmo nome de pia...) me parece estrangeiro porque está numa terra que não é a dele, mas, de tal modo encarnada nele que, quando sair da prisão e voltar ao suposto lugar de origem, também não será como os que lá ficaram ... Não faz parte da *malandragem* da cadeia e nem da *boa sociedade*; vive num

lugar entre lá e cá, incluído pela exclusão, pertencendo sem pertencer. Uma constatação é inevitável: o não-lugar mata o homem em vida.

É possível pactuar com esse não - lugar reservado aos que vivem em conflito com a lei? Isso não nos remete à banalização do mal?

Quantos estão nesse lugar? Quantos são banidos da sociedade, cotidianamente? Quantos não arrumam trabalho, não têm escola, não têm moradia, comida e nem acesso a serviços de saúde? Quantos vivem uma vida que não vale nada? Voltemos a Severino: ele parece sucumbir, totalmente apático, mantém a mesma expressão diante de algo que o alegre ou que o entristeça; parece um zumbi, um vivo-morto. No limite da dor, as condições de tempo e espaço é que garantem a subsistência. Como é a vida daqueles que violaram as leis? Será que não viveram cotidianamente sob a violação de seus direitos e das mesmas leis que hoje transgridem? Estrangeiros como Severino ou como os ditos criminosos, esses estranhos que ultrapassaram a barreira, que realizaram o irrealizável; numa indiferença deles com o mundo ou do mundo com eles, ou ambas as coisas. Isso traz à tona mais uma questão, e não consigo deixar de apontá-la: como se dá a relação entre perversão, crime e sociedade?¹⁷ Tudo indica que não é tão simples como aparentemente poderíamos supor, se ficássemos atrás do divã em nossos consultórios, e caíssemos no engodo de que os presos ou condenados são “monstros” e de que os criminosos são *homens feras*. Acho que é preciso caminhar mais; ir além do discurso pronto sobre o transgressor da lei e ir além dos preconceitos:

O estereótipo do criminoso como um indivíduo de alta periculosidade, intratável, mau-caráter, auxilia na caracterização que o indivíduo saudável deve ter, para saber como agir quando se defrontar com o mesmo, ao mesmo tempo impede a identificação com ele. Quanto mais distintos julgarmos que somos dele, mais protegidos nos sentiremos dos impulsos hostis que nos pertencem. Nesse sentido, os estereótipos evitam termos de pensar como as condições

¹⁷ Ver capítulo sobre Perversão Social.

sociais nas quais vivemos e que fortalecemos contribuem para o crime, e quanto nós próprios, nestas condições poderíamos cometê-los. Em outras palavras, evitam a reflexão sobre o mundo social e sobre nós mesmos. (CROCHIK,1997, p.22)

Uma barreira é formada e nos impede de ver a pessoa que ali está, o que ocorreu com ela, com sua vida pessoal e também em que condições concretas pode viver. Ao nos permitirmos uma aproximação, veremos que Severino, assim como muitos outros, não são criminosos tão terríveis; não são também *inocentes*; são pessoas, com toda complexidade envolvida: dinâmica psíquica, vida pessoal e familiar, geralmente, com histórias de pobreza, sofrimento, carências e exclusão. O abandono antecede a entrada na prisão; já viviam com poucas perspectivas de vida e estavam, mesmo em liberdade, sem lugar na sociedade.

Afinal de contas, quem se importa com o número de jovens mortos nas periferias? Quem se importa com o alto índice de desemprego, baixa escolaridade, violência doméstica, entre tantas outras violências a que nossos jovens da periferia estão submetidos? É bom lembrar que cada vez mais a prisão recebe jovens, meninos sem direito à infância, estrangeiros, sem um lugar que lhes dê, dentro da lei, reconhecimento social.

Quando me ponho a escutar, defronto-me com histórias cruéis, tristes histórias, de abandonamentos, maus-tratos, sonhos que não puderam sequer ser sonhados, vidas que nada valiam; aspectos que contribuíram, e muito, para que emergissem neles esses *homens-feras*, duros, cruéis, frios, que violam os direitos dos *outros*, dos *bons cidadãos*.

É essencial que nos questionemos: que sociedade é essa que produz seiscentos novos criminosos ao mês?¹⁸ E, mais que isso, deveríamos pensar que uma sociedade que se funda, não no pacto social, mas na lógica de exclusão-inclusão, tem conseqüências no mínimo temíveis, pois, se os laços sociais, que deveriam dar lugar e sustentação ao sujeito, são frágeis ou inexistentes, não garantem valores mínimos de pertencimento e filiação, é obvio que isso terá repercussões nos atos desses sujeitos. Segundo Calligaris: “estes atos seriam necessariamente marginais, fora da lei, pois eles estariam respondendo a uma ausência de lei simbólica, procurando encontrá-la, suscitá-la, de uma certa forma fundá-la” (1991, p.111).

Acredito ser fundamental a concessão de um tratamento digno, para aquele que cometeu um delito. Apesar da violência existente no ato delitivo, ele não deve ser enfrentado com mais violência. Ao analisarmos a violência, constatamos que ela se apresenta de forma cíclica: a pessoa que cometeu um delito, muitas vezes, sofreu uma violência, e responde a isso com atos violentos. Se, ao tentar punir atos violentos, a sociedade, for mais violenta e, novamente, desrespeitar essa pessoa, a tendência será a de obter respostas com atos ainda mais violentos. O ciclo da violência só poderá ser rompido se houver respeito por aquele que cometeu o delito, possibilitando-lhe que refaça sua vida e seus laços. Uma vida no abandono é uma vida sem valor; isso, ciclicamente, nos remete ao horror.

¹⁸ Só no Estado de São Paulo. Dados da Secretaria da Administração Penitenciária sobre a evolução mensal da população carcerária em 2004.

CAPÍTULO III

*Narrativa de Paulo*¹⁹

Paulo tem 27 anos. Casado, dois filhos. Condenado a 5 anos e 8 meses, por roubo de carro. Sua família é de Minas Gerais, sua mãe veio com os irmãos e a mãe para Diadema na Grande São Paulo, onde ele nasceu.

*“Não nasci com espelho no crime”*²⁰

O que eu guardo na memória assim de criança é o seguinte: quando nasci, um tio meu falou pra minha mãe que filho de puta não tinha nome. Minha mãe ficou admirada com aquela afirmação e por isso não tive nem irmão. Sinceramente, ela não quis dar o que falar novamente pras pessoas; mesmo ela não sendo puta, ela se sentiu ofendida. Então, eu atribuo a essa afirmação por ter crescido sozinho, sem irmãos, mas tive a minha tia. Ela tem a diferença de idade pouca, e cresceu comigo. Então, a falta de um irmão foi suprida por ela, porque a gente brincava junto, cresceu e adolescente

¹⁹ Todos os nomes, de pessoas e empresas, foram trocados para garantir sigilo aos participantes.

²⁰ O capítulo foi escrito a partir das transcrições de entrevistas gravadas, por sugestão do sujeito, preservando, em grande parte, a linguagem original.

estávamos junto; a gente foi praticamente se separar agora na maioridade, quando cada um resolveu seguir sua vida da melhor maneira.

Minha família é de Minas. Minha mãe veio para São Paulo com os irmãos trabalhar, engravidou de mim, numa visita a minha avó em Minas. Os únicos que são de São Paulo, acho que sou eu e a Nice (minha tia). Todos os filhos nasceram aqui, porque minha mãe nasceu lá, quer dizer, minha mãe é a mais velha, o irmão mais novo dela nasceu lá. Minha mãe tem quatro irmãos, fora um que faleceu, o meu tio Eli, que era o mais velho; inclusive, eu acredito que a família seria bem diferente se ele tivesse vivo... Minha tia Janete mora aqui também próximo; inclusive, de tanto ela falar do meu comportamento, os filhos dela herdaram uma grande semelhança comigo. Às vezes a gente conversa e eu falo que foi pra pagar a língua dela. Parecem comigo, no porte físico, a fisionomia, olhando pra um dos primos, é quase como se você tivesse me vendo em pessoa; de longe, as pessoas confundem.

Minha família é atribulada, completamente atribulada, pessoas educadas na ignorância. O filho herdou, esse filho se tornou pai, esse pai passou pro filho e assim por diante. A ignorância na família pode se dizer que foi uma herança, passada de geração pra geração. Ignorância de educar uma criança, agredindo sem qualquer motivo, sem que seja necessária a agressão, sem justificativa pra isso, igual a minha avó, minha avó não, minha bisavó. Ela foi educada apanhando, até sangrarem ela. A educação que ela teve ela passou pros filhos, que até depois de grande apanhavam dela. Um tio da minha mãe, às vezes, chegava a fugir de casa; ia ser uma pessoa revoltada, os princípios dele, ele perdeu completamente, os princípios de família, tanto que, na fase adulta, ele chegou até a agredir minha avó algumas vezes; se tornou um espelho. A educação que ela deu pra ele se tornou completamente o reverso. É então essa ignorância e violência

que foi herdada. Mudou da minha avó pra cá, porque ela já não educou os filhos dela da maneira que ela foi educada.

Não sei qual foi o motivo, mas meus avós se separaram. A má formação da família é atribuída a ele ter trocado a minha avó por outra pessoa, quer dizer ele fez uma família e depois saiu fora da família e deixou a responsabilidade na mão de uma pessoa só. Minha avó fez o máximo que podia, teve um tempo que a família ficou toda separada, espalhada. Ele dava mais valor pra única filha que ele tinha com essa outra pessoa. Inclusive, eu falei uma vez com meu avô, por telefone, e ele me perguntou o que eu queria ganhar; não, ele ia perguntar pra mim o que eu queria ganhar, mas ele preferiu falar com a minha mãe primeiro. A minha mãe falou depois pra mim, seu avô tá perguntando o que ele deveria dar pra você de presente de aniversário, só que ele sabe que aqui você tem do bom e do melhor, ele nem sabe o que dá. Falei pra minha mãe, se ela achasse melhor, nem precisava dar nada e foi assim. Depois que eu saí de Minas, eu vi meu avô duas ou três vezes em Minas, porque ele ia conversar muito com a minha avó (bisavó); ele e a minha avó (bisavó) têm um elo de ligação muito grande. Depois que saí de lá, nunca mais tive contato com ele; de fato, minha mãe fez por onde não precisar de nada deles.

Sobre seu pai

Quem me falou que ele era meu pai foi minha avó. Eu fiquei em Minas entre dois e três anos; quando vim pra São Paulo, não tinha assimilado que minha mãe era Lucia; pra mim, a minha mãe mesmo era Dora, que é minha avó. Inclusive, eu chamo as duas de mãe, sem problema algum, já um costume que vem desde pequeno mesmo. Quem

falou que ele era meu pai foi minha avó; eu nunca... tive oportunidade de ver meu pai e minha mãe juntos. Mesmo que eu, a não ser que eu passasse parte da infância lá em Minas e ela fosse me visitar; mas eu fiquei um período muito curto lá em Minas. Na verdade, eu acompanhei minha mãe duas vezes a Minas, só que ela me levou na casa dos tios, assim os próximos mesmo, não levou nem na casa do meu avô, muito menos na casa dos meus avós por parte de pai, por causa de simplesmente mágoa.

Minha mãe me mostrou uma vez ele por foto; ela sempre usava um termo do meu pai pra comparar as minhas atitudes. Ela não deu certo com ele, mas ela comentava, até hoje ela comenta dele, faz comparações a minha pessoa, até em termos de **gênero** ela fala que sou igual. Igual, idêntico, assim, tanto na fisionomia, porte físico, o jeito de olhar, até mesmo o sorriso. Pessoas que vem de Minas olhavam e falavam: é a cara do Amadeu. Ele sabe que eu sempre existi, lógico, mas nunca veio atrás de mim.

Praticamente nasci em Diadema, minha mãe veio grávida de Minas. A família toda já estava em São Paulo, já estava firmada em São Paulo. Moravam de aluguel, no centro de Diadema, todos os irmãos, a família unida, porque eles ainda não eram casados. É... foi a maior pressão, essa gravidez pra ela, porque ela sempre afirmou isso e eu não tenho dúvida, pela família, pelo comportamento da família, eu não tenho dúvida do que ela me fala, do que ela passou e ouviu. Tanto que ela falou isso pra mim do tio nenê: que é o irmão da minha avó, foi lá e ela já tinha me concebido e ele falou isso pra ela (referindo-se à fala do tio citada no início da narrativa). Eu não tenho dúvida de quanto foi difícil pra ela, se eu não conheci meu pai, foi porque ele não fez por onde, mesmo...Agora ele é falecido, é de responsabilidade dele. Então, pra todos os efeitos, se alguém me perguntava, ele morreu, minha mãe não me educou pra falar isso, mas era a melhor saída, pra não ter especulação, mesmo com uma pouca idade eu detestava ter

que ficar dando satisfação do que representava a falta de um pai. Então, pra não se ter muita pergunta, ele morreu, assim não precisava...

Eu era uma pessoa assim, eu nunca levei problema pra minha mãe, desde pequeno, e acho que até isso herdei do meu pai. Eu não me sentia legal de levar problema pra ela; eu passava por essas dificuldades sozinho, porque meu pai também era um cara esquentado; meu pai, pelo que ouvi de conversa sobre ele. Ele era pavo curto, de poucas palavras, eu acho que do mesmo gênero do meu tio Nenê, tanto que eles eram amigos e andavam juntos. Às vezes, meu tio conta alguma história que ele e meu pai passaram junto, mas não tem muito interesse pra mim, mas geralmente fica gravado na minha memória, entendeu?

Ele nasceu em São Paulo, mas ficou com a bisavó (a quem chama de avó), em Minas Gerais, por algum tempo, quando era bem pequeno.

Sinceramente, eu acredito que fui para Minas porque não tinha espaço na casa. Eu me lembro que a casa era hiper apertada; era uma casa de dois cômodos, o banheiro ficava de frente pra porta da cozinha, mas do lado de fora da casa, de um quintal cimentado, até o comprimento do banheiro, depois disso, era um quintal de terra batida; se não me falha a memória, tinha um poço, centralizado no fundo do terreno. A única lateral, que não era murada, era do lado esquerdo, que saía pra casa de uma vizinha. Outro dia, tava pensando, como é que as pessoas tiveram afinidades... Porque a minha pajem, a pessoa que cuidava de mim, ela quase foi esposa do meu tio, irmão da minha mãe; minha avó ficou comadre dela, ficou comadre da mãe dela, no dia de São João, com a fogueira. Outro dia, eu lembrei dela porque ela já é falecida, a Dona Etelvina.

Quando eu era criança, eu presenciava aquela discussão por causa de namoro do meu tio com a filha dela; era aquela confusão, depois tava todo mundo bem. Caramba, como pode as pessoas não terem laço sanguíneo, mas poder se sentir como uma família.

E aí, quando eu comecei a crescer, comecei a perceber isso. É, Dona Etelvina faleceu, questionando minha presença numa das passagens de ano, que a família passou reunida na casa dela e eu fui o único que não estava presente, justamente por causa do... Uso de drogas, essas coisas. Ah! Depois que caí nessa... Nessa prisão sem muros, eu perdi muita ... muitos fatos, muitos acontecimentos bons na família. Mas, voltando, eu acredito que nós passamos esse tempo em Minas justamente pelo fato de a casa ser pequena; depois que eu vim de Minas pra cá, a gente ficou, eu acredito que pouco tempo nessa casa e a gente mudou pra uma maior. Perguntei pra minha mãe e minha mãe falou que fui pra Minas pra desmamar, eu e a Nice. Quem cuidou de mim em Minas foi minha avó, minha bisavó. Minha avó, mãe de minha mãe, ia só me visitar, ver como estava, assim, mexer no dinheiro também. Não sei quantas vezes ela foi lá me visitar, mas eu sei que foram mais de uma; foi ela que trouxe nós pra São Paulo, eu e a Nice.

Quem ajudava minha bisavó a cuidar de nós era minha tia Eucimara, meu tio Nenê deixou meu primo Carlinhos que tem quase a mesma idade que minha tia Eucimara, inclusive, a grande parte das bagunças que terminavam em couro, porque a gente era pequeno, mas minha avó também ... Quer dizer ela foi criada naquele sistema. Hoje em dia, eu acho que não tenho o que falar sobre a educação que ela deu pra gente porque percebo que isso daí foi uma coisa que ela aprendeu na marra; a educação que ela passou pros filhos dela foi a educação que eles deram pra ela, achando que era a melhor possível, bater até tirar sangue. Então, as bagunças que meu primo aprontava;

geralmente, era eu, a Nice junto com ele, às vezes, até minha tia Eucimara, que tava ali pra ajudar. Ele era problema, então chegou um tempo que meu tio nenê foi lá e trouxe ele primeiro pra São Paulo. Carlinhos sempre foi problema, só que o seguinte, de tanto minha mãe falar, às vezes, o que eu aprontava era quase a mesma coisa que ele. Era um cara completamente... Arrumava confusão fácil. O Carlinhos foi o seguinte, na adolescência dele, ele sempre acostumado a trabalhar com meu tio; meu tio, às vezes, era uma pessoa boa; então, ele organizava umas coisas, ia vender em quermesse; toda malícia de vida ele aprendeu observando meu tio, porque teve vezes que meu tio fugia de casa porque minha avó dava dinheiro pra comprar carne e ele desaparecia dois, três dias, e aí, reaparecia, tomava outro couro, ficava calmo um tempo; daqui a pouco, desaparecia de novo, tanto que ele virou caminhoneiro; no trabalho dele, às vezes, ele passa mais de um mês na estrada. Quer dizer, a malícia do meu primo, ele pegou observando o modo do meu tio, ele já tava com uns 16 anos, apesar dele ter observado os modos do meu tio, ele não é uma pessoa violenta, ele é completamente de paz, ele é um cara, um brancão forte, fortão mesmo. Ele perto de mim, ainda sou abaixo dele; só que é um cara eu já presenciei em situações assim que, se é outra pessoa, pavio curto, que se fosse meu tio mesmo, teria partido pra briga, então sei que é um cara gente boa.

Ele se queixa de sua agressividade: acredita que a vida escolar a desenvolveu.

Minha agressividade não é herança familiar; foi modo de adaptação. Eu saí do centro de Diadema e fui morar do lado de uma favela. Imagina a discriminação pra quem anda com *all star* e pra quem anda com bamba; quer dizer, no tempo, o *all star*

era considerado tênis de rico; felizmente, minha mãe ganhou três pares da patroa dela, que trocou o guarda roupa dos filhos.

A violência já passou a ser uma coisa, que foi; eu tive que aprender a violência logo que eu fui pra 1^a série, o pr , eu fiz o pr  no centro de Diadema. Antigamente, onde é a praça da moça, não era a praça da moça, era um terreno inteiriço, a biblioteca ainda não existia. Ali, eles fizeram uma praça, quando eu comecei a freqüentar o pr , num sistema avançado. Antigamente, o pr  era um ano, não sei como t  agora, eles fizeram a praça, concluíram a biblioteca e entregaram   população. Quando eu fui pra 1^a série, eu tava próximo a minha casa; era só coisa de atravessar a rua eu tava na escola, porque eu morava a coisa de 200 metros da escola. Nesse terreno, já com árvores, na casa grande, foi a segunda casa que eu morei; a gente saiu da casa pequena, em que eu fiquei pouco tempo l , depois que cheguei de Minas e a gente foi pra essa. Passou coisa de um ano, dois anos e já tava no pr  e do pr , fui fazer o primeiro ano ali, já tinha criança que já vinha assim da quebrada de Diadema. Então, às vezes, a molecada pegava e roubava doce que a gente tinha comprado na cantina e sempre acabava apavorando... Só que não tinha esse negócio de violência minha, porque eles eram maiores que eu, nem tinha como eu reagir; então, geralmente eles levavam o que eu tinha e eu levava um cascudo; aí foi o problema, porque eu tava vindo do centro de Diadema e minha mãe vestia a gente diferenciado. A gente tinha assim uma certa diferença, mesmo sendo pobre a gente não andava assim de qualquer jeito. Então, o pessoal tinha raiva, sentia até uma certa indiferença...  s vezes, eu apanhava na hora da saída, dos mais velhos, tinha um tal de Figueira e um outro l  Gilberto, Alberto que era um problema na minha vida; eles tinham acho que doze, treze anos e ainda estavam na 1^a série. Eu fui reprovado na 1^a série, eles estavam nessa série; imagina uma criança de

oito anos perto desses caras de doze, treze. Acho que eles se sentiam revoltados de eu estar andando de *all star* e eles andando de chinelo, mas eles não sabiam que minha mãe tinha ganhado da patroa dela, também nunca falei isso pra ninguém; só que, todos os dias, na hora da saída, já estava se tornando um hábito eu apanhar deles. Então, eu passei um ano só apanhando desse pessoal, eu peguei a estratégia deles, eu sabia que eu apanhava na hora da saída por causa do excesso de couro que eu levava, mas não era coisa de deixar hematoma. A rua era de asfalto, eu saía parecia o estouro da boiada, a turma toda, poeira subindo, o pessoal dando chute em mim, eu correndo, eu ia conseguir me livrar disso tudo quando eu chegava na esquina; tava correndo a mais de cem por hora.

Acho que ter sofrido logo de infância, tem uma coisa gratificante, porque aprendi a me defender na maioridade. Então, durante um ano, foi essa coisa chata pra mim, de apanhar na hora da saída; depois, eu comecei a driblar eles e aquilo passou a ser aventura pra mim porque eu escapava deles e foi assim.

Então, eu comecei a driblar esse pessoal, só que aí minha professora começou a fazer um curso e eu comecei a apanhar toda segunda-feira, dentro da sala de aula, porque era uma suplente que não ficava na sala, ela passava um negócio na lousa e saía: a sala ficou vazia, sem um responsável; aí era um problema; aí aprendi a cabular aula, nesse primeiro ano, com oito anos de idade, aprendi a cabular aula. E, de repente, eu tava crente que tinha passado de ano, falei pra minha mãe que tinha passado de ano; quando chegou janeiro ela descobriu que tinha sido reprovado por falta. Minha mãe endoidou, mas não me bateu; foi procurar saber o que era e ela descobriu que eu realmente tava tendo problema e eu nunca tinha contado isso pra dentro de casa.

No outro ano, eu já tava revoltado, porque eu me via... Já perdi um ano por culpa de pessoas que só estavam me batendo. Aí, falei comigo mesmo: ninguém vai colocar a mão em mim sem que eu não revide. Aconteceu de eu brigar com um tal de Marcelinho; hoje em dia somos amigos; mas foi o primeiro na minha lista da escola. Na escola, eu me tornei uma lenda, porque todos os problemáticos, mais velhos, que aprontavam com os menores eu quebrei; eu ganhei todas; me lembro até de uma vez que eu peguei um menino, me lembro, ele tava discutindo comigo e na hora que o irmão dele tava chegando, ele me bateu na cara, nesse negócio de soco, pernada, eu ainda ganhei dos dois, veio gente apartar porque os dois tava apanhando. Talvez, pra mim foi satisfatório, mas eu não percebi o tanto que eu já tava violento. Eu tive uma briga na adolescência que a mãe do cara, quando olhou pra cara dele, ela chorou, eu deixei os dois olho do cara com hemorragia interna, foi mais de mês pro cara se recuperar.

Eu atribuo toda a violência que ficou acumulada dentro de mim, meu conhecimento em briga, briga de rua, por ter passado minha primeira série morando do lado da favela e sendo agredido todos os dias. Minha lembrança da primeira série, a adaptação, foi brigas; depois, fui aprendendo a me defender porque eu nunca usei a violência pra bater numa pessoa mais fraca que eu; sempre usei a violência pra me defender; eu nunca saí agredindo uma pessoa, pra falar que eu saí agredindo uma pessoa covardemente, eu só dou soco, eu não chego à covardia, mesmo tentando me defender.

A violência mais forte na primeira série foi no instinto de auto defesa porque, depois desse ano inteiro de sofrimento, de uma transferência de uma escola pra outra, porque estudar no centro de Diadema é um pouco diferente; estudar no centro de uma favela é completamente diferente. Então, se adaptar é, por exemplo, crianças normais a um pessoal que já nasceu na violência é complicado. Eu passei um ano sofrendo

violências assim, que eu não entendia porque, mas depois eu vi que era só diferença social. A roupa faz o status da pessoa, mas mal sabiam que a roupa que eu colocava, era porque a patroa da minha mãe dava quando ela ia refazer o guarda roupa dos filhos dela.

Eu cabulei muita aula; nisso daí eu nessa aprendi a matar aulas pra escapar da agressão na segunda feira. Eu ia pra escola de terça a sexta-feira, os mesmos problemas na hora da saída; aí, depois de eu ter aprendido, terminou o ano. Eu acreditei que tinha passado e falei pra minha mãe, de pés juntos, que tinha passado e quando minha mãe foi levar minha tia na escola, ela deparou com a minha lista de reprovado, o meu nome lá. Ela quis morrer, mas eu não falei porque eu tinha repetido; falavam que eu tava matando aula; eu não afirmei mais nada a não ser: mãe, tô matando aula. Não quis passar esse tipo de problema pra ela, nem sei porque, mas não quis. Quando eu comecei a fazer a primeira série de novo, eu parti pra cima e falei: desta vez ninguém vai me atrapalhar; ninguém vai me atrapalhar porque eu vou ser mais eu. Aí eu comecei de ser o agredido, com nove anos, eu era o agressor e quando e saí dessa escola, na quinta série, **eu era um mito...** Eu era o cara que se encarasse, eu não perdia. Eu comecei a ver as outras pessoas que eram assim reprimidas de uma forma diferente; algumas vezes, eu tomava briga e, geralmente, quando eu tomava a frente, aí a pessoa que tava agredindo passava a ser a agredida. Tinha alguns que eu ia cultivando, era aqueles inimigos que eu ainda respeitava pela força, mas tinha um dia, chegava sempre o dia deles, foi assim com Marquinho, foi assim com o Adelson, foi assim com os irmãos Raia e foi assim com os outros, porque eles eram os mais problemáticos. Eu via que ia ter problemas, como se fosse numa luta de boxe; eu ia analisando eles e um dia eles me pegavam sem paciência; era o azar deles porque eu tirava todo aquele stress que eu tinha, aquela

repressão que me faziam, ia engolindo. Em certas ocasiões, é complicado; fica uma sensação estranha. Isso tudo com essa idade; até a quinta série foi nessa batida.

Na quinta, fui pra outra escola e tive o mesmo problema de adaptação, só que uma coisa mais sutil, mais breve, e eu mostrei que eu sei me defender sozinho e não precisava de ninguém pra tá do meu lado; eu só ficava com as pessoas que eu gostava. Eu mudei de bairro porque na quinta série eu arrumei uma briga com um garoto do bairro do lado. Esse cara era o problema de todo mundo na escola, ele andava junto com o Marco; esse Marco eu peguei um dia antes, um dia antes de eu pegar esse cara, eu peguei o Marco e a mãe dele foi na escola fala comigo, porque eu bati tanto no filho dela, e eu peguei e falei: simplesmente: seu filho passou metade do ano me aporrinhando e batendo em crianças que não agüentava com ele e me pegou assim num dia que eu tava meio chateado e aí não prestou mesmo, daí ele se deu mal, bati no seu filho só por causa disso, porque ele é um covarde; quando eu falei isso, ela não falou mais nada. Esse rapaz, ele apanhou tanto, a gente tava jogando bola, no comecinho das aulas, depois do meio do ano, e aí eu já tava com uns doze, treze anos, e ele pegou e falou que ia me pegar; eu falei: tudo bem, e eu já tava naqueles dias assim, meio saturado mesmo de agüentar as aporrinhações dele, a pessoa provoca e você releva, a pessoa provoca e você releva ... Naquele dia, ele conseguiu fazer eu chegar no limite, e falei, na hora da saída eu vou tá subindo sentido tua casa e aí ele não teve tempo de chegar até lá, porque eu peguei ele no meio do caminho; aí, outras pessoas tentaram tomar as dores dele; só que aí entrou um cara maior que todos e falou: não, esse cara sinceramente merece apanhar e ninguém vai entrar. Então na hora que ele tentou dar o primeiro golpe, que eu puxei o braço dele, eu nunca aprendi uma arte marcial, mas desde o início da primeira série que eu refiz, fui obrigado a refazer, o primeiro garoto

que eu bati, foram na cela me perguntar assim... Na cela? Na classe, nossa tô tão acostumado com essa cadeia! Sabe, sinceramente tá sendo um problema...

Chegaram na classe e me perguntaram se eu não tava com algum tipo de arte marcial; falei: não, só tô aprendendo a me defender. Esse foi o primeiro que peguei e já apanhou pra caramba. Lembro que dei um soco nele, que ele rodou e deu uma girada de 360; na hora que ele rodou de novo, parou de frente pra mim e levou outro, quer dizer ele chorou pra caramba. Depois entrou a diretora pra separar e aí eu comecei a ser visto por todas, quer dizer todo mundo da escola, da parte que tomava conta de mim, conhecia e sabia que eu era um cara problema. O diretor já perguntava: o que você aprontou dessa vez? Já quando eu aparecia e era sempre com briga e esse cara apanhou tanto: eu puxei o braço dele e dei um rodo nele; ele caiu e quando ele caiu, eu tava em cima dele. Então, foi minha bola da vez, ele apanhou tanto, mas tanto, que o pai dele, na hora que viu aquele estado passou a mão no revólver, pôs ele dentro do carro e ficou me procurando no bairro. Meu tio ficou sabendo dessa confusão; minha mãe apavorada, na hora que ficou sabendo da proporção do problema que eu tava, já me tirou da escola imediatamente. Só que aí, meu tio foi lá e falou: ele vai terminar esse ano na escola. Falou pra minha mãe ficar tranqüila: porque tomaria conta.

Quando cheguei nessa outra escola, eu tive um problema de adaptação, de novo. Aí eu já tava com quatorze anos, já tinha aprendido, na beira da favela, que se você não se defender sozinho, você vai ser engolido pelos outros e aí eu tive que mostrar que era mais eu, nessa escola também; só que foi uma coisa rápida, não chegou a durar.

No final, todos que briguei na escola viraram meus amigos; alguns. Ficou a amizade cultivada até hoje, outros a gente se afastou, mas o contato com a violência, a agressão física mesmo foi da primeira a sexta série. Lógico que depois teve brigas de

salões, briga em festa, só que foi mais assim... na fase da adolescência, a rebeldia, mas foram contornada, teve alguns problemas assim de ter até perigo de vida pra mim ... sei lá porque, consegui escapar.

Sobre ser uma “pessoa descontrolada...”

Então, devido a esse problema de violência na minha infância, eu me tornei uma pessoa assim, até que às vezes é descontrolada. Eu vim ter consciência do autocontrole quando eu vim preso, porque agredir uma pessoa aqui dentro do sistema é uma coisa de vida ou morte. Quando você vê que matar uma pessoa pode te tirar trinta anos da sua vida, você pensa e vê que é possível. Eu aprendi a engolir muito sapo aqui dentro, por causa disso. Quando eu entrei dentro de um DP (Distrito Policial), imaginei que fosse uma terra sem lei, mas entre aspas, tem as leis, que regem o mundo e que, infelizmente, se você aprontar uma dessa, você não vai sair tão cedo, é encarado como o tal, e aí, não é que você é o cara que se defende, é burrice mesmo. Então, entre mostrar que eu sou mais eu e contar um, dois, três, quatro até dez que seja pra passar a raiva, eu agora tô optando por isso. Quando vim pra cá, tive que passar por essa lapidação porque eu era um cara meio explosivo, tanto que, quando eu saí da LAI, a antepenúltima firma que eu trabalhei, eu tive um processo de agressão. A violência teve sempre presente, mas não foi uma violência impulsionada pelos pais ou pela família; foi o próprio mundo que forçou, que forçou a tendência pra violência. A violência se tornou uma coisa impulsiva... Agora, a violência em si, ela era coisa de autodefesa, mas não agredi ninguém que não agüentasse comigo; todas as pessoas que eu fui pra cima ou tinham falado alguma coisa que eu não gostei ou tinham me ameaçado de alguma maneira.

Então, eu acabei agredindo; agora, as outras pessoas que eu fui brigando no meio do caminho foi pra me defender e acabei virando agressor.

Uso de drogas e pequenos furtos

Eu comecei a usar droga, acho que eu tinha quinze pra dezesseis anos; é, foi isso mesmo, foi quando todo mundo começou a roubar no 155 (furto) e eu era o único que trabalhava e ficava no meio deles. O meu salário não dava pra comprar nada e eles passavam a noite na diversão; eu nem andava com eles, eu estudava, tava trabalhando numa multinacional. Outro dia, até lembrei da minha chefe; ela chorou quando fui mandado embora; viu que eu usava drogas, já tava andando junto com a marginalidade. Na adolescência, eu trabalhei, eu trapaceei como estelionatário; pratiquei 155. 157 (roubo) eu só pratiquei uma vez, na adolescência, por conta que eu fui buscar uma bicicleta, mas mesmo assim se eu usasse a arma, a arma não ia disparar porque era uma arma antiga; pra ela disparar, eu tinha que engatilhar e eu não sabia desse detalhe. Eu só fui saber quando eu entreguei a arma pro cara; eu fui mostrar a arma pro cara, eu puxei o gatilho e não saiu nada. Eu falei: caramba! Puxei o carrinho e ela disparou e quase que acertou na perna do cara. Falei: caramba, a arma funciona desse jeito e eu tava pensando que era de outro, quer dizer eu nem considero.

Eu tinha treze pra quatorze anos quando eu comecei a estudar em Diadema e arrumei trampo na granja. Depois disso, eu passei pra Sodi, que era uma entidade que ensinava as crianças, o trabalho de escritório. Eu fui pra uma empresa; nessa empresa eu não roubei; trabalhei direitinho, quer dizer, as influências fazem um pouco da sua personalidade, porque eu trabalhei na Masley e nunca peguei nada; o máximo que eu

fazia era andar um pouco a mais e pegar o dinheiro da condução, quer dizer, até então não tava lesando ninguém porque eu tinha que pegar o ônibus; se eu andasse dois quilômetros a mais, o problema era meu, eu conseguia cronometrar e fazia os trampos, e ainda tinha o meu dinheirinho pra ir no fliperama, comer alguma coisa.

Eu passei pela granja primeiro, antes de trabalhar em empresa, escritório. Então, eu roubava... Na granja o que dava pra assistir um cinema, toda segunda-feira, ir pra salão, me vestir bem, comprar livros, porque eu roubava, mas não tinha o que fazer. Então, eu investia em cultura, ia assistir sociedade dos poetas mortos; toda segunda-feira, eu assistia um filme, vestia a Nice bem. Quando ela começou a perceber, eu pedi as contas e entrei na Sodi; só que na Sodi tinha o Camil; o Camil eu conhecia da escola há muito tempo, só que o Camil era o problema da Sodi. Com ele aprendi a matar dinheiro, a pegar dinheiro de condução, essas coisas; quando cheguei na Masley, já tava treinado; aí, saí da Masley e fui pra Pentel, que era uma forjaria.

Matar dinheiro é andar a pé e pegar o dinheiro do ônibus, comprar uma coisa numa loja e adulterar nota, quer dizer, todas essas falcatruas que um boy pode aprontar numa empresa o Camil passou pra mim; o resto eu fui aprimorando com o tempo. Quando eu voltei, eu fui mandado embora da Pentel, porque ela faliu; fui pra Monforja; eu cheguei lá no contas a pagar; eu comecei a trabalhar direitinho, só que depois, eu via que o meu salário não tava dando legal, porque eu tinha que custear a minha condução pra ir pra Diadema pra estudar. Aí comecei a fazer as falcatruas; comecei a vender vale-refeição. Depois disso, eu dei um golpe num cara; a gente, eu e o Sandro, achou uma pasta e lá tava talão de cheque, ticket restaurante, essas coisas. Falei: os tickets restaurante vai ficar tudo comigo; o talão de cheque... É que eu tinha ouvido uma história do Wellington. O Wellington falou assim, que um cara comprou uns tênis e

sustou o cheque e ficou tudo bem. Naquele dia, eu tava com talão de cheque e falei: e aí Wellington, deu certo mesmo? Ele falou: oh! Lógico que deu, o cara foi e sustou o cheque e foi uma maravilha. Aí lá tava eu na X comprando jaco. Falei: Wellington, vamos comigo, que você só vai pagar; eu era tão esperto, pensava que eu era esperto, que eu falei assim, pô, meu, vou ter que pagar tarifas do cheque sustado, essas coisas. Falei: Wellington, é o seguinte, eu vou comprar um jaco pra você e você vai pagar essa tarifa do cheque sustado pra mim, essas coisas de cheque devolvido. Aí, ele falou: não, tudo bem. Aí tá lá nós na X, chegamos lá, compramos tal, fomo num restaurante, comemos legal, aí voltamos. Naquele tempo, ninguém tinha X, quem tinha X era só os motoqueiros, e era caro pra caramba e lá chega a gente, cada um com uma X. O que vocês tão aprontando? Eu não falei nada, ele também não falou nada; aí, chegou na segunda-feira sustei o cheque. E, um belo dia, eu tô conversando com o gerente, o cara vai falando no telefone: mas esse Paulo, ele trabalha aqui, mas é o seguinte, eu não sei, é quase três mil pessoas trabalhando aqui, eu não sei quem é o cara. E eu tô lá vendo, e ele falou: caramba, o cara comprou o negócio lá e sustou o cheque; agora, a mulher quer fazer o reconhecimento. Na hora que ele falou reconhecimento, falei: meu, não posso mais, ninguém pode saber meu nome. Aí desapareceu, isso aí foi esquecido, quando eu falei pro Sandro o que eu tinha feito. Falei: Sandro, pô, seu cheque é cinco estrela, vai ser bico, vamos comprar videogame, vou comprar tênis, vamos fazer a festa. Aí ele pegou e colocou o William, porque precisava, a gente teve que autenticar o RG dele, essas coisas. Ali eu descobri uma manobra, com pouco de vaselina você tira xerox e você apaga o nome do RG e refaz na máquina, tira xerox e autentica. Esse William era um cara muito mais leve, trabalhava no cartório, eu conhecia ele do salão, que era clube, e eles alugavam um salão, todo domingo, pra virar salão de baile e eu geralmente não

pagava. A gente pulava o muro e driblava a segurança. Às vezes a gente tinha dinheiro pra pagar, pra entrar, mas só a adrenalina de driblar a segurança já valia a pena. Então, a gente não pagava mais, a gente entrava todo mundo, era um pelotão de mais de vinte guarda, sabendo que a gente ia pular, mas geralmente eles pegavam a gente lá dentro, ia buscar a gente no salão, eles já sabiam que a gente tinha pulado, então eles viam a gente no salão, e vem cá, arrastava, aí consecutivamente a gente pulava de novo, então era uma diversão, driblar aquela segurança. Aí, eu conheci o William... e a gente se via na rua, tal, porque ele trabalhava num cartório, fazia segurança em outros lugares. Quando ele ficou sabendo que era um cheque cinco estrelas, aí mudou, me deixaram pra trás. Eu cheguei atrasado quinze minutos; o Sandro foi e fez a festa, comprou um monte de coisa, mas só lembraram de mim num tênis rainha; nem um videogame me deram. Conclusão: a casa caiu, o pessoal da loja foi direto nos pais do Sandro. Na hora que fiquei sabendo que o rombo era de mais de quinze mil, dava pra comprar uma chácara, o pai dele deixou de comprar um sítio pra pagar essas dívidas. Ia dar cadeia pra ele; a mãe dele ficou na marcação. Quando desapareceu a maleta do Armino, eles falaram: o Paulo tá envolvido nisso; só que ela não falou nada porque sabia que o filho dela já tava envolvido nisso aí. Eu peguei os cheques do Armino e aí compramos um negócio; tentei comprar um videogame, não consegui comprar; quer dizer, era só coisa supérflua, mas aí era o conhecimento, o conhecimento valia pra toda a vida, entendeu?

E o Marcelo, num belo dia, escondendo revista pornô assim no forro do banheiro, subiu numa pia do banheiro, quebrou a pia e a marca do tênis ficou lá. Foi feito uma CPI entre todos os boys; tinha uma menina que ela pagou com a língua; ela falou que eu sabia quem tinha quebrado; de fato, eu sabia, mas eu não ia falar nunca. Aí, a minha chefe falou: se você não falar quem é que realmente fez isso, eu vou mandar

você embora. Eu fui falar com o chefe da segurança; minha esperança era o cara pegar e falar que foi ele; não queria ter que fazer esse tipo de coisa. Na hora que eu tava na sala, o cara apareceu e falou: não, fui eu que quebrei a pia lá. Só que eu já tava pego em outra CPI e começaram a mostrar o que tava acontecendo. Fui mandado embora, dizendo que não sabia. Só que depois, a mãe do Sandro foi lá e confirmou. Falei: ah, é, é assim? Ah! Então, só que o filho dela também tá no meio, o filho dela foi que falsificou tudo, levou lá no cartório, e reconheceu firma, é um cara que tava junto comigo nisso daí, eu fiquei só com os tickets restaurante e fiquei com os cartões que pra ele não vai ter utilidade. Ele ficou com todas as folhas de talão de cheque. Nós dois fomos embora junto. Minha chefe olhou pra mim e falou: o que dá você ter se misturado com o filho da ... Aí começou a chorar; aquilo pra mim foi uma dor no coração porque antes mesmo de eu ter lucrado, eu fiz uma coisa, eu perdi ouro, porque foi à confiança dela, eu traí a confiança dela. E, quando eu saí da sala dela, eu chorei de remorso, não de ter roubado, mas sim de... ela confiava em mim e eu marquei foi nisso daí.

Eu tava trabalhando tal, começou um papo de tráfico de vale refeição. Os meninos da contas a pagar, eles começaram a furtar vales e revender pros boys comer lanche porque era assim, se você tinha os vales-refeições, não vinha descontado, se você quisesse um lanche na parte da manhã, ou na parte da tarde, ou jantar de novo, você tinha que dar outro; se você tirasse, ia faltar pra você e ia ter que comprar; então, eles cobravam uma soma irrisória dos que fossem comprados a mais. E esses caras começaram a vender. Um belo dia, eu falei: quer dizer então que vocês estão vendendo e tão cobrando este preço absurdo de mim? Vocês vão comprar de mim, sabia? E 15 dias depois, eles tavam comprando de mim porque eu era o cara que mais tinha vale refeição pra vender, porque eu descobri o caminho do ouro. Um belo dia, eu fui ao

Departamento Pessoal comprar vale pro pessoal do escritório e eu cheguei lá e vi onde ficavam os vales e no outro dia eu voltei lá e só tinha uma pessoa, ela se distraiu comigo e aí eu levei. Depois que eu levei a primeira vez, eu voltei a pegar assim, cautelosamente, só que eles começaram a perceber e eu comecei a roubar na gráfica, só que na gráfica eu precisava do carimbo, então eu tinha que roubar na gráfica e pegar o carimbo de lá, sem ninguém perceber e um belo dia o cara da gráfica viu eu pegando os vales, só que como era coisa de alimentação, eu fui chamado lá na gráfica e o cara falou, vocês pegam pra vocês comer lanche, então, você vai devolver o que pegou e eu não vi nada, tá bom? Tá bom, devolvi tudo. A gente começou a pegar os malotes de vale, que saíam do restaurante e voltavam para o departamento pessoal; então, isso foi me dando uma estrutura de como agir no 155 (furto) sem ser percebido.

Trabalho precoce

Meu primeiro emprego foi vendendo sorvete; mesmo não tendo necessidade, fui à batalha, com meus onze, doze anos. Tinha um amigo meu, Omar. Ele vendia sorvete e eu, eu sempre fiz amizade com as pessoas que eram excluídas daquele ponto de visão das pessoas, mesmo entre crianças tem essa divisão. O Omar era um cara quieto, que as pessoas sempre tavam maltratando ele; assim, de forma verbal, pra gente que é criança passa despercebido, mas depois, quando você começa a analisar vê que aquilo era humilhação e discriminação. Eu fiz amizade com ele jogando bolinha de gude; às vezes ele não tinha bolinha de gude, eu dava as minhas pra ele brincar; eu era criança que dava meu brinquedo pra outra poder brincar e participar daquilo. Eu descobri que ele vendia sorvete porque uma vez um cara tava chupando sorvete, um rapazinho tava

chupando sorvete e o Omar falou: deixa eu chupar um pouquinho? E o cara falou: meu, você vende sorvete, vai trabalhar, meu, vai trabalhar! Eu vi que aquilo magoou ele, e eu, olhando aquilo e depois perguntei: Omar, você vende sorvete? Ele falou: vendo. E eu comecei a especular a venda de sorvete e um dia ele falou: então, você quer ser meu sócio? Ele é mais velho que eu uns dois anos, eu acho. Acho que ele tinha uns treze, quatorze anos, só que ele tinha problema de visão e isso retardava ele na escola. Foi meu 1º emprego. A gente saía da escola, eu ia pra casa, às vezes eu nem ia pra casa e a gente ia vender sorvete. A gente andava no bairro, quer dizer andava um pouco próximo ao trecho da Anchieta, que tem uma parte da rua, que você vai andando, andando, andando e você cai na Anchieta. Então, ali era nosso ponto final porque a gente subia de novo e retornava pro bairro e, nesse trajeto, a gente conseguia vender quase todo sorvete. A gente ia conversando, eu lembro que uma vez a gente saiu num tempo nublado, vento frio, tava ventando bastante. Ele falou: Paulo, se alguém comprar um sorvete, eu dou todo esse carrinho de sorvete, porque a gente saiu pra vender sorvete, mas a gente sabia que não ia vender, mas, mesmo assim, a gente vendeu alguns sorvetes. No final das contas, a gente prestava contas pro dono da sorveteria; ele cedia um carrinho pra gente, a gente era um dos poucos que conseguia ter um carrinho, mas a gente nunca deu um chapéu nele. Depois que a gente fechava o caixa, pagava o lucro do cara e a gente ficava com o nosso; a gente dividia o dinheiro e o final era sempre tomando refrigerante, comendo doce, jogando pimbolim. Tinha uma bomboniere do lado da escola: ali, a gente fazia uma dupla, era eu e ele contra qualquer pessoa que tentasse desafiar; quem perdia pagava a ficha. Muitas vezes, ele não tinha e eu financiava pra ele jogar junto comigo, sabendo que ele era péssimo, não tinha uma

visão, a gente quase sempre perdia, mas, só pela emoção da brincadeira aquilo já valia... Então, meu primeiro emprego foi esse, vendendo sorvete.

Minha mãe nunca ficou sabendo que eu vendia sorvete. Depois de um certo tempo, houve um comentário; meu tio Túlio ficou sabendo, só que ele não recriminou porque, na infância dele, ele vendia sorvete também, só que pra ajudar minha avó; meu tio fazia pipa pra vender, capinava terreno. Aquela bagagem que eles traziam de fazer alguma coisa por si próprio, eu vivi. Ele não me recriminou, e falou: você tá certo, é isso aí, tá fazendo por onde para arranjar seu dinheirinho pra não gastar sei lá com quê. Ele não via em mim uma pessoa problemática; ele sabia que eu não tinha problemas com drogas nem com bebida alcoólica. Eu sempre, nas festas, eu degustava de alguma bebida, numa festa de natal tomava champanhe, tomava vinho, mas não que aquilo fosse me embriagar, entendeu? Isso era só natal e ano novo; ele sabia que não era uma criança problemática; ele sabia que o dinheiro era pra doces e até mesmo pra um fliperama ou coisa parecida; ele também era contra eu freqüentar fliperama.

A granja – primeiros furtos

Na granja, eu fiquei um tempinho lá e foi aonde que eu comecei a furto dinheiro mesmo e comecei a me igualar com pessoas que não tinha condições de me igualar.

Comecei a furto devido ao conselho de um vizinho, eu comecei a furto; a primeira vez foi uma sensação de medo, mas eu comecei a ver facilidade. Comecei a freqüentar bons lugares, quer dizer, eu saía lá da favela e não ia pra um salão aonde tinha favelado, não que eles não merecessem, é porque eu não via, eu não via nenhum atrativo pra mim ir até aquele salão ou freqüentar algum lugar ali, aonde o pessoal

freqüentava. Então, quando eu tava na granja, eu freqüentava Overnight, freqüentava Contramão, a antiga Tocco. Já tinha quatorze, quinze anos; eu queria me experienciar, ir nesses points que tinha gente diferente. Toda segunda-feira eu ia pra um shopping assistir um filme, comprava um livro. Apesar de não ter ninguém em casa que gostasse de leitura, eu adquiri um gosto por leitura e até então comecei a comprar, uma vez por semana, eu comprava um livro pra ler, não um livro best seller, ou romance, mas da série Vaga Lume eu tinha vários. Quando ela começou a desconfiar que tava sendo lesada de alguma forma, o dinheiro tava varando, e ela não sabia por onde, eu pedi pra ser mandado embora, eu deixei ela numa sexta-feira, eu lembro que ela falou: pô, você vai me deixar numa sexta feira, sendo que amanhã é um dia de movimento? Eu falei: não, a senhora tá pensando que tá sendo roubada e não sou eu; então, antes de desconfiar de mim tô saindo fora, só que mal sabia ela, que eu era o cara que tava lesando ela; ela nunca soube. Depois, o problema de consciência me condenou, porque eu saí, passou poucos meses, ela fechou a granja, e aí, eu naquela consciência, na minha visão, vi que ela dependia pra pagar as dívidas dela, pra terminar de criar os filhos, então, aquilo bateu, assim, como uma dor na consciência; pô, eu roubei tanto a mulher que eu consegui fechar a granja dela, e não era isso que eu queria. Então, aquilo ficou por alguns dias na minha mente. Olha, se não foi isso que causou o fechamento, eu assumi essa culpa porque quando ela fechou, eu fiquei sabendo que ela fechou a granja, veio aquele peso na consciência, então se não foi por isso, eu colaborei muito, então é... Como se eu fosse culpado por inteiro. Eu criei a culpa, mas a culpa foi momentânea porque, depois disso, eu esqueci as dificuldades. Depois, eu fiquei sabendo que os filhos dela foram para o Japão, que ela tinha, ela era uma viúva, tinha arrumado uma nova

pessoa, então, a vida dela continuou no curso, mas quando fechou a granja, eu me senti culpado por aquilo.

Sodi – Instituição que dava cursos profissionalizantes e encaminhava adolescentes para empregos.

Fui pra Sodi; tinha rebeldia comigo, só que a Dona Cleide sempre gostou de mim. A Dona Cleide foi uma das pessoas que pôs a mão no fogo por mim, ela era responsável da instituição, da Sodi, quer dizer sociedade de proteção do menor. Essa sociedade pegava as crianças e educava elas a ponto de você ficar hábil a fazer qualquer trabalho de escritório ou qualquer trabalho manual. Meu tio passou por ela e a empresa que ele foi encaixado, hoje em dia ele é gerente de lá. Dona Cleide pegou um certo carinho por mim, porque ela via que, mesmo com tantos problemas, eu tinha um coração bom, eu não sei se hoje eu tenho, mas naquele tempo ela confiava em mim. Uma vez, eu e o Camil, eu tava passando por um cara, e o Camil falou: pô, esse cara é boy, meu , vamos catar o relógio dele? Só que o Camil, ele não meteu as caras; infelizmente, eu nem ia pegar o relógio do cara, só que na hora que bateu a mão no relógio, quebrou a pulseira e o relógio caiu no chão; então, ficou mais fácil, e eu peguei o relógio: quando esse cara veio atacar, eu me defendi, só que quando eu me defendi, ele viu que não agüentava comigo e saiu fora, só que ele sabia que estudava na Sodi. Conclusão: no outro dia, Dona Cleide tava lá pra recolher o relógio do cara, o relógio tava na minha gaveta, eu devolvi pra ela. Ela falou pra minha mãe o que tinha acontecido; aí, numa reunião entre os coordenadores da Sodi, uns queriam me expulsar, ela foi a única que colocou a mão no fogo por mim e me segurou eu na sociedade; aí, eu

terminei o curso, só que esse curso que eu terminei, eu fui reprovado. Era como se fosse uma aula de bom comportamento pra você se comportar numa empresa a nível de saber lidar com seu patrão e a nível de fazer suas funções no escritório. Eu fui reprovado justamente por causa desse bendito relógio e porque eu não me dava com a professora; eu sempre fui do contra; então, a professora preferiu me reprovar, achando que eu não tava apto; só que, no outro curso, no outro curso eu dei a volta por cima. Eu passei de novo pelo mesmo curso, eu fui reprovado e voltei de novo a fazer; a segunda vez eu fiz esse curso tão bem. O Camil foi pra uma outra empresa; o Camil trabalhava direto na Sodi, era boy; então, ele foi mandado pra uma outra empresa e ali ele foi avisado que se ali ele não trabalhasse direito ele ia ser cortado da Sodi porque a Dona Cleide também via nele um garoto problemático, devido ao tratamento da mãe dele. O Camil foi muito judiado; algumas vezes eu vi o Camil chorar em cima de um prato de comida, enquanto a mãe dele xingava ele. Muitas vezes o Camil passava a noite na rua porque não tinha onde dormir; a mãe dele proibia ele de entrar dentro de casa. Eu tinha o Camil como um amigo; conheci ele na escola; eu cheguei na Sodi, ele já tava, tanto que o Marquinhos, quando morreu no Shopping, o Camil tava junto e o pai dele recolheu ele e hoje ele é um homem de bem, um homem que tem caráter devido a educação que o pai dele deu, a partir dos quatorze, quinze anos dele. A mãe dele só fez só enxotar ele; talvez acho que até vingança, por raiva pelo pai. Quando o Camil foi pra aquela outra firma, eu fiquei estudando e eu ganhei um relógio de bom comportamento. A Dona Aparecida, que era uma dona de empresa, que ela ia lá pra dar aula de escritório; então, a gente tinha aula de educação, mas a aula de escritório era Dona Aparecida que dava. E eu me comportei tão bem, que o outro lado da moeda foi ser gratificado e ela lembrou, ela falou bem assim, eu lembro das palavras dela; ela falou: esse relógio tá sobrando

aqui, mas é pra uma pessoa que mostrou seu valor perante a instituição e ele fez agora pra merecer; ela chegou e falou: Paulo, tá aqui o relógio, esse relógio é seu não porque você é bonitinho ou coisa parecida, é porque você fez pra merecer, toma esse relógio. Ele me acompanhou por um tempo até eu trocar por uma mochila. Daí então, eu peguei o diploma e fui mandado pra Masley. A Masley é uma de empresa de forjaria que ela tinha mais duas outras empresas, só que a Masley ela fazia toda parte elétrica, ela criava disjuntores, fiação, quer dizer, ela revendia fiação, ela comprava fios e patenteava com o nome dela e revendia. Só que essa Masley começou a ter problema financeiro; me mandaram pra Pentel.

Quando eu cheguei na Masley, eu era boy, fazia a parte de escritório, ajudava em arquivos, e ali eu comecei a andar em São Paulo; foi o primeiro trabalho que me deu liberdade pra conhecer São Paulo. De repente, eu me via na Praça da República, no centro da cidade, andava, foi aí que, devido a idéias de Camil, aprendi a matar as conduções e ter um dinheirinho; não que eu furtasse da empresa, mas o que eu andasse a pé, era meu por direito. Chegou um tempo que essa empresa começou a passar por dificuldades e aí ela foi fechando as portas, fechou a primeira porta, a Pentel; os dois boys que tinham lá foram mandados embora; aí, a outra empresa que nunca cheguei a conhecer também fechou; só ficou a Masley porque ela vendia flanges pra uma petroquímica. Então, chegavam uns flanges lá, que eu não sei de onde vinha, e a gente fazia um acabamento, a gente que eu falo, tinha três pessoas lá que faziam isso, eles faziam um molde de uma palheta, que eles usavam uma resina que fedia pra caramba. Quando me mandaram embora, falaram: olha, boy você tá sendo desligado não porque você é mau funcionário, mas sim porque a gente não tem mais condição de pagar o seu

salário. Aliás, nós estamos desligando da Sodi. Recebi os meus direitos e voltei pra Sodi.

Quando eu voltei pra Sodi, o Camil tava jogando bola lá na quadra. Falei: e aí, Camil, tudo bem? Eu tava indo lá prestar contas à Sodi; aí nessa de jogar bola, o Camil conseguiu arrumar confusão com um cara que, hoje em dia, quando ele me vê, ele muda até de caminho, e ele queria porque queria bater no Camil e eu separando, separando, naquela, deixa o cara quieto, não vai mexer com Camil, tal ... Nisso daí, quando viu que eu tava a favor do Camil, aí ele tentou testar a minha febre; ele olhou pra mim e falou: já que você não quer que eu bato no Camil. O Camil é da minha altura, só que eu sabia que se o Camil batesse nele, ele seria expulso da Sodi, e não era isso que eu queria, que o Camil fosse expulso, porque ele dependia daquele emprego pra comprar sua roupa, pra pagar condução, comprar seu material da escola.. O Camil foi um cara que eu cheguei na escola, ele já tava lá, então ele foi um dos primeiros que fiz amizade, quando ele tava na Sodi, ele passava várias vezes na granja pra pegar dinheiro pra jogar fliperama, e eu sempre emprestava; ele não sabia de onde vinha o dinheiro, mas eu também nunca contei; às vezes, na hora do almoço, ele me via numa lanchonete, que chegou a um ponto, que eu tava roubando tanto da japonesa que eu não ia mais em casa almoçar; eu ia numa pastelaria, comprava um pastel especial, depois ia pra um fliperama de frente. E o Camil, ele sempre dava sorte de passar e eu tá fazendo alguma coisa e ele sempre ganhava alguma coisa; ele jogava fliperama comigo, ele comia um pastel comigo, essas coisas... Então, eu já sabia que a Dona Cleide já tinha falado com ele; ele também foi absolvido no roubo do relógio e ele foi avisado que, se acontecesse outra coisa, ele seria expulso. Quando esse cara viu que o Camil não ia brigar porque eu não tava deixando, ele falou: já que não vou brigar com Camil, vou brigar com você,

quando ele falou isso eu dei um murro no olho dele, que eu joguei ele no chão; quando ele levantou, ele já não era mais o cara que queria brigar, era o cara que tava correndo. Quando a Dona Cleide viu o olho dele deformado falou: Paulo, você é um problema, já tava todo mundo opinando em me expulsar da escola mesmo, isso e aquilo. Os pais dos garotos foram no outro dia na Sodi pra saber quem era eu, quem foi o cara que fez isso no olho do meu filho. Aí, a Dona Cleide falou: olha, esse seu filho tava querendo bater no Camil e o Paulo tava tentando apaziguar, só que quando o Paulo conseguiu apaziguar o lado do Camil, esse cara tentou bater no Paulo e aí o Paulo agrediu ele. Eu usei tanta força que eu tirei ele do chão e ele caiu e, quando ele caiu, ele já não era o cara que tava bravo. Dona Cleide novamente pôs panos quentes; não fui expulso. Seu Erasmo, que era um militar aposentado, também ele falou, olhando assim para mim, ele descreveu o meu lado psicológico, a minha mente; ele falou: é um cara que ele não arruma confusão, ele é problemático pelas más influências.

<i>Cheques roubados, estelionato...</i>

Aí, me mandaram pra Monforja; lá, eu comecei a trabalhar e a minha chefe pegou um carinho tão grande por mim, que ela me mandou embora uma vez; quando ela percebeu que ela tinha feito uma injustiça comigo, ela me chamou novamente pra trabalhar. O Cristiano, uma vez chegou e falou assim: olha, meu, eu tenho oito anos aqui de firma meu, se afasta do Sandro, que a mãe dele é chefe e se der um pepino, vai jogar tudo nas suas costas. Eu falei: tudo bem, Cristiano! Até então, eu não levei a sério aquilo; eu fiquei passando fax e telex; naquele tempo, ainda existia máquina de telex; hoje em dia, eu acho que as empresas nem usam mais esse tipo de máquina. Eu me

descuidei, a Emília passou um monte de trabalho pra mim fazer e o tempo passou; o banco fechou e eu não fui no banco, esqueci; quando eu cheguei de manhã, o “velho” tinha perdido, uma transação enorme, um monte de dinheiro e aí a Bel não sabia porque eu não tinha feito os DOCs e aí ela me mandou embora. Só que, quando ela me mandou embora, a própria Emília entrevistou por mim e falou porque eu não fui e me contratou de novo; aliás, a papelada nem tinha ido. E o Sandro entrou, quer dizer ele, o filho da chefe, ele entrou registrado e eu, pra eu conseguir uma conta de banco, eu tive que fazer mundos e fundos, e ele já entrou registrado, ganhando dinheiro ... Quer dizer tinha uma certa diferença entre ele e eu, mas o meu lugar era aquele e eu não me importava com nada; foi aí então que ele começou a fazer a falcatura junto comigo; ele fazia porque queria, eu fazia por uma certa necessidade, entendeu? Foi aí aquela história do talão de cheques...

Então, depois disso tudo, Alfredo pôs toda carta na mesa; e eu, como num tinha uma bagagem, uma bagagem errada, assim, não tinha um procedimento de tá mentindo, eu ocultava, mas não mentia, eu falei toda a verdade; quando falei a verdade, eu descobri que foi a mãe do Sandro que tinha falado as coisas sobre mim e aí eu joguei na mesa o que tava acontecendo, quem tinha participação, quem não tinha, e eu fui mandado embora. Bel chorou porque ela confiava em mim, ela sabia que aquele passe era perspectiva de vida boa pra mim, porque ia tá trabalhando na Monforja, com o tempo, ia ganhando mais tempo, e depois ia ficar mais fácil pra mim arrumar emprego em qualquer outra firma; conclusão, eu saí de lá.

Fiquei oito, pra nove meses, só que comecei a me meter em irregularidades depois do quarto, quinto mês que eu tava na Monforja. Os meus amigos já tavam roubando no 155 (furto); eles já estavam usando droga mais pesada, que meu salário

não dava pra bancar nem uma noite de droga. E eu era o cara que tava ali, eu ia pra escola, ia pra Monforja, ia pra casa, às vezes, ia pra um salão; aí, eu comecei a freqüentar os salões de Diadema, mesmo. Quando eu vi o Sandro, eu já tava usando droga, mas não por intermédio dos amigos de antigamente; eu comecei a usar drogas com o Nildo, finado Eric, finado Ronildo, que hoje em dia deixam muita saudade, a gente cresceu, cresceu praticamente junto.

A gota d' água foi roubar a pasta com o talão de cheques e ser delatado pela mãe do Sandro. Fui mandado embora; então, quando fiquei sem trabalho, comecei a andar com Fred e com Alessandro.

Retoma o início dos furtos (155), junto com amigos...

Comecei a fazer 155, pouco 155, mas me lembro deles; comecei a usar a maconha com freqüência, porque você chegava no Ide com dez centavos, nossa! Trazia era muita coisa, eu aprendi o caminho do Ide. Aliás, quando eu comecei, depois que eu fumei meu primeiro baseado e achei legal, gostoso e falei: meu, gostoso, onde você achou isso? E o cara falou: lá em cima tem; e a gente fez uma vaquinha, comprou; fui na bocada, eu dei uns dois e automaticamente já sabia o caminho da bocada. Só que ali era muito pouco e caro, todo mundo falando do Ide, tal, todo mundo pega droga no Ide, servem lá coisa boa. Ah! Eu preciso aprender o caminho também e cheguei num cara e falei: tô a fim de pegar uma maconha, tem condição de você ir buscar pra mim lá no Ide? Ele falou: ah! Eu sei onde é, eu vou. Eu falei: eu vou junto e fico lá de cantoneira; só que o cara não sabia que, na minha mente, eu só queria aprender o caminho. O cara pegou, quebrei no meio e o cara pegou a parte dele e fui. Encontrei com Wellington, Ronildo, falei: tô com

um barato aqui que tá louco, e a gente começou a fumar. Chegou um tempo que, na minha casa, tinha estocado cem, cento e cinquenta gramas que era pra mim fumar durante uma semana, quinze dias.

Comecei a fazer 155 de prédios com amigos; esses 155 eles aprenderam através das pichações; eles saíam pra pichar, iam entrar num prédio, só que na hora que eles entravam, pichavam o prédio, e na saída, saíam com bicicletas. Foi o tempo da febre da bike, bike rachada essas coisas. O Isac foi o primeiro a ter uma bike de alumínio. Até então eu ficava com eles, mas não virava a noite com eles; então, eram poucos 155 que eu fui. Depois disso, já tava fumando maconha com frequência, já tinha me parasitado nessa onda de maconha; eu pouco ia pra escola; chegou um tempo que parei de estudar e foi aí que eu comecei de fato a vesti a camisa do pelotão do 155. E eu fui traído... Eu arrumei uma mixa e essa mixa facilitava abrir carro; só que a primeira fita que a gente fez, o cara roubou o toca fita do tio da namorada dele e, em vez de dar a minha parte, não deram a minha parte. Eu falei: quer saber de uma coisa? Tô saindo fora de vocês; fui. Quando eu vi que não havia uma certa confiança, aquela coisa assim de não traição de um ao outro; eles me passaram pra trás por pouco valor, me afastei deles. Falei pra minha mãe: oh, mãe ... Até então, já tava, já tava virando noite, já cheirava cocaína que nem louco; o crack, era crack que tinha que tirar da cocaína, porque não tinha crack pronto, entendeu? Então, você buscava lá os travesseiros de cinco gramas e esse travesseiro, nossa, era horas você fumando, porque você tinha o trabalho de ter que tirar. Então, quando eu falei pra minha mãe: oh mãe, eu quero voltar a estudar, pra minha mãe foi uma alegria; mas isso tudo foi de relâmpago porque eu não me senti bem quando a pessoa me passou pra trás. Até então, já tava com eles passando a noite, caindo pra dentro de prédio, fazendo 155, pegando toca fita, bicicleta, o que tivesse

dentro do carro a gente limpava, e eles tinha o intrujão deles; eu nunca fiz força pra vender nada, eles sempre vendiam e, mal sabia eu o risco de vida que eu tava correndo.

Distância do grupo de amigos - trabalho na Marcenaria, trabalho no escritório.

Quando eu me distanciei desse pessoal, eu voltei a estudar; aí, no início do ano, eu consegui o trabalho na marcenaria; aí, foi até o Dinho que me arrumou; ele falou: tem um emprego lá, pô, meu, tem um emprego lá; os caras tão querendo um lustrador; falei: o que é um lustrador, Dinho? É um cara que fica lixando madeira e envernizando. Ele falou: oh, meu, eu saio cedo da minha casa. Falei: mãe, me acorda quatro hora da manhã que eu vou ver um emprego. Minha mãe me acordou, ela tava vendo minha força de vontade. Cinco horas da manhã tava eu batendo palma na frente da casa do Dinho. Ele me falou: pô, meu, você tá me acordando, tá muito cedo ainda; aí, eu entrei, começo a conversar com a mãe dele e tal; Dinho se troca, toma café, tomei um café com ele e fui na marcenaria. Chegou lá, o cara falou: mano, mas é um lustrador! Falei: pô, mas lustrador não é só lixar a madeira e envernizar, eu consigo isso. O cara falou: vai, tá bom, vai lá pra dentro que eu vou fazer seu cartão; ele me deu essa oportunidade, pelo que eu ouvi do Dinho, porque eu mesmo não sabia o que era um lustrador; foi na sorte. Então, comecei a trabalhar; o cara pagava a condução e um salário mínimo, mas pra mim também não era muito de aperto e aí o que aconteceu? Eu comecei a sentir a necessidade de liberdade; eles começaram a me levar pra fazer trabalho de lustração nas residências; até então, naquela firma, foi a única que eu não aprontei nada. Só que o encarregado que ia na residência, não ia com a minha cara porque eu não bajulava ele; eu era o cara que passava por ele de manhã e não dava bom dia, eu era o cara que

passava por ele à tarde e não dava boa tarde; eu era o cara que se ele sentasse na mesa, eu parava de falar e almoçava rápido e saía da mesa porque eu via nele, os caras bajulando ele, era um cara, que falava e os cara tudo escutava; gritava com funcionário, eu não gostei daquele tipo, que ele se comportava; então, a minha aversão era porque ele tratava os funcionários mais antigo que nem cachorro. Eu falei: esse cara nunca vai ter a chance de me tratar como cachorro, e eu comecei a pensar... Minha mãe tinha arrumado uma vaga pra mim numa escola, eu arrumei a vaga, ela só foi fazer a minha matrícula, porque eu era de menor. Aí, eu conheci o Osvaldo; só que o Osvaldo eu conhecia ele pequenininho e também da Monforja; o Sandro dava muito croque na cabeça dele. Quando eu voltei a ver o Osvaldo, o Osvaldo já tava com dezesseis, dezessete anos; eu já era maior de idade, essas coisas; já tinha meus dezenove anos, mais ou menos, e o Osvaldo trabalhava de boy; e todo dia eu pegava ônibus com o Osvaldo; ele ia para o Itaim Bibi e eu descia na rua Carvalho. Conversando muito, falei: oh, é que não tô me dando bem com o lustrador chefe, que ele é muito arrogante, Osvaldo; pra você ter uma idéia eu nem tô conversando mais com ele porque todos os cara que entrava, depois que eu passei a ser ajudante de lustrador e já tinha meu lugar fixo, começaram a trazer lustradores profissionais. Eu lembro da cara dele até hoje; eu ficava pensando, como é que um cara desse pode comer ovo todo dia e ficar arrotando bife? Ele tinha uma aversão por mim porque eu era mais jovem, me vestia melhor, sabia conversar; ele, pra ser um lustrador chefe que ganhava quatro vezes mais que eu, era um cara que tava completamente atrasado perto de mim, até minhas conversas; se eu começasse a conversar com ele, eu engolia ele, porque ele não tinha conteúdo, era um cara vazio. Uma vez, ele me perguntou porque a madeira não tava dando pigmentação; eu olhei pra cara dele e disse: você, como chefe da lustração, devia saber porque eu sou

ajudante... Aquilo foi pra se tornar uma guerra fria, ele nunca mais dirigiu a palavra pra mim; eu também não ligava muito porque não dependia dele; eu lixava a madeira, só. Então, pra mim tanto faz; se me mandasse para marcenaria, eu ajudava os caras da marcenaria; se deixasse eu lá, ajudava ele lixando; ele falava: oh, lixa isso daí, e era o que ele falava, só; ele tava me ensinando o que ele sabia; ele parou de ensinar pra fazer raiva em mim. Por causa disso, eu falei pro Osvaldo e o Osvaldo falou: oh, Paulo, a hora que aparece uma vaga de boy eu vou arrumar pra você, fica tranqüilo. Um belo dia, eu tava indo para o trabalho, já saturado, tava indo por obrigação, não porque eu gostava do emprego, o Osvaldo falou: Paulo, vamos comigo lá em Pinheiros que eu vou arrumar uma vaga pra você. Falei: de boy? Ele falou: é, de boy, de boy, acho que você vai ser o meu ajudante. Falei: tá bom vamos lá. Eu passei direto o ponto; olhei a Carvalho pela última vez, de ônibus.

Chegou lá, ele me apresentou ao Peter. Peter falou: então, o que você sabe fazer? Eu trabalhei de boy, conheço um pouco São Paulo, mas nada que eu vá me perder. Depois que eu conversei com o Peter, ele já ia me admitir pelo Osvaldo, só que naquela entrevista, falei: então, quando começo a trabalhar? Ele falou: você já tá trabalhando, tem dez minutos, são oito e dez agora, tem dez minutos que você já tá trabalhando. O Osvaldo passa o ritmo aqui do escritório, fala o que vai fazer. Só que o Osvaldo também era um problema. Ele fumava muito, tinha um envolvimento devagar com a química, mas depois que a gente começou a andar junto ele caiu de vez. Eu e o Osvaldo, toda vez que saía pra fazer um trampo era um baseado que era aceso; pra ter uma idéia, eu e Osvaldo, foi tão assim imprudente, que a gente chegou a fumar em cima do viaduto da Rebouças, de frente pro banco, pra central do banco; a primeira vez passou, mas, na segunda vez, a gente tomou uma cana; depois escapamos dela. A gente sempre fumava

pra fazer os tramos; ele foi me ensinando tudo; as artimanhas dele, ele foi passando pra mim; só que, pelo meu conhecimento de escritório, Peter começou a me segurar dentro do escritório e mandar o Osvaldo fazer os trampo. Um belo dia descobri que um tal de Rafael tava roubando a firma; eu tava fazendo o trabalho de escritório, mas o Peter tava me avaliando pra me mandar pro Roner, que era outra parte da firma, que foi o último emprego de escritório que eu tive.

Fui mandado embora da LAI porque, numa quarta-feira de cinzas, era pra todo mundo retornar ao meio dia, e eu tô indo, tô saindo de casa, parei pra fumar um baseado e perdi o ônibus; nessa, que eu perdi o ônibus; tô andando assim, eu inventei de pegar um ônibus perto da casa do Osvaldo ele já tava meio transtornado. Tava com um monte de droga e falou: vamos ali e tal, e nisso daí eu peguei e abri mão, não fui trabalhar, e no outro dia, na quinta feira fui mandado embora e na quinta feira peguei o Santana; por causa disso daí não pude voltar a trabalhar. Era esse o critério, **eu quebrei as normas, pra variar eu sou sempre do contra**. Não fui na quarta e fui mandado embora; só que ele sabia que eu trabalhava direitinho, só que ele também sabia que eu e o Osvaldo tava usando droga demais. Ele começou a pegar no meu pé por causa disso, tanto que quando ele pagou meus direitos, ele falou: vê se não vai gastar esse dinheiro com porcaria, meu, vai lá e ajuda tua mãe. Falou: você tá indo embora, mas não porque eu queira, é porque você bateu no Santana, se não, iria ficar. Depois de três meses, eu entrei na Kasper, por intermédio da minha tia, uma amiga dela trabalhava lá.

O Santana eu agredi, eu fui pra cima dele, só que eu já tinha avisado que se ele me prejudicasse eu ia cobrar ele, quer dizer eu relevei. O Santana, eu me senti o capacho dele, porque ele fazia de tudo pra eu me sentir mal, e eu relevava tudo aquilo numa boa; só que quando o Santana conseguiu prejudicar um cara que dependia daquele

emprego pra ajudar os pais, eu falei: ele fez isso com aquele, ele vai fazer comigo. Ele fez aquilo com o Fabio; o Fabio saiu daqui chorando, que não ia ter como ajudar os pais. Falei: quando eu for mandado embora, eu acerto ele, pode ficar tranqüilo que não vou tentar nada contra a vida dele, ele só vai só tomar um pau e foi dito e feito. O dia que eu assinei minha carta de demissão, eu desci na portaria e catei ele; quando eu catei ele, a polícia chegou lá pra fazer a ocorrência da agressão e levou ele direto pro hospital. Conclusão: quebrei o maxilar dele em três lugares.

A Escola

Eu fiquei até os 18 anos na escola; eu completei a sexta série, fui pra sétima, da sétima eu parei de estudar; eu fiquei até uns 17 pra 18 anos. Eu freqüentava essa escola; não ia sempre pra estudar; o interessante é que todos os anos que eu me dedicava pra estudar eu passava, não tinha problema. As vezes que eu repeti foi porque eu me afastei da escola, assim por causa das amizades. Parei de estudar porque a própria escola não tava dando valor pro aluno; tô perdendo tempo, vou dedicar a outras coisas, vou ganhar mais tempo. Parei no primeiro colegial, não foi pelo meu gosto, mas foi por causa da qualidade de ensino. A escola já não tava dando atenção pro aluno, há um interesse do Estado em falir o ensino, em pessoas que não tem um estudo. Eles remuneram mal o professor e o professor passava essa frustração pros alunos; não percebia que não tem nada a ver; e os alunos, pela idade, tinha uma certa rebeldia. Eu era um dos quatro alunos que ficava na sexta feira, até a ultima aula. Nessa última escola que eu cheguei no primeiro colegial, na sexta-feira tinha quatro pessoas na sala, era contado, contado certinho. Falei: tô perdendo meu tempo porque nunca tinha todas as aulas. Às vezes,

ficava um professor para dar a última aula e as quatro primeiras não existia. Falei: quer saber de uma coisa, tô perdendo meu tempo, gastando dinheiro com material. Naquele tempo, eu já tava me enturmando com pessoal de pintura, não que eu já tivesse trabalhando com eles, mas já tinha um conhecimento, alguns grafiteiros, algumas revistas, comecei a dedicar o tempo a aprender essa arte.

Ilma, sua esposa...

Depois, conheci a Ilma, tava trabalhando de pintar parede.

Sobre o bater na minha esposa, é o seguinte: foram poucas vezes que eu iniciei, geralmente ela vinha pra cima de mim. Uma vez, ela grávida, eu tava com a minha filha no colo e ela pegou e não respeitou, nem eu, nem a menina, ela pegou e me bateu, bateu com um pedaço de madeira na minha nuca, era pra me bater, eu me afastei dela, na hora que me afastei, a Daniela estava sentada em cima da cadeira, eu ia dar para papá pra ela, uma comida; nem tinha gás, eu tava esquentando no fogo que eu fiz assim... Eu perdi a paciência com ela, eu perdi a cabeça, as vezes que agredi a Ilma assim seriamente, foi sempre ela que começou, era de uma violência que eu precisava ser mais eu pra controlar. Eu lembro que eu briguei com ela nos tempos de casado; ela pegou e não queria deixar eu sair; eu tô saindo, eu corri pro portão e ela queria que eu fosse pra casa dos pais dela, num sábado, e eu não queria, eu queria andar de bicicleta. Quando eu corri pro portão, ela pegou a chave da minha mão e eu corri pra dentro de casa e fechei a porta; ela pegou e estourou o trinco da porta, só que na hora que ela estourou, eu entrei pro quarto, ela passou batido, só que ela voltou pra me agredir e, nessa hora, que ela voltou foi a gota d'água, eu perdi a cabeça e dei um soco nela, com esse soco ela

desmaiou, aí, eu fiquei hiper preocupado, levei ela no hospital, me senti mal pra caramba.

Eu não tinha percebido que a gente tinha perdido o respeito um pelo outro, mas esse respeito que foi perdido, foi praticamente 50% de culpa minha e 50% de culpa dela. Teve uma coisa de eu a mais, foi coisa de 1,2 % a mais que ela. Ela já teve, tem uma educação errada, porque é o seguinte: ela cresceu no meio de irmãos; então ela brigava com os irmãos dela. A Ilma era um problema, eu ouço histórias que ela provocava os irmãos dela até que ela conseguia tirar os irmãos dela do sério. A mãe dela tinha que apartar briga deles; então, quando ela foi morar comigo, ela pensou que era normal isso e eu já tava saindo de uma casa, que minha tia, que tinha a mesma idade que eu, discutia com a minha mãe todo dia, e eu não tava querendo mais isso. E aí a gente sempre brigava, quer dizer de seis anos, acho que três anos da nossa vida foram brigando; tanto que chegou uma fase que me separei dela; depois da Daniela e o Arquimedes já terem nascido, ela conseguiu me tirar do sério, que eu falei não tem jeito, eu vou embora, porque eu não sei mais o que fazer pra viver bem com você. Eu procurei a paz, a violência que eu e ela tinha, da gente tá brigando, de eu bater, a minha força pra cima dela, ela conseguia despertar uma coisa muito mais além de mim, ela conseguia fazer eu perder assim a consciência; tanto que ela tinha acabado de ganhar o Arquimedes, eu tive que passar quinze dias na casa da minha mãe pra gente não brigar. Eu, já com medo, já pensava, eu em casa, ela vai começar a brigar comigo, de repente eu perco a cabeça e acontece alguma coisa, e eu já tinha ouvido uma conversa de uma mulher de resguardo que tinha ficado louca por ter quebrado o resguardo.

Na Daniela, tive problema, no menino, logo de cara, quando ela veio do hospital, ela já procurou briga comigo, discussão à toa, eu tava desempregado e a briga dela foi à

cobrança de eu não ter ido ver o nenê no hospital; só que, no dia que o Arquimedes nasceu foi um dia que eu arrumei emprego, não tinha como falar: ah, não vou trabalhar hoje, porque meu filho nasceu; pensei assim, daqui a pouco vai ter um monte de coisa pra eu arcar, e eu não vou ter trabalho, então, é melhor começar hoje, já ficar firmado do que perder essa oportunidade; e se, de repente, o cara tá precisando de urgente e coloca outro e eu perco essa vaga? Então, a briga dela foi no resguardo do Arquimedes, de eu não ter ido no hospital; por aí você vê que eu posso ter sido uma pessoa que cresci assim no meio da violência, mas eu tenho, às vezes, consciência disso; agora da infância até a adolescência, foi simplesmente defesa, defesa de mim.

Paulo foi para o Semi-Aberto; ficou cerca de dez meses. Atualmente, está em liberdade, morando com a esposa e os filhos “nos fundos da casa da sogra”, trabalhando como vendedor ambulante no centro de São Paulo.

Ressonâncias

O encontro com Paulo foi marcante, desde o início. Estava entrevistando diversos presos, oferecendo a possibilidade de atendimento psicológico a quem se interessasse, apresentando minha pesquisa. Perguntei-lhe como era viver ali, como se sentia e ele chorou e me disse: *há muito tempo ninguém me pergunta isso*.

Comentou que o ambiente prisional é feito de muita hostilidade, uma guerra cheia de ofensas, onde cada um tem a obrigação de se defender, que tinha que cuidar das

palavras *porque se caíssem mal, alguém teria que pagar por isso. Uma palavra mal colocada é morte na certa.*

Ao atendê-lo durante 6 meses, aproximadamente, o que chamava mais minha atenção era sua necessidade de falar; repetia diversas vezes: *preciso falar, acho que vou estourar*. Isso não é nada comum na cadeia, não é fácil alguém querer falar espontaneamente, muito menos chorar na frente de outra pessoa.

Nos atendimentos, relatou a situação em que foi preso: estava pintando muros, quando terminou, foi fumar um *baseado* antes de ir embora, bem próximo a um quartel do exército. Um policial o abordou e o prendeu, apreendeu o seu carro, que estava com imposto atrasado. Ficou revoltado com aquilo, não ficou preso por causa da maconha, mas perdeu o carro, porque não tinha dinheiro para pagar as multas e, posteriormente, o aluguel no pátio do Detran²¹. Chorou ao comentar que o policial ficou feliz em prejudicá-lo; acredita que foi *racismo de negro com negro*.

Perdeu o trabalho, porque *não dá pra pintar muros carregando as tintas debaixo do braço, né?* Conheceu um rapaz, resolveu entrar numa história de roubo de carros, foi pego na mesma semana que iniciou (sic). Diz que sabe que não é do crime, ***não nasci com espelho no crime***. Contou que o rapaz com quem estava na hora do flagrante (no roubo do carro), *abriu o bico e o denunciou*, acredita que poderia ter escapado porque a vítima não o reconheceu. Escapou, como na granja, na empresa em que furtou vales, no roubo da bicicleta... Escapar em demasia pode ser um perigo ao sujeito. Não encontrar barreiras, limites que possam orientar a sua vida pode levar o sujeito a acreditar em sua onipotência e colocar-se cada vez mais em situações limites.

²¹ Departamento Estadual de Trânsito.

Paulo parece um barco à deriva, com momentos de calma e momentos de tempestade; mas sempre sozinho, sem rumo definido. Ninguém assumiu o controle do barco, nem na sua infância. Ninguém soube da criança que saía para vender sorvetes e ficava horas fora de casa, da criança que apanhava na escola, que repetiu o ano por cabular aulas, na 1ª série do ensino fundamental. Ninguém interferia em suas atividades, no que fazia, com quem andava, por onde ia.

Um adolescente à deriva, em busca de sua história, mergulhado no enredamento das histórias familiares. Filho de uma mulher que o cria sozinha, sob o olhar do irmão que, ao saber da gravidez chama a irmã de *puta*, o que o marca profundamente e pode observar isso nos atendimentos, em que disse diversas vezes: *se eu não conheci meu pai, foi porque ele não fez por onde*; e num dia em que, por acaso, presenciei seus olhos marejarem, quando preenchia uma ficha para a matrícula na escola da penitenciária, no exato momento em que escrevia: *pai desconhecido*.

Significativa a busca desse rapaz pelo pai, por traços desse pai, sejam físicos ou de temperamento, *gênio* (gênero?), presentes nas palavras da mãe, quando o comparava ao pai, presente também na imagem do tio, que era *uma pessoa violenta*, e era amigo do pai e lhe contava histórias vividas nessa amizade. Busca atualizada, indiretamente, na lembrança do avô que, mesmo depois de separado da avó, ia sentar debaixo da árvore no quintal conversar com a sua bisavó. Na crítica que ele faz ao avô, ao dizer que a família atribui a *má formação familiar* à separação dos avós, ao fato de *o avô ter trocado a avó por outra pessoa, fazendo uma família e saindo fora, deixando a responsabilidade numa pessoa só*, a avó que cuidou sozinha dos filhos. Isso não deixa de chamar a atenção para uma certa repetição, já que sua mãe também cuidou dele sozinha, sem seu pai. E seu tio a insulta por causa disso.

Também podemos ver essa procura pelo pai na história que ele conta do amigo Camil, que era criado pela mãe e estava presente com outro amigo num assalto num shopping e que o *pai o recolheu* e fez dele um *homem de bem*. *Então, pra todos os efeitos, se alguém me perguntava, ele morreu (pai), minha mãe não me educou pra falar isso, mas era a melhor saída, pra não ter especulação, mesmo com uma pouca idade eu detestava ter que ficar dando satisfação do que representava a falta de um pai; então, pra não se ter muita pergunta, ele morreu, assim não precisava...* (sic)

Paulo tem vergonha de escrever *pai desconhecido*, de dizer que seu pai está longe, chora ao falar desse pai próximo do convívio familiar e tão distante ao não lhe dar reconhecimento. Como nos ensina Zygoris (1995), trata-se de ouvir o inconsolável, a vergonha de si. Histórias de vergonha estão relacionadas à situação de impotência. São feridas narcísicas, ligadas ao Ideal de Eu, mas a vergonha pede resposta, reparação, pede *vingança* e na ausência disso é impedida de ser esquecida. Há um custo psíquico quando a violência sofrida não tem resposta imediata

Toda situação geradora de vergonha tem violência real ou simbólica, há uma violência sofrida que se realiza a partir de alguma coisa, um apelido, xingamento, algo que se sobrepõe ao nome próprio e impede o reconhecimento de si. E há uma impotência de agir. O nome é primeira marca da separação, pelo nome a criança é um outro que não a mãe, completude quebrada, não formam mais um, o nome me separa de ti, não sem dor; por isso, lugar do inconsolável, símbolo da separação primeira e também do nascimento de um sujeito. Nas palavras de Zygoris: “Se a ofensa vem no mesmo lugar, tudo pode desmoronar (...) Nome, ao mesmo tempo, signo da separação, e lugar da convocação necessária. Qualquer outra apelação que se substitua sem cuidado,

sem prova de amor ou reconhecimento, reduzindo a singularidade em proveito de um apelo que cataloga, no melhor dos casos fragiliza, no pior mata” (1995, p. 171).

A vergonha impede o sujeito de responder em nome próprio; a pessoa é capturada pelo atributo que lhe é dado. Vergonha não se esquece porque não é só representação, lembrança dolorosa, ela age “como experiência traumática inscrita no corpo” (ZYGOURIS, 1995, p.167). Encobrindo a vergonha, está a angústia. A vergonha deriva da angústia; portanto, há um aspecto pulsional que lhe dá fundamento corporal. O sentimento de base está relacionado ao medo de perder o objeto de amor, nunca totalmente separado do sujeito: “(...) quando o objeto de amor é atacado por um terceiro, ferido ou submetido pelo insulto, o próprio sujeito é atacado e deve encontrar uma saída para aquilo que espontaneamente se desencadeia nele no plano mais primário da pulsão agressiva” (ZYGOURIS, 1995, p. 167-8).

Frente ao ataque, o humano desmorona, pois seu espaço simbólico fica ameaçado. A pulsão não consegue encontrar saída nessa situação, porque o sujeito está impotente, em vez de se dirigir ao inimigo, ela encontra saída no próprio corpo. O sujeito é atingido duas vezes, em seu objeto e em sua capacidade de resposta, “sofrendo desse modo a violência da pressão da pulsão contra si próprio-seu corpo, sua face, seu nome” (ZYGOURIS, 1995, p.168). A pulsão agressiva põe em jogo a integridade do próprio corpo e, conseqüentemente, de sua imagem.

A vergonha não é só particular, íntima; ela é social, mesmo que apenas representada pelo olhar daquele que julgou e ofendeu. Ela toca no pertencimento, no lugar ocupado pelo sujeito. Segundo Freud, toda vergonha seria sexual, da criancinha frente ao adulto, do pudor da criança diante de suas emoções sexuais; se o pudor se transformou em vergonha é porque fizeram com que sentisse vergonha nesse lugar de

sua pessoa e isso aparece em outras experiências futuras. Vergonhas diferentes (por diferenças sexuais, de raça, condição econômica, beleza...) têm em comum a perda da identidade; algum atributo toma o lugar do sujeito, rouba a cena: "... toda nomeação faz aquele que é seu objeto correr o risco de ser excluído da comunidade. Que por vezes isso diga respeito ao imaginário não diminui em nada a ferida, que não é imaginária quando toca ao mesmo tempo no real do corpo e no simbolismo do nome próprio" (ZYGOURIS, 1995, p. 170).

Não se cura vergonha só com palavras, há algo pulsional a ser satisfeito: "Ao falar de vergonha não basta evocar o afeto, seja a angústia ou seu outro derivado, a culpabilidade, sem evocar a pulsão agressiva, que é a vertente corporal, que leva a agir e, ao permanecer em sofrimento, faz sofrer o próprio corpo. Mesmo que a representação possa ser recalçada, o afeto deslocado mudar de objeto, a pulsão permanece intacta e volta como real do corpo." (ZYGOURIS, 1995, p. 168). E só há duas saídas: a mais nobre e menos comum: a sublimação; e a agressão que pode satisfazer a pulsão: a *vingança*.

Paulo nos diz que a agressividade não é herança de família (embora a associação entre o tio violento e o pai possa ser pensada como traços identificatórios), mas sim uma forma de adaptação; foi reação às diversas violências sofridas na escola. Temos agressão, revolta, defesa, reação; pouco a pouco, ele aprende a conseguir respeito pela força e *acaba virando agressor (sic)*, alcançando um nível de violência que ultrapassa limites, uma *violência que eu precisava ser mais eu para controlar (sic)*; mas Paulo nos mostra que não é só um agressor; tem potencialidades, que podem levá-lo a outros caminhos.

A prisão pode atingir a onipotência de uma pessoa, abalar a certeza de escapar sempre, dar um jeito nas situações, funcionando como o limite pedido há muito tempo. Ele mesmo diz que aprendeu, na prisão, a controlar a agressividade, porque se não o fizesse morreria. Quem sabe possa levar mais na bagagem, levar que a vida vivida no extremo, no além dos limites, faz fronteira com a morte.

CAPÍTULO IV

Família e Pertencimento

É, doutora... a senhora tá aqui faz tempo, né? (...) quer saber porque a gente tá aqui... por que a vida no crime, esse vai e volta pra cadeia, né? Tá tudo na família, pode ver, é tudo uma bagunça, só! (R. em 14/05/03)

Pouco sabia a respeito desse preso, ele trabalhava na limpeza de um setor onde realizava atendimentos, numa penitenciária, em São Paulo. Ele se aproximou, gradativamente, falando sobre assuntos cotidianos e um dia pediu para *conversar* sobre o meu trabalho. Para ele, a *origem* do crime está na *bagunça da família* ou, como preferem os mais letrados, na *família desestruturada*. Escolho a fala de um preso para abrir esse texto, porque ilustra o cerne da questão sobre a qual quero refletir aqui.

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o que se chama de *família desestruturada* e sobre essa *culpabilização* da família sobre os eventuais fracassos de seus membros. A idéia de família *desestruturada* como causa da *personalidade criminosa* é comum entre profissionais das ciências humanas. É preciso cuidado com o uso dessa terminologia tão apreciada pelos especialistas (psicólogos, pedagogos e assistentes sociais). Essa forma de pensar aponta aspectos ideológicos presentes nas teorias psicossociais e pedagógicas, além de demonstrar a fragilidade teórica dessas áreas do conhecimento para a compreensão da sociedade atual.

O termo *família desestruturada* pressupõe a existência de uma família estruturada. O que definiria uma família como estruturada? Sabemos que a presença concreta de pai e mãe não necessariamente garante uma estruturação psíquica saudável, a clínica ensina isso cotidianamente. Também é comum observarmos as dificuldades que pais e mães têm para educar; as possibilidades de relações que os pais estabelecem com seus filhos e entre si apontam para uma multiplicidade de papéis, inclusive com variações nos lugares simbólicos a serem exercidos.

Sabemos que é crescente o número de famílias monoparentais, de agrupamentos familiares oriundos de casamentos entre pessoas que têm filhos de casamentos anteriores. O número de divórcios, separações e casamentos não legalizados é crescente, em todas as classes sociais.

História da família

A idéia de família tão enraizada em nossa cultura, tem sua origem nos séculos XVI e XVII, isso porque, no final da Idade Média, houve enfraquecimento da linhagem e da *indivisão* da família, o que levou a transformações e culminou na família conjugal moderna. Durante a Idade Média, encontrávamos o sentimento de linhagem, os laços de sangue. A família do século XV tinha uma realidade moral e social, não sentimental. Para os abastados, era sinônimo de patrimônio, honra do nome e ambição; para os pobres, estava pautada na instalação material, quando esses não moravam nas casas dos mais ricos, seus senhores.

O sentimento de família estava ligado ao governar e à vida na casa. Era comum encontrarmos casas grandes, cujas famílias ricas moravam com criados, empregados,

clérigos, caixeiros, aprendizes, etc. A primeira família *moderna* era formada por ricos senhores e seus empregados, isto é, além da família conjugal, havia irmãos solteiros, criados, amigos, protegidos.

A *casa grande* desempenhava uma função pública, lugar onde amigos, clientes e parentes podiam se encontrar e conversar. As relações não eram só de amizade, mas de negócios; clientes ficavam amigos, tudo se passava em casa, inclusive no mesmo cômodo: “nessas mesmas salas onde se comia, também se dormia, se dançava, se trabalhava e se recebiam visitas” (ARIÈS, 1973, p. 260). As casas não tinham divisórias rígidas, a não ser a cozinha, com destinação muito precisa; vivia-se em salas onde se fazia de tudo e havia, inclusive, o uso de mesas e de camas desmontáveis. As visitas eram a ocupação da família e ditavam a rotina da casa. A transformação das camas e mesas desmontáveis em móveis permanentes marcou o progresso da intimidade e, mesmo assim, até o século XVIII, o cômodo onde ficava a cama não era um lugar privado; as pessoas não dormiam sozinhas e não havia a intimidade como a conhecemos hoje. Uma diferença era clara: as casas grandes dos ricos tinham mais habitantes do que os pequenos apartamentos dos pobres.

A criança foi a principal diferença entre a família medieval e a família do século XVII, ela se tornou um elemento indispensável no cotidiano. Crianças se misturavam com adultos; era assim que se dava a transmissão de conhecimento, não havia separação das crianças. Ainda se discutia se era melhor mandar a criança para a escola ou se ela ficava em casa, acompanhada por um preceptor. Existiam tratados de educação sobre deveres dos pais com relação ao preceptor e à supervisão dos estudos, mesmo existindo escolas. Muita importância era dada à amizade, a arte de conversar; os ensinamentos eram sobre o cotidiano; era comum o hábito de enviar crianças e jovens

para casas de outras famílias, a fim de serem educadas. Assim, um mestre transmitia ao filho de outro a bagagem de conhecimento, através do serviço doméstico. As escolas eram destinadas aos clérigos e não era tão comum seu uso pelo restante das pessoas. Sua proliferação introduziu a idéia do conhecimento teórico, que não atingia a todos. Havia críticas à escola pela separação e isolamento das crianças da vida cotidiana. O civil era compreendido como social, “a civilidade era a soma de conhecimentos práticos necessários para se viver em sociedade, e que não se aprende na escola” (ARIÈS, 1973, p. 247). Nessa época, existiam aulas e livros de etiqueta, tratados de cortesia, de civilidade, das *artes do amor*, com o objetivo de ensinar a vida em sociedade, uma vida que se passava através dos contatos humanos e das conversações; não eram só para crianças e jovens, mas também para mulheres e pessoas sem polidez. Eram escritos por educadores com reputação considerada, pois *bons pedagogos não ensinavam só letras, mas bons costumes e maneiras decentes*.

No século XVIII se efetiva a separação entre o público e o privado. Já não se visitava a casa das pessoas a qualquer hora; foram instaurados *dias de recepção e* cartões de visitas com indicações de dias e horários, destinados a visitas. Começam a surgir cenas da vida privada retratadas pelos pintores da época. A família começou a manter a sociedade à distância. A organização da casa corresponde a uma defesa do mundo exterior. Separa-se quarto, gabinete, salão. Surgem os corredores, para maior independência entre os cômodos; há separação entre o quarto de dormir e a sala de receber. Existe uma valorização da intimidade; separa-se a vida *mundana*, privada e profissional. Surge uma reorganização das casas e costumes, cultivando intimidade entre pais e filhos, dos quais se excluem criados, clientes e amigos. Aparece uma preocupação com a manutenção e cuidado da casa, e também com a higiene e saúde.

O sentimento de casa é relacionado ao sentimento de família. O conforto nasce com intimidade, discrição e isolamento. A família *moderna* separa-se do mundo, numa oposição entre a sociedade e o grupo solitário de pais e filhos. A criança, pouco a pouco, se torna o centro da família. O sentimento de família da burguesia do século XVIII se estendeu para outras classes; de tal forma que se esqueceu sua origem aristocrática. Segundo Ariès, a família cumpria sua função: assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes e, pouco a pouco, assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas (1973, p. 277).

A família *moderna* retira a criança da vida comum e do convívio dos adultos. A casa perde o caráter público para os pubs e cafés; no século XIX, as relações sociais foram sendo abafadas. A família se fortaleceu com a retração da sociabilidade, como se substituísse as relações sociais desaparecidas. As pessoas começaram a se defender contra uma sociedade, que antes era fonte de educação, reputação e fortuna. Esse movimento teve variações, de acordo com a região, classe social, mas atingiu a todos, de alguma forma.

O divórcio outorgado, na França, em 1792, foi suprimido em 1816, pois era visto como imoral, como reconhecimento explícito da submissão à paixão e, portanto, enfraquecedor da autoridade paterna, em plena ascensão nesse momento. O direito ao divórcio só foi reconhecido de novo em 1884. O casamento não era só contrato civil; era um ato religioso e político. A família como princípio do Estado, sociedade de linhagem, garantia estabilidade, duração e continuidade, sendo o pai, chefe natural. A casa era o fundamento da moral e da ordem social; havia divisão sexual dos papéis governando o século.

Michelle Perrot define a família do século XIX como “(...) rede de pessoas, conjunto de bens, é um nome, um sangue, um patrimônio material e simbólico, herdado e transmitido. A família é fluxo de propriedades que dependem primeiramente da lei” (1987, p. 105). Surge a função da família, de gerenciamento de interesses privados, transmissão de patrimônios, produtora das crianças e responsável pela socialização delas, lugar da transmissão de valores simbólicos e princípios de cidadania e civilidade. O legado da família não era só de bens materiais, mas de capital simbólico como nome, reputação, posição e status.

A figura do pai era de extrema importância, como aquele que dava o nome; dava a luz juridicamente. Seu poder era inquestionável; havia submissão da mulher casada, que não era *responsável por si*. O pai tinha direitos públicos, políticos e dominava o espaço público. Em casa, ele era o senhor do dinheiro; era quem tomava decisões, que se *fundamentavam na ciência e na razão*. Já as decisões femininas não eram bem vistas porque eram *sentimentais*. O pai estava presente em casa, porque o doméstico era importante demais para ser deixado *aos cuidados só das mulheres* (PERROT, 1993, p. 127). O poder paterno era a forma suprema de poder masculino, em diversas religiões, não só no catolicismo. Havia um espaço garantido para o homem no lar, bibliotecas, escritórios, sala de bilhar, etc. Os deveres de um bom pai eram controlar sua mulher, bem educar seus filhos, bem governar seus criados (ARIÈS, 1973, p. 263).

Na era industrial, a família, entendida como sistema econômico de gestão, instituiu um modo de produção familiar: rede de acumulação, habilidade e solidariedade. A pequena empresa familiar desenvolveu-se com tenacidade na França, instituindo o paternalismo nas relações industriais, com linguagem e prática do tipo

familiar. O número de filhos aumentava a renda familiar; significava mais mão de obra e, por isso, era desejável.

O direito testamental do pai entra em declínio, após a revolução, mas seu poder era grande; por exemplo, a autorização para casamentos dos filhos, antes dos 25 anos, vigorou até 1896, na França. O fim do direito testamentário seria equivalente a um assassinato do pai, pois possibilitava e estimulava a divisão do patrimônio, dissolvendo o poder dos patriarcas. Por alguns ela foi saudada como libertação, mas nas regiões de famílias mais numerosas, essa abolição foi acolhida como algo destrutivo e resistiu-se a ela. Perrot afirma: “a morte do pai, grande fratura econômica e afetiva da vida privada, é o acontecimento que dissolve a família, que permite a existência das outras famílias e a libertação dos indivíduos. Daí que às vezes seja desejada, e daí também o rigor da lei contra o patricídio” (1987, p. 129). Para sobreviver, era necessário *matar o pai*; por isso, a morte do pai era algo grandioso, um acontecimento.

Na segunda metade do século XIX, havia a idéia de casamento como meio mais favorável para o bom e seguro sexo. Eram considerados flagelos sociais a tuberculose, sífilis e alcoolismo. Havia disseminação do medo de hereditariedade na transmissão de doenças do corpo e da alma; a família funcionava como garantia de bom nascimento e bom sangue.

A família popular não resultou da imposição burguesa, mas era lugar natural de apropriação do saber e da emancipação do pobre (PERROT, 1993, p. 112). Os meeiros, operários e até burgueses procuravam montar suas casas cedo, sintetizando o ideal de que as necessidades do homem eram um ofício e um lar, buscando uma vida independente, tentando escapar do domínio paterno.

O casamento era uma negociação conduzida por parentes, pelos amigos, com diversos fatores sendo avaliados, como o dinheiro, o nome, a situação, a reputação. Desposava-se alguém de seu meio, um semelhante. Nos meios burgueses, o casamento era ditado por interesses de famílias e empresas; nos meios mais pobres, também acontecia um sistema de trocas, sobreposição de ofícios.

Por volta de 1850, as mulheres se retiraram da esfera econômica para se isolar em casa, administrando a casa. A moral doméstica que predominava era a fé contra a razão, a caridade contra o capitalismo, a reprodução como *auto-justificação*. Cresceu o número de filhos, as mulheres eram responsáveis pela harmonia doméstica; já os homens eram considerados destrutivos porque se interessavam pelo poder e pelo dinheiro. Nas palavras de Perrot: “Face ao pai esfalfado, a mãe adquire segurança” (1993, p. 143). Os filhos, sua educação e saúde eram de responsabilidade da mulher. Aliás, a mulher pobre tinha três grandes responsabilidades: primeiro, cuidar dos filhos; segundo, cuidar da casa e em terceiro, ganhar algum dinheiro com trabalhos como faxina, lavagem de roupa, e com a indústria de confecção que estava em plena ascensão.

Visto como dinheiro complementar, de pouco valor, o trabalho da mulher adquire outro status com o alto número de desempregados. Muitos operários sobreviveram graças à mulher, que fazia faxina e lavava roupa para fora. Nos meados do século XIX, homens entregavam seus salários para mulheres. Era o início de um matriarcado orçamentário, muito prezado pela dona de casa e operárias. A figura da operária começa a destacar-se socialmente: “a dona de casa popular não tem muitas papas na língua. Muitas vezes é uma rebelde, tanto na vida privada, quanto na vida pública. E não raro paga um preço por isso, como alvo principal de violências que podem chegar ao crime

‘passional’” (PERROT, 1993, p.146). O leito do casal vira lugar secreto do sexo e do coração, com o silêncio envolvendo o essencial da vida.

Algumas mulheres trabalhavam e tinham dificuldades com o cuidado dos filhos. Surgem *bandos* de meninos na rua, principalmente quando as mulheres iam para as fábricas. As mulheres de artesãos e pequenos comerciantes tinham amas de leite e uma criadagem para servi-las. Havia envolvimento com os patrões, nascimento de filhos ilegítimos, abandonados ou a procura pelo aborto como forma de reparar um comportamento que não seria bem visto. As mulheres sem posses ou abandonadas davam a luz em hospitais, quando o comum era o parto em casa, às vezes com auxílio médico, já que a medicina estava em pleno desenvolvimento.

No século XIX, cresce o cuidado com a criança, o número de amas de leite, e apesar disso, o abandono de crianças bate recorde. Adoção ainda não é muito aceita. Os guardiães da lei começam a proteger mães solteiras e crianças abandonadas, inclusive, a limitação de tempo de trabalho nas fábricas, também era uma preocupação com as crianças. Perrot nos diz: “Isso significa que a infância é, por excelência, uma daquelas zonas limítrofes onde o público e o privado se tocam e se defrontam muitas vezes de forma violenta” (1993 p.148). Ela também é lugar dos saberes, que se desenvolveram: psicologia, direito e medicina.

No final do século XIX, toda mãe se ocupava de seu filho; a infância estava ligada ao feminino. O filho como centro da família, criança como ser social, vista como continuidade da família, era o centro das atenções e cuidados. Cabia ao pai o registro do filho no cartório, atribuir-lhe seu sobrenome e ingressá-lo na família e na sociedade.

Até então ignorada, a adolescência passa a ser vista como momento crítico, como um perigo para o indivíduo, pois o adolescente apresenta *uma necessidade de agir, que*

o impulsiona para o perigo. As correções paternas provocavam detenções temporárias dos filhos. Surgiram idéias contrárias ao castigo físico. A concepção de reformatórios para jovens delinquentes, que teriam agido sem discernimento, e não eram reclamados pela família, foi amplamente difundida em diversos países da Europa.

A família ditava o destino de seus filhos. Se o filho não quisesse ou não conseguisse dar conta das insígnias familiares, surgiam conflitos, pois havia um autoritarismo familiar e ser herdeiro não era tarefa simples. Os castigos físicos estavam em declínio, mas havia um modelo, muito valorizado, de educação rígida. Nas oficinas e fábricas, aprendizes também eram castigados rigidamente. A idéia de virilidade era carregada de violência física. Perrot define que “a família é um ser moral que se diz, se pensa e se representa como um todo. Percorrem-na fluxos que conservam sua unidade: o sangue, o dinheiro, os sentimentos, os segredos, a memória” (PERROT, 1993, p.187).

Família no Brasil²²

E a história da família no Brasil? É similar? Dentro do projeto de colonização, havia uma intenção de aculturação. Idéias, valores e crenças do colonizador eram impostas ao colonizados, mas ao olharmos para a história da família no Brasil vemos que não houve a simples reprodução do modelo europeu. A família patriarcal não foi predominante. Homens que chegaram com a missão de colonizar o país inventaram arranjos familiares e relações pessoais dentro das novas contingências. Famílias eram separadas pelo Atlântico, homens que vinham e deixavam suas famílias na Europa e

²² Novaes (1998), Del Priori (1997), Candido (s/d).

também homens desertores que aqui chegavam, se uniam a índias e passavam a participar da vida na colônia como líderes locais.

No período colonial, existiam poucas mulheres brancas e a escravidão de índios e negros levava os homens a se uniam a mulheres índias, ou negras, sem formalizar a união, gerando filhos ilegítimos. Pode-se observar, desde a colônia, inúmeras configurações familiares. Essa *família não oficial*, muitas vezes, se formava em paralelo à família oficial, composta de acordo com os códigos e interesses sociais. Os colonos se uniam às índias, negras, mas se casavam com as brancas, que vinham do Reino para estabelecer com elas sua filiação legítima.

Era comum uma prática de uniões consensuais contrária às normas da igreja. O casamento formal era uma realidade de difícil acesso, porque era caro e exigia uma série de documentos que a *vida móvel*, necessária ao processo de colonização, não comportava.

As uniões consensuais não eram exceções e envolviam um grande número de pessoas. Inicialmente, era predominante com mulheres índias ou negras, mas passou a ocorrer também com as brancas, pobres ou preteridas, por diversos motivos, como esposas oficiais.

Era paradoxal a posição da Igreja, que pregava o casamento legítimo e o dificultava com taxas altas e muitos documentos: “diante das limitações institucionais, multiplicam-se as relações livres e consensuais à margem do controle da Igreja. No conjunto, do qual a restrita elite mineira não faz parte, o concubinato se constitui na relação familiar típica dos setores intermediários e dos grupos populares” (FIGUEIREDO, 1997, p.174).

O *ideal* de família legítima existia, porém se concretizava apenas para uma pequena parcela da população. Observa-se, inclusive, em Minas Gerais, que a moradia separada era uma estratégia para preservar as uniões consensuais das denúncias. As famílias eram fracionadas e encontravam-se em horários de refeições, passeios, visitas diurnas ou noturnas, mas abriam mão de coabitarem o mesmo domicílio. Havia estabilidade nessas relações, assim como solidariedade afetiva e econômica. As pessoas encontravam nessa prática uma solução para evitar preconceitos e perseguição da Igreja.

No sertão nordestino (FALCI, 1997), encontramos uma outra forma de configuração familiar, incluindo o concubinato. Era comum e, inclusive, de conhecimento público, homens de prestígio e de boa situação social terem várias famílias. Não era somente a esposa oficial que tinha um lugar social definido; as outras esposas seguiam regras que garantiam um bom convívio e davam prestígio social.

O domicílio colonial era composto da família nuclear, com um ou dois escravos, agregados e parentes próximos. Existiam domicílios compostos de padres e escravos; concubinas e afilhados; comerciantes e caixeiros; mulheres com filhos sem maridos; casal de cônjuges e concubina, onde conviviam filhos naturais e legítimos. A colonização levava a uma dispersão da família porque os homens se ausentavam, se aventuravam a serviço, filhas se casavam fora da região do domicílio e filhos participavam de expedições aos sertões.

Uma solução encontrada em diversas regiões do Brasil foi uma família patriarcal adaptada numa dupla estrutura: um núcleo formado pelo casal e filhos legítimos e um outro grupo periférico, e não menos importante, composto por agregados, amantes, filhos ilegítimos, criados, etc.

Percebemos a influência do modelo europeu sobre a moral dos habitantes do Brasil em diversos momentos de sua história, mas sua aplicação concreta sofreu adaptações. O cotidiano da colonização influenciou, inclusive, a relação das pessoas com as casas que habitavam; por exemplo, elas eram menos confortáveis que as européias, com menos móveis e adornos, apesar da quantidade de madeira existente no Brasil e da mão de obra que chegava da Europa. Uma explicação possível seria a de que a relação com a casa era provisória; os moradores tinham a intenção de voltar à Europa ou se dirigir a outra região do Brasil. Até o século XVIII, as camas eram raras, as redes serviam ora como camas, ora como cadeiras. A maioria dos inventários cita poucos bens móveis: algumas cadeiras, baús, caixas. É só no século XIX que surgem escrivaninhas, armários, toucadores e um número maior de mobílias chegam ao porto abastecendo as famílias mais ricas.

A divisão entre público e privado não se aplicava à vida colonial ainda no início do século XIX. Os cômodos tinham superposição de funções, principalmente nas moradias mais pobres.

A morada colonial não se restringia a áreas edificadas, ou a construções principais; havia quintais, jardins, pomares, hortas, anexos cobertos por telhas e palhas, destinados ao convívio, cuidado com animais, indústria doméstica, armazenamento de alimentos e utensílios. Horta e pomar alimentavam a casa. Fabricavam-se farinhas. As casas eram voltadas para dentro; tinham jardins na frente, mas era nos fundos que a vida doméstica acontecia. O clima quente, poucas janelas e portas levavam as pessoas para fora da casa, para lazer e trabalho. Existiam também muitas casas simples, com um ou dois escravos, que dormiam em esteiras pela casa, na cozinha.

As dificuldades com a sobrevivência, as longas distâncias e o abastecimento precário criaram uma relação diferenciada com o trabalho. As casas tinham que produzir aquilo de que necessitavam; o trabalho permeava o cotidiano das casas.

Encontramos as mulheres trabalhando desde o início da colonização. As índias socavam milho, produziam farinha de mandioca, trançavam fibras, faziam redes e moldavam barro. As portuguesas e as escravas aprenderam a fazer esses trabalhos indispensáveis à sobrevivência familiar. As mulheres que ficavam em suas casas, quando seus maridos saíam em bandeiras, tinham que garantir a sobrevivência, assim como, aquelas que os acompanhavam, tinham que participar ativamente da construção de uma moradia em regiões difíceis. A mulher arava e limpava as casas, preparava alimentos, comandava escravas e índios domésticos. Era bordadeira, fazia redes, toalhas de mesa, almofadas e mosquiteiros. Tocava a indústria caseira de alimentos indispensáveis à sobrevivência.

O trabalho das mulheres nas regiões agropecuárias do sul passa a ser comandar estâncias ou atividades agrícolas. No século XVIII, em Minas Gerais, as mulheres eram atuantes, ocupadas com pequenos comércios, administração da casa e negócios do companheiro, na ausência dele. Em regiões urbanas, também vemos mulheres trabalhando em pequenos comércios, vendas e na fabricação de alimentos.

No século XIX, temos uma influência maior do modelo de família burguesa européia, as mulheres de classes sociais mais elevadas retiram-se da vida social para exercer um papel mais restrito ao cuidado com a família, filhos e casa. As mulheres pobres não podiam se dedicar apenas à vida familiar, porque precisavam garantir a sobrevivência de suas famílias. Existiam muitas mulheres como chefes de família;

alforriadas que tinham que se sustentar ou mulheres que viviam sozinhas com seus filhos.

Samara (2002) chama a atenção para a riqueza de configurações familiares no Brasil, afirmando que ela não combina com o ideal de família patriarcal da época. Por exemplo, em 1836, a família predominantemente patriarcal e extensa não chegava a 26% dos domicílios paulistas; ou seja, em 74% das casas, predominava uma outra forma de composição familiar (p.41). Em 1872, 30% das mulheres eram chefes de domicílio e sustentavam suas famílias (na faixa etária entre 35 e 59 anos) (p.43). A autora nos lembra que a historiografia brasileira, a partir da década de 70, incorporou a idéia de múltiplos modelos familiares, salientando que o modelo patriarcal foi modificado, adaptado, inclusive em regiões do sul do Brasil.

As organizações familiares dos pobres eram múltiplas, não só por razões econômicas, mas também pela cultura, com normas e valores diversos dos encontrados na elite. As características associadas ao universo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade eram dificilmente encontradas nas mulheres populares *que não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo ao estereótipo do sexo frágil*: “as atividades das mulheres populares desdobravam-se em sua própria maneira de pensar e de viver, contribuindo para que procedessem de forma menos inibida que as de outra classe social, o que se configurava através de um linguajar ‘mais solto’, maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões” (SOIBET, 1997, p. 367).

Entre as mulheres pobres havia aspirações ao casamento formal, sentiam-se inferiorizadas quando ele não ocorria e acreditavam ser responsáveis pelas tarefas da casa, mesmo trabalhando fora e dividindo seus ganhos. O casamento formal não

predominava na camada popular: “isso se explica não só pelo desinteresse decorrente da ausência de propriedades, mas pelos entraves burocráticos. A dificuldade do homem pobre em assumir o papel de mantenedor, típico das relações burguesas, é outro fator, ao que se soma, em alguns casos, a pretensão de algumas mulheres de garantir sua autonomia ” (SOIBET, 1997, p 367).

Os homens pobres não conseguiam sustentar o papel de mantenedor da família e sofriam influência dos ideais da família patriarcal, de dominação sobre a mulher, o que gerava violência dentro das casas. Era forte a liderança das mulheres no seu grupo familiar; os homens pobres encontram nelas *um abrigo seguro* para as desventuras do desemprego e ganhos insuficientes, mas não conseguiam desfrutar de uma relação mais igualitária com suas companheiras porque não se livravam do estereótipo dominante de que detinham poder sobre as mulheres.

Muitas mulheres viveram de forma diferente dos ideais da época, com o cotidiano marcado por dificuldades para garantir a sobrevivência. Tinham condições concretas precárias, apesar dos padrões de comportamento a elas impostos:

(...) consideradas perigosas por serem pobres, eram sujeitas a constante vigilância, o que não as impedia de se apropriar de diversos espaços, lutando sem destemor pelos seus direitos. Circulavam pelas ruas, em busca da resolução de seus problemas, preocupadas com o trabalho, com os filhos, muitas vezes surpreendendo o marido ou companheiro que as enganava. Por tudo isso, julgavam-se merecedoras de direitos iguais aos dos homens com que conviviam. (SOIBET, 1997, p. 398)

Podemos perceber que a família brasileira lida com separações e rearranjos familiares há bastante tempo. No censo de 1872, já havia divorciados no país. Essa categoria desapareceu em 1920 e reapareceu como desquitados, em 1940, antes do Código Civil de 1942, que estabeleceu o desquite (art. 315). E vem sofrendo rearranjos continuamente. A família nuclear, embora predominante, está em declínio: 78,8% em

1970, 70,7% em 1995. E cresceram famílias monoparentais: de 10 para 17,5%. Ascenderam também os que vivem sozinhos, com 8,1% em 1995 (BERQUÓ, 2001, p.20).

Atualmente o casamento ocorre cada vez menos e mais tarde, em diversos países desenvolvidos industrial e tecnologicamente. Esses casamentos, mais raros e menos duráveis, têm um número menor de filhos. Filho não é mais finalidade básica do casal, mesmo sendo um objeto de investimento afetivo; ele também é considerado como indivíduo, não somente como descendente e herdeiro, como víamos no passado. O número de filhos de pais divorciados vem se multiplicando; também aumenta o número de nascimentos extraconjugais e cresce o número de famílias monoparentais, geralmente formada por mulheres.

A mulher tinha o papel social de esposa e, como esposa, estava destinada ao lar, aos muros da casa, à fidelidade. Se chegava a trabalhar, era para sustentar os filhos, ou pela necessidade de mão de obra dos processos industriais e da lógica econômica. A mulher, hoje, quer escolher seu próprio destino; não aceita o casamento como único caminho; adia a maternidade, já que conta com os avanços da medicina, que permite a possibilidade de uma gravidez normal aos 40 anos e com isso adia-se por uma geração o papel de mãe.

Historiadores, como Ariès, costumam fazer uma estreita ligação entre o fortalecimento da família e o enfraquecimento do Estado, assim como observam que, quando há segurança política, os laços de sangue se afrouxam. Isso parece interessante de ser considerado na compreensão do excesso de valorização moral sobre a família em nossa sociedade. Para os liberais, a família era a chave da felicidade individual e do bem público. Dentro de uma concepção tradicionalista, há também uma valorização da

família. Os socialistas criticam a família como espaço de controle dos indivíduos, mas não conseguem romper com ela.

O Estado passou a se interessar pela família, principalmente a do pobre, *elo fraco do sistema industrial em desenvolvimento*. No início do século XX, houve um controle social da família do pobre, realizado por juízes, médicos e policiais, a pedido da família, ou de parte de seus membros, dados estes constatados desde o final do século XIX. O Casamento era tido como convergência entre aliança, amor e felicidade. A família fazia as trocas, sexualidade e aliança, transportando a lei e a dimensão jurídica para o dispositivo da sexualidade; transportando a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança (FOUCAULT apud PERROT, 1993, p. 133). O drama das famílias é o conflito entre aliança e desejo.

De acordo com Michelle Perrot, do século XIX em diante, acentuou-se a busca do equilíbrio e novas configurações familiares tentaram dar conta de conciliar aspectos positivos da vida em família: solidariedade, fraternidade, ajuda mútua, laços de afeto e amor com aquilo que é normativo e aniquila a individualidade, que é cultuada como sagrada. Família é: “Ninho e nó, refúgio caloroso, centro de intercâmbio afetivo e sexual, barreira contra a agressão exterior, enrustida em seu território, a casa, protegida pelo muro espesso da vida privada que ninguém poderia violar – mas também secreta, fechada, exclusiva, normativa, palco de incessantes conflitos que tecem uma interminável intriga, fundamento da literatura romanesca do século” (1993, p. 78).

Para a autora, as rupturas de hoje são reflexos do individualismo moderno no século XIX. O desejo de poder escolher sua atividade, sua profissão, seus amores, apoderou-se de cada um. Jovens resistiram às determinações paternas. O feminismo e sua proposição de que a mulher pudesse ser dona do próprio corpo, do seu sexo e de seu

ventre foi mudando a concepção das mulheres. De fato, a família sofreu abalos em seu eixo, “como se a sociedade não precisasse mais dela, como se o Estado duvidasse dos limites da esfera privada e quisesse apenas tratar diretamente com os indivíduos” (PERROT, 1993, p. 80).

A concepção de bebês, hoje, pode ser feita em laboratório e as uniões de homossexuais são assumidas publicamente, legalizadas ou não. Casais se formam a partir de recomposições conjugais, trazendo consigo filhos de outros casamentos, fazendo com que convivam na mesma casa, filhos de pais diferentes: irmãos, meio-irmãos, filhos de um, filhos de outro. As adoções vêm crescendo, assim como a utilização de fertilização artificial.

Os pais não sabem lidar com as novas tecnologias, a desigualdade deixou de ser de cima para baixo, “perderam seus papéis de iniciadores do saber de que os filhos precisam, o que altera profundamente o relacionamento familiar. Estamos condenados a inovar” (PERROT, 1993, p. 80). Está mais difícil para os pais saberem o que transmitir a seus filhos, pois “não se transmite mais quase nada aos filhos: nem fortuna, nem profissão, nem crença, nem saberes” (PERROT, 1993, p. 79).

A família tradicional sofreu choques externos, mas nem por isso acabou; dá sinais de reorganização. Para Perrot não é a família em si que se rejeita, mas o modelo rígido e normativo que ela assumiu no séc XIX. “Eles rejeitam o nó, não o ninho. A casa cada vez mais, é o centro da existência. O lar oferece, num mundo duro, um abrigo, uma proteção, um pouco de calor humano. O que eles desejam é conciliar as vantagens da solidariedade familiar e as da liberdade individual” (1993, p. 81).

A idéia de pulverização da família tem como base o ideal de uma idade de ouro, mas a história da família não é linear; é feita de rupturas sucessivas, pois toda sociedade

tenta formatar um tipo de família compatível com suas necessidades. E já se falava em decadência da família, no final do século XIX, com o crescimento do divórcio, que era visto como declínio do poder do pai e, portanto, era amedrontador. Começam a surgir novas formas de família, com novas configurações e, segundo Perrot, mais igualitárias em suas relações, mais flexíveis em suas temporalidades.

Diferentes configurações familiares

Interessante citar, nessa discussão, o livro de Christopher Lasch: *Refúgio Num Mundo Sem Coração* (1977). Nele, o autor trabalha com a hipótese de que cada vez mais o homem procura a família e as relações pessoais como refúgio aos sofrimentos do mundo e, cada vez menos, a família é capaz de proporcionar conforto e proteção. Reafirma que esse assunto não é novo, pois a família vem *se desintegrando* há mais de cem anos. O divórcio e o feminismo geraram discussões sobre o enfraquecimento do pai e de sua autoridade. A família nuclear está sendo bombardeada em sua privacidade, pois a *sociedade burguesa* sempre alimentou a idéia de que o trabalho rotineiro e penoso era compensado pelo lazer e pela vida pessoal, mas o que ocorreu foi um empobrecimento do trabalho, da vida cívica e da família, que não tem mais um valor dominante; o mundo se torna mais ameaçador e a família não consegue oferecer proteção. A privacidade já não serve para sustentar valores ameaçados de extinção.

Lasch defende que a família é o principal agente de socialização, que reproduz valores e padrões culturais no indivíduo. Confere normas éticas, regras sociais e molda o caráter de uma criança. Difunde modos de pensar e hábitos, devido à enorme influência emocional. A união de amor e disciplina nas mesmas pessoas (nos pais) gera

um ambiente carregado emocionalmente, que transmite uma predisposição inconsciente a agir de determinada maneira. Ensinar valores e transmitir cultura não é só algo racional, se o fosse, seria matéria ministrada na escola.

Os guardiões da saúde pública começaram a tecer críticas à família e sua fragilidade, criando a necessidade de uma intervenção técnica. Médicos e reformadores do século XIX viram a si mesmos como missionários, levavam *esclarecimento aos pagãos*, como a Igreja, deviam combater a depravação e superstição. Surgem as profissões assistenciais, nas três primeiras décadas do século XX. A sociedade, sob o disfarce de uma mãe provedora, invadiu a família e tomou suas funções. Projetos ambiciosos foram iniciados, como assessoramento matrimonial, curso para pais, assistência social psiquiátrica, etc.

Os cientistas sociais substituíram os padres, como provedores de uma nova ética, sujeitando a família a uma ordem externa, aos especialistas. Criou-se uma dependência dos especialistas; a família ficou ainda mais enfraquecida e vacilante frente aos conselhos externos. A proliferação de conselhos médicos e psiquiátricos solapou a confiança dos pais, alimentando uma noção largamente exagerada da importância das técnicas de criação dos filhos e da responsabilidade dos pais por seu fracasso. Por outro lado, privavam-se os pais de tomar conta das crianças, cuidar e manter a casa. Eles, em sua ignorância e insegurança, redobram a dependência com relação aos especialistas que, por sua vez, confundiam (e ainda confundem) a todos com uma abundância de conselhos conflitantes, sujeitos às constantes mudanças, de acordo com a moda médica, psiquiátrica e pedagógica.

Segundo pedagogos, era melhor tirar a criança do descuido e maltrato familiar para inseri-la nas escolas e entidades públicas que zelariam por ela. Difundiu-se a idéia

de que somente a ciência e a técnica poderiam garantir à criança seus direitos: crescimento e alimentação adequada, cuidados médicos e educacionais, assim como proporcionar habilidades sociais necessárias para o mundo moderno. Os especialistas orientam que os pais não devem exigir demais, sobrecarregar as crianças, nem as mimarem demais; assim, a criança fica livre de responsabilidade e os pais sempre criticados, dependendo da moda, por fazerem ou não fazerem qualquer coisa. A família luta para aproximar-se de um ideal de família imposto de fora para dentro. A erosão da autoridade paterna e a delegação da disciplina a outras agências sociais criaram um fosso ainda maior entre a disciplina e a afeição na família norte-americana. “As relações no interior da família tornaram-se semelhantes às relações no resto da sociedade. Os pais evitam impor arbitrariamente os seus desejos às crianças, deixando claro, assim, que a autoridade só merece ser considerada válida quando se conforma à razão. Entretanto, na família como em qualquer parte, os padrões ‘universais’ revelam-se ilusórios quando examinados de perto” (LASCH, 1977, p. 222).

Lasch faz referência a um estudo, da década de 40, sobre comunidades negras norte-americanas, onde era comum, as mulheres sustentarem e criarem seus filhos; conhecido como Relatório Moynihan, que gerou sérios debates entre estudiosos da família. O relatório sintetizava uma longa tradição de serviço social, segundo a qual a patologia social origina-se de lares desfeitos. Com gráficos e tabelas, Moynihan argumentava que a família negra dos guetos urbanos estava se desintegrando e que a deteriorização gerava fraqueza da comunidade negra; concluía que a pobreza impunha ao gueto uma forma matriarcal de família, instável, perpetuada por gerações e com conseqüências patogênicas: “Por motivos que Moynihan não investigou, ‘as crianças negras sem pais debatem-se em dificuldades - e fracassam’ ” (1977, p. 205).

Moynihan recebeu diversas críticas, foi acusado de desviar a atenção para a família matriarcal, quando os problemas eram de racismo e pobreza. Havia críticas de que a família matriarcal é uma saída saudável às dificuldades; a família negra parecia instável quando julgada por um ideal branco de relações. Lasch aponta estudos em que os próprios negros consideravam a família centrada no homem como ideal de família mais desejável, o que pode ser compreendido pelo aspecto ideológico com que alguns ideais sociais são sustentados por uma classe que detém poder sobre outra.

O Relatório exemplificava a medicalização da família como política social e concluía que era necessário fortalecer a família negra, de forma a capacitá-la a criar e sustentar seus membros. Defendia que era necessária uma intervenção terapêutica e que só os patologistas sociais podiam compreender e redefinir a ação social como forma de terapia. A luta pela igualdade de condições e direitos deveria ser feita pelo governo federal, canalizando a revolta do gueto para formas aceitáveis, colocando-a sob a liderança federal. “Um diagnóstico da ‘patologia’ do gueto que possibilitaria sua cura pelos medicamentos certos” (1977, p. 206).

A incapacidade do pai de sustentar a família fazia com que ele saísse de casa e, mesmo estando em casa, investia afetivamente menos nas suas relações familiares, provavelmente porque fracassaria em sua missão de provedor do lar. Conclui-se que famílias matriarcais eram mais desvantajosas do que as patrifocais, sem muitas explicações. Estudiosos da família teciam críticas à família norte americana, sobre a decadência da autoridade paterna, explicada pela rápida mudança de valores, que faz com que os pais nada tenham a ensinar de útil a seus filhos. Pais e mães representam o passado inútil. Se os pais tentavam intervir na vida dos filhos, viravam motivo de desprezo. As tentativas de instruir e disciplinar viraram atestado de sua incompetência.

Mesmo em famílias com os pais presentes, havia dificuldade em isolar seus filhos *dos perigos e tentações das ruas*. Lasch comenta estudos recentes com a juventude americana que mostram jovens, relatando como normais às relações de distanciamento de seus pais e que esse distanciamento não lhes significa nada, nem provoca ressentimentos; entretanto, há um aumento significativo de suicídio e dependência de drogas entre esses estudantes.

Houve uma invasão da família, por parte do Estado, por meio dos especialistas. Não houve só transformação da família por questões culturais, históricas e sociais, mas houve também uma intervenção política na família, não só nos Estados Unidos.

O controle exercido pelos especialistas sobre a família contribuiu, e muito, para seu enfraquecimento e essa política, invasora e adestradora da família, foi retirando do indivíduo, seu lugar de resistência, o que nos leva a refletir sobre o papel do Estado:

Hoje o Estado não controla apenas o corpo do indivíduo, mas toda a parcela do seu espírito que é passível de ser ocupada; não apenas a sua vida exterior, mas também a vida íntima; não apenas a esfera pública, mas até os cantos mais obscuros da vida privada, que antes eram inacessíveis à dominação política. Toda a existência do cidadão tornou-se agora sujeita à direção social, cada vez menos mediatizada pela família ou outras instituições às quais o trabalho de socialização estava confinado antigamente. A própria sociedade assumiu este encargo, ou então passou a controlar mais efetivamente a socialização familiar. Com isto, ela minou a capacidade de autodeterminação e de autocontrole, solapando uma das principais fontes de coesão social, apenas para criar novas formas, mais constrangedoras do que antigas e, em última análise, mais devastadoras em seu impacto sobre a liberdade individual e política. (LASCH, 1977, p. 240)

Com isso, desenvolveu-se uma crença de que a família era incompetente e precisava de controle sobre sua função, através das escolas, dos especialistas e de políticas de bem estar social, uma culpabilização da família sobre condutas inadequadas dos indivíduos. Assistentes sociais e outros técnicos do bem estar social construíram a idéia de que falhas no princípio moral da família constituem causas

subjacentes do crime e da desorganização social²³. A produção dos desajustados, delinqüentes e criminosos passou a ser de responsabilidade da *família desestruturada*. Não só os técnicos invadiram a família para bombardeá-la com instruções e aconselhamentos, como também fiscalizam seus cotidianos e a culpabilizam quando um de seus membros tem comportamentos considerados inadequados socialmente: “Psicologiza-se, enfatiza-se o privado em detrimento do público, fortalecendo-se a crença na ‘crise’ da família, sua responsabilidade e culpabilidade pela situação dos filhos” (COIMBRA, 1995, p.201).

Precisamos pensar nisso com muito cuidado; essa relação é uma construção, uma falsa explicação. Essa relação causal vem sendo produzida e ratificada, dia a dia, por diversos técnicos de controle social (psicólogos, pedagogos, assistentes sociais), que escrevem pareceres avaliando a população, justificando comportamentos socialmente reprováveis, a partir das famílias dessas pessoas.

Tais discursos que se afirmam ‘científicos e ‘neutros’ produzem na família e na sociedade em geral, ‘verdades’ dotadas de efeitos poderosíssimos. (...) Desta forma, no chamado ‘discurso da competência’ os técnicos e os especialistas aparecem como os que entendem do assunto, possuem o saber, verdadeiros iluminados, detentores do conhecimento ‘científico’, ‘rigoroso’, ‘objetivo’ e ‘neutro’. O surgimento de tais especialistas e seu fortalecimento no mundo capitalístico não se dá pela necessidade de modernização e desenvolvimento da sociedade, mas pela sua função de melhor controlar, disciplinar, normalizar e naturalizar a divisão social (...) estruturada sobre a dominação e a submissão. (COIMBRA, 1995, p.37)

Será que o fato de encontrarmos nas famílias de homens presos, jovens e adolescentes da FEBEM, famílias constituídas, na maioria das vezes, por mulheres, filhos e agregados, nos dá o direito de construir uma relação causal entre comportamento inadequado e estrutura familiar? Pelo que posso observar, novas configurações familiares ultrapassam a camada social mais pobre ou a parte dela que se

²³ O autor cita trabalhos que usaram esses termos e contribuíram para a construção dessa idéia nos Estados Unidos (LASCH, 1977, p. 37).

encontra nas prisões, FEBEMs, e outras *instituições corretivas*. Podemos encontrar facilmente crianças, filhas de pais solteiros, divorciados, com madrastas, padrastos, meio irmãos, em todas as classes sociais. Roudinesco (2002) fala em 1/3 das crianças serem filhas de pais divorciados. Podemos construir, nesses casos, relações diretas de causa e efeito?

Há um movimento na organização da família e a história nos mostra isso. O que será essencial na família? Acredito que a família funciona, fundamentalmente, como elo entre o indivíduo e o coletivo, dando sustentação para o novo membro da comunidade, transmitindo-lhe valores daquela cultura em que está inserido, dando-lhe pertencimento; assim como, a família sustenta a própria comunidade, que só pode se manter viva quando seus valores são vivenciados e transmitidos.

Família, filiação e pertencimento

Os estudos de Lévi-Strauss (1984) sobre família em diferentes povos o levou a refletir sobre o universalismo da família, cuja explicação não parecia estar ligada a uma lei natural. O fato de a família existir praticamente em todos os lugares, para ele não era algo natural, mas relacionado ao social.

A partir dos diferentes povos chegou a elementos comuns e concluiu que a família se origina no casamento. Inclui marido, mulher, filhos dessa união, formando um núcleo a partir do qual se acrescenta outros parentes. A união dos membros da família se dá por laços jurídicos, direitos e obrigações econômicas e religiosas. Estabelece-se uma rede de direitos e proibições sexuais, que envolve um conjunto de sentimentos como amor, afeto, respeito, medo.

Os graus de parentesco e regras para casamentos levam à conclusão de que toda sociedade lida com a necessidade de reprodução. Fixa regras para isso e para o lugar das crianças na estrutura social em relação aos pais. A regra de descendência pode ser simples: pelo pai, mãe, um dos dois, ou de forma combinada; o que importa é que há sempre regra de descendência. É necessário, nas diferentes sociedades, que os grupos se cruzem e, para isso, a exogamia é fundamental.

Lévi-Strauss critica conclusões dos etnólogos sobre a idéia de que os povos primitivos eram poligâmicos, promíscuos, tinham casamentos grupais, com base numa concepção evolucionista de sociedade. Afirma que pode concluir que a família conjugal existe em sociedades com diferentes níveis de desenvolvimento econômico e técnico. A família monogâmica ocupa um lugar considerável nas sociedades muito primitivas e nas famílias modernas. Encontrou diversas outras combinações em sociedades consideradas intermediárias, e apresentou diversos exemplos de combinações diferentes de família²⁴.

Chegou à conclusão de que o casamento é entre grupos e não entre pessoas. Cria laços e é o meio social de uma família se unir a outra. Há variações no grau de importância dado à família conjugal. Em alguns lugares, status, magia e terras são herdados por linhagem; em outros, há valorização de uma autoridade com várias famílias conjugais. A família conjugal não é necessidade universal; parece ser uma opção entre outras, um equilíbrio entre diversas fórmulas, uma solução de compromisso.

²⁴ Nayar – Índia: havia uma cerimônia simbólica, mas ela não criava vínculo permanente e a mulher podia ter amantes, os filhos pertenceriam à linhagem feminina. A autoridade familiar pertencia ao irmão da mulher. Cita exemplos de famílias poligâmicas e poliândricas, com combinações diversas, mulheres e filhos em casas separadas dividiam o marido, ou chefes com famílias grupais. Inclusive casos onde mãe e filha casavam-se com o mesmo homem, tendo filhos que geram filiações cruzadas, enteados para uma, netos para outra, meio irmãos e irmãs.

É universal a divisão de trabalho; na divisão sexual do trabalho, a guerra é masculina e o cuidado com as crianças, feminino; o restante das divisões de papéis varia muito.

A relação entre família e sexualidade também é diversificada. O que é comum é a interdição; a proibição do incesto obriga a formação novas famílias e perpetuação do grupo social. Parece que nenhuma sociedade sobreviverá, se não houver regras para reprodução da estrutura social, geração após geração; é preciso garantir a circulação da mulher, dos bens e das palavras.

As questões da atualidade como diferentes processos de fertilização em laboratório, famílias recompostas, monoparentais, de pessoas do mesmo sexo, serão diferentes das vividas pelos diferentes povos? Françoise Heretier (1996) nos diz que não e alega que diferentes povos sempre lidaram com a questão da reprodução; de uma forma ou de outra, criaram regras de filiação, que garantiam pertencimento do indivíduo ao grupo.

Heretier faz uma discussão sobre modos de procriação e sistemas de filiação. A filiação seria social, por definição, porque implica num reconhecimento do lugar da criança na família e na sociedade, não fundamentada apenas no engendramento biológico. É claro que o biológico está presente no humano, mas o que garante a uma criança sua identidade é o lugar social; ela se torna uma pessoa, a partir da relação com o outro, que lhe dá um nome, lhe garante rede de filiação e com isso, a pertença a um grupo social.

A autora percorre diferentes comunidades primitivas, demonstrando como esses grupos lidaram com problemas como esterilidade da mulher, do homem, morte de adultos sem descendentes, como criaram mecanismos que remediavam essas situações e garantiram a possibilidade de descendência por intermédio de situações sociais e

arranjos que possibilitavam lidar com limites do biológico²⁵. Configurações diversas mostram como se prioriza o laço social, leis simbólicas que sustentam a filiação e o pertencimento, muito além do biológico.

O social não é redutível ao biológico, ao genético. Por mais que tenhamos métodos de concepção artificiais, ou novas configurações familiares, temos que dar conta, sempre, da mesma questão como grupo social: a inclusão de novos membros e a transmissão da cultura.

Para Heretier não existe sociedade que não tenha estabelecido diferença entre papéis sociais, entre filiação e engendramento. A filiação é o laço social pelo qual a sociedade inscreve a criança em sua rede simbólica; as regras de filiação são criações artificiais e, nesse sentido, sua organização não é nunca naturalmente fundada. Enfim, o que conhecemos como novo, de certa forma, foram experiências vividas também em outras sociedades. E, sempre, com a primazia da estrutura social sobre o indivíduo, a lei do grupo designava os elementos de filiação, descendência e herança.

Numa leitura psicanalítica, a criança é remetida, pelos seus pais, à cultura. O Complexo de Édipo é compreendido como o final de um processo (difícil e doloroso) de separação fusional do bebê de sua mãe. A proibição do incesto leva à cultura; o que se impede no Édipo é o acesso sexual aos pais e, a partir disso, se abrem outras possibilidades; o desejo cria cadeias substitutivas. A internalização da proibição do incesto leva a uma elaboração psíquica, produz identificações com os pais²⁶, seus

²⁵Entre os Haya, Samo, Yatenga, Nuer é possível observar situações, arranjos sociais que davam conta da filiação: homens inférteis puderam ser nomeados como pais sociais (Haya), a partir de determinados rituais e costumes. Mulheres inférteis puderam exercer a maternidade seja pela criação coletiva das crianças, como mãe social (Yatenga) ou porque receberam uma criança gerada por outra mulher. Também existiam casos onde a mulher estéril era vista como homem, casava-se com uma outra mulher, que lhe dava filhos concebidos a partir da relação com homens, autorizada socialmente, sendo que o filho fruto dessa relação seria do casal de mulheres (Nuer).

²⁶Importante destacar a idéia de Lacan sobre Édipo como operação simbólica, funções materna e paterna e não apenas a partir das pessoas concretas do pai e da mãe.

valores e com o mundo ao qual pertencem. O pai interditor, que separa mãe e bebê, é também o pai possibilitador, que impede o incesto e inclui seu filho no circuito social e torna possível o nascimento de um sujeito (descolado do desejo materno), incluindo-o na cultura, com suas regras e valores.

Nesse sentido, o papel da família diz respeito ao pertencimento e à filiação. Considerando a filiação como laço social pelo qual a sociedade inscreve a criança em sua rede simbólica, podemos pensar que a família, atualmente, cerne da vida social, tem como função transmitir os valores daquele grupo e garantir pertencimento ao indivíduo, dando-lhe lugar no grupo. O que sustenta uma pessoa são laços simbólicos, que lhe dão pertencimento, ordenação e valores. O fundamental é a rede simbólica na qual somos inseridos e aí precisamos refletir se é a família que vem falhando em seu papel simbólico ou se a sociedade não vem garantindo estrutura simbólica que sustente a família e os membros da sociedade.

A relação do homem com a sociedade sofre transformações. Tivemos momentos em que o coletivo era o laço fundamental, os ideais da Revolução Francesa apontavam para isso, embora saibamos que seu desenrolar foi outro. Tivemos uma grande perda quando o espaço público deixou de ser o centro da vida, lugar de encontros, trocas e relações pessoais, onde assuntos de interesses coletivos podiam ser tratados, para se transformar em espaços fragmentados, espaços de consumo e de passagem. Esse processo, no qual os espaços públicos foram deixados de lado e o homem se trancou com sua família, cada vez menor, em uma casa, também cada vez menor, que recebia menos pessoas e delimitava mais a fronteira entre o público e o privado, levou a uma profunda quebra de laços entre o homem e seu grupo. Há um *desenraizamento*²⁷ do

²⁷ Reflexões de Bauman, em *Globalização: as consequências humanas*, inclusive a partir de Sennet, em *O declínio do Homem Público*.

homem com relação à Humanidade, provavelmente provocado pelo isolamento dele na sua localidade (ou pior que isso, quando *não pertence a lugar algum*), desprovido de qualquer significado social.

O que ocorreu com a vida pública? Arendt (1958) acredita que as transformações econômicas e o desenvolvimento capitalista foram responsáveis por alterações na ordem pública. A pólis para os gregos era vital; nela se teciam laços, que transcendiam a vida individual, a *bios*. Habitar o mesmo espaço, por si só, não constrói a consciência do coletivo; o que possibilita isso é algo maior, inerente à política.

Autores, como Sennet (1974), analisam a sociedade atual como intimista, narcisista, individualista, o que levaria as pessoas a se voltarem para interesses pessoais, gerando um declínio de ideais e do Bem Comum. Ideais coletivos deixam de ter importância frente a interesses privados e a base do estado coletivo não pode ser interesse de partes.

Em que lugar e em que instância a relação homem e sociedade é fortalecida? Onde a rede simbólica se faz presente e marcadamente forte para dar significação e sustentação à experiência individual?

Temos uma lei que regula nossos comportamentos e essa lei parece ter como finalidade básica o controle do comportamento e não sua dimensão reguladora e simbólica, instituinte da sociedade. “As pessoas se submetem às regras da vida social, porque a submissão representa a linha de menor resistência – e não porque acreditem na justiça de tais regras ou nas boas intenções daqueles que as promulgam (LASCH, 1977, p. 237).

Tudo isso me faz concluir que o problema *família desestruturada* está deslocado. Na verdade, é preciso enxergar o que origina esse sintoma social. Não me prece que a

família seja responsável pelas dificuldades que enfrenta, mas que os problemas sociais invadem a família e os profissionais das ciências humanas a culpabilizam.

A psicanálise compreende o sintoma como formação inconsciente, substitutiva na realização do desejo, ou seja, aquilo que é inconsciente aparece, torna-se acessível, disfarçado no sintoma. O sintoma está relacionado ao desejo do sujeito, o que remete à sua fantasia. Se há sintoma, há conflito, algo da fantasia não pode ser dito diretamente, precisa ser codificado pelo sintoma. É a partir dessa compreensão de sintoma individual que podemos discutir um sintoma social. O que, na sociedade, não está podendo ser simbolizado e retorna como sintoma? O que ocorre é uma falha na tessitura dos laços sociais, naquilo que envolve o pertencimento do homem à sociedade e isto afeta também a família. A família sofre as conseqüências da fragilidade dos laços sociais e não está conseguindo se manter a partir dos papéis sociais tradicionais.

Fruto de grandes mudanças sociais, a família do final do século XX era horizontal e fraterna, servia de refúgio contra angústias, trazia benefícios de uma alteridade consentida; mas as coisas nunca foram tão tranquilas assim; é sabido que a família, mesmo a mais tradicional - *estruturada*, como gostam tanto os profissionais da área social - traz em si possibilidades de muito sofrimento; basta ouvir os pacientes nos consultórios e todas as dores decorrentes das relações familiares.

Novas configurações familiares podem ser tentativas de dar respostas às transformações sociais que atingem os indivíduos. Para Roudinesco (2002), as famílias contemporâneas, horizontais e em redes, vêm se *comportando bem*, garantindo algo fundamental: a reprodução das gerações. O casamento aparece como modo de conjugalidade afetiva, realizado mais tardiamente e com mais reflexão, geralmente precedido de experiências de vida comum ou solitária. Os filhos não são mais,

obrigatoriamente, filhos de laços matrimoniais. É considerável o número de crianças filhas de pais divorciados e o número de famílias monoparentais. A família configura-se como um lugar de resistência do indivíduo porque pode favorecer o surgimento de uma nova ordem simbólica. Para ela, a família do futuro deve ser, mais uma vez, reinventada.

A família está em processo contínuo de transformação, o que é facilmente constatado na história. Isso não é ameaçador por si só. Podemos ver que existem diversas configurações familiares, que mostram a prioridade do laço social, de leis simbólicas, que sustentam a filiação e o pertencimento, não tendo como base apenas a ordem biológica. Importante é que a família, independentemente da sua configuração concreta, possa garantir a filiação simbólica.

Tradicionalmente, a psicanálise fala da família como lugar fundamental para o desenvolvimento da criança. Nela se dá a estruturação edípica e, junto com ela, a identificação sexual do indivíduo. E mais que isso: múltiplas identificações (com determinadas características, interesses, habilidades, dificuldades, sucessos, fracassos, etc), que formarão uma combinação única, que aparecerá no indivíduo como sua *identidade*. O que é fundamental na constituição da subjetividade?

No princípio, temos um bebê, em absoluto estado de dependência e fragilidade. Esse bebê, para tornar-se alguém, precisará de cuidados básicos, satisfazer suas necessidades físicas, sendo que, aquele que cuida dele, ao fazer isso, o incluirá no circuito do desejo, a partir do lugar que o bebê ocupa para ele, incluindo-o nas relações sociais. O humano é bastante frágil e precisa de outro humano para sobreviver e para humanizar-se.

A mãe ou quem oferecer cuidados maternos vai estabelecer uma relação fusional com o bebê, de completude, o que é fundamental para poder cuidar da criança. Essa relação fusional precisa ser quebrada para que o bebê possa estabelecer outras relações. Nesse momento, o pai, ou seu representante, será vivido como aquele que separa mãe e bebê, elemento fundamental, ordenador da subjetividade. O pai que num primeiro momento priva a criança, funciona depois como possibilitador, pois ao interditar à mãe, permite à criança o acesso a outras pessoas. E a partir desta interdição a criança adentra a Cultura e a Lei²⁸. Assim sendo, o sujeito sob a égide do simbólico, ocorre uma operação constitutiva, possibilitadora de uma definição subjetiva. Entendo, portanto, que novas configurações familiares não são ameaçadoras à constituição do sujeito, já que o fundamental é o lugar dado a esse novo ser, a garantia de um pertencimento.

Ser filho de alguém, ter uma família significa ter uma herança, material e simbólica. A filiação define um lugar familiar e social (no cruzamento entre o particular e o geral). Carregamos junto com o nome, uma história, um lugar no desejo do outro. Ser filho de alguém deixa marcas, fundamentais para estruturação de um sujeito; há um trabalho de subjetivação a ser feito por cada um de nós, que nos torna únicos, mas também nos une aos que nos precederam e nos permite fazer laços sociais.

²⁸O posicionamento do sujeito perante a Lei é fruto da resolução do Édipo, por meio da travessia de seus três tempos: 1º tempo - a relação mãe-bebê é de um circuito narcísico, fechado em si; a relação é dual e especular. O bebê é o falo materno (aqui entendido não como pênis, mas como significante do desejo), está preso ao desejo materno, está submetido a esse desejo do outro; 2º tempo - Nesse momento, entra o pai, como privador da mãe, priva o bebê do seu objeto de desejo e priva a mãe de seu objeto fálico. A relação dual fica abalada, pois há a entrada de um terceiro, o pai imaginário, que separa mãe e bebê e que é desejado pela mãe, por ser portador do falo. Aqui tem início a castração, a introdução no social e do social e o pai substitui a mãe, nesse lugar fálico, representante da lei. 3º tempo - O pai surge como aquele que também está subordinado à lei; não é o falo, é também castrado, ou seja, marcado pela falta. Opera-se a castração simbólica. Lei e falo são instâncias externas aos personagens edípicos. O pai, além de castrador aparece como doador porque ao negar o acesso à mãe, possibilita o acesso às outras mulheres. O protótipo da Lei é a proibição do incesto, que interdita e funda o simbólico (ver mais detalhes no capítulo Perversão Social).

Filiação é sempre social porque implica num reconhecimento do lugar da criança na família e na sociedade. E fica a questão: que lugar social estamos oferecendo às crianças? Esse é um problema que ultrapassa classes sociais, atinge a todos, mas não devemos esquecer que as crianças da periferia estão trabalhando para o tráfico cada vez mais cedo. Ao olharmos para as periferias dos grandes centros urbanos, encontramos muitas pessoas sem trabalho, casa, condições mínimas de saúde, educação, cultura, pessoas que lutam pela sobrevivência, hoje, sem motivos para acreditar que o amanhã será diferente. Penso que não há garantias de pertencimento iguais a todas as pessoas. Antonio Candido fala em *massas anômalas* que foram formadas, desde o processo de colonização, constituídas por filhos ilegítimos e excluídos do seio familiar, sem sustentação econômica e social.

Heretier afirma que há conseqüências quando não há o reconhecimento da filiação, quando há recusa em dar uma identidade. A partir disso, se faz necessário refletir sobre as condições de pertencimento e filiação. Será que a miséria, a pobreza e a exclusão, que grande parte dos brasileiros vive, não leva a uma desfiliação e à ruptura de laços? Desfiliação que não atinge só essa parte da população, mas a todos, que ficamos imersos numa violência simbólica, que pode provocar atos reais, como o crime, o que não é nada promissor. Se não rompermos esse ciclo de violência, continuaremos colhendo seus frutos.

CAPÍTULO V

Perversão Social

O termo perversão é controverso e carregado de sentido pejorativo. Tecnicamente, é usado para designar desvios no comportamento sexual. Na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento das teorias sexuais, ele passou a ser empregado, pela medicina, como sinônimo de distúrbio psicossocial. Os desvios passaram a ser entendidos como aberrações que deveriam ser tratadas, pois atingiam todos os aspectos da vida da pessoa e, conseqüentemente, a sociedade. A política *higienista* se instala e, com ela, a idéia das doenças hereditárias e degenerativas. As práticas sexuais consideradas como *anormais* eram também vistas como um desvio à norma e à moral social e precisavam ser *controladas*.

No século XIX, a psiquiatria divide as perversões em dois tipos, de acordo com sua origem: as adquiridas, por condições de restrição ambiental, e as verdadeiras, ligadas à concepção hereditário-degenerativa. Entre as perversões, foram incluídas práticas sexuais diversas: homossexualismo, zoofilia, pedofilia, pederastia, fetichismo, sadomasoquismo, travestismos, necrofilia, coprofilia, voyerismo, exibicionismo, mutilações sexuais e incesto. Em meio a essas concepções, Freud começa seus estudos sobre a perversão e faz avanços significativos; caminha de uma descrição das perversões sexuais para uma teorização do mecanismo geral da perversão. A

metapsicologia freudiana tem duas explicações para a perversão: a primeira é decorrente da polimorfia da sexualidade infantil e a segunda, do fetichismo, como recusa à castração (VALAS, 1990). Tanto as psiconeuroses, como as perversões são concebidas como resultados de distúrbios do desenvolvimento psíquico-individual. Em sua obra, encontramos a idéia sobre perversão em constante movimento, até chegar à construção sobre a resolução do Édipo, resolução esta diferenciada entre neuróticos, psicóticos e perversos. Ele aproxima neuróticos e perversos, afirmando que um é o negativo do outro; o que é recalcado e inconsciente no neurótico corresponde ao atuado no perverso.

Nos *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905), temos a sexualidade infantil entendida a partir do perverso polimorfo e da idéia de que a satisfação sexual infantil não se dá por uma única zona erógena, mas de forma generalizada por todo o corpo, ainda não fixado à satisfação genital; o mesmo ocorreria na perversão, por meio de uma fixação, numa pulsão parcial que escapou ao recalque. A distinção entre perversão e normalidade estaria na fixação, na exclusividade de uma determinada prática para alcance da satisfação sexual. Porém, no final deste texto, ao falar da escolha objetal (definida a partir da resolução edípica e dos conteúdos pré-genitais) aponta que a perversão tem uma relação com a castração²⁹.

Freud continua essa nova elaboração da perversão em *Teorias sexuais infantis* (1908) e, em 1909, com o Pequeno Hans, destaca a recusa da criança em aceitar a falta fálica³⁰ da mãe, que resulta numa idéia fundamental à sua conceituação da perversão: a

²⁹ A castração tem duas representações psíquicas: a do reconhecimento da diferença anatômica dos sexos e a da fantasia de que alguém foi castrado, causando a diferença sexual. O pai é o agente que incorpora essa ameaça. É a posição diante da castração que faz o interdito do incesto se efetivar e traz implicações na cultura.

³⁰ Fállico entendido como aquilo que completa a falta humana; ou seja, o significante do desejo. A mãe se relaciona com seu filho, incluindo-o no circuito de seu próprio desejo, da sua falta, de acordo com a sua própria resolução edípica.

recusa da percepção infantil da castração da mãe retorna na figura da mulher com pênis, dando origem à fantasia da mulher fálica.

Em *Fetichismo* (1927), ele apresenta o objeto-fetice como um substituto do pênis, mas não de qualquer pênis; é o substituto do pênis materno, em que o menininho outrora acreditou e não quer abandonar. No desenvolvimento do perverso, ele viveria a castração materna como algo insuportável e criaria um objeto que esconderia a falta materna, o fetice. O fetichista fica preso a uma atitude infantil, de forma a negar, desmentir a castração feminina; ao mesmo tempo em que a reconhece, sabe da diferença sexual. Freud usa o termo *verleugnung*³¹, termo que designa que o sujeito sabe e não quer saber sobre a castração. Forma-se uma solução de compromisso pelo conflito entre a percepção desagradável e a força de seu contra-desejo.

De acordo com Hanns (1996), *verleugnung* é traduzido como negação, rejeição, recusa, repúdio. Um tipo de recusa próxima do desmentir, renegar. Essa palavra alemã é ambígua, entre verdade e mentira. Pode significar, desmentir algo, agir contra a própria natureza, negar a própria presença, no sentido de mandar dizer que não está. Sempre se refere a negar algo afirmado ou admitido antes. Na obras tardias de Freud, há uma tendência em usar esse termo para o fetice e a perversão em geral. A rigor, não é só um termo para a perversão; a diferença entre perversão e psicose está nos conflitos e contradições decorrentes da castração. O psicótico tende a substituir a realidade, enfatizando a negação da castração; já o perverso unifica, simultaneamente, a negação da castração e seu reconhecimento através do fetice ou outros substitutos. Lacan propôs uma tradução para o termo *verleugnung*: *démenti* (desmentido). Coexistem, na mesma pessoa, duas posições irreconciliáveis: o desmentido (inconsciente) e o

³¹ Na edição brasileira das obras de Freud, o termo foi traduzido por rejeição.

reconhecimento da castração feminina. O fetiche representa um triunfo sobre a castração e uma proteção contra essa ameaça assustadora.

A organização psíquica de um sujeito é decorrente dos caminhos do Édipo, na relação que o sujeito mantém com a função fálica. Essa relação funda uma organização, uma estruturação³² que constitui uma canalização da economia psíquica. A mãe (ou seu representante), ao cuidar desse bebê, pela *maternagem*, dá contorno ao corpo e ao próprio bebê, contorno essencial ao desenvolvimento do ser. Num primeiro momento, temos uma relação fusional entre mãe e bebê; a criança se identifica com o desejo materno. Supõe completar o que falta à mãe; há um *assujeitamento* ao desejo materno; para agradar a mãe, o bebê ocupa o lugar fálico, da falta materna. Porém, mãe e bebê estão incluídos na sociedade e a relação fusional será quebrada, apesar da resistência de ambas as partes. Como mãe e bebê estão incluídos em relações sociais, a mãe será requisitada para outros papéis e terá outras necessidades além do seu bebê e este, por sua vez, também será convocado a estabelecer outras relações, com outras pessoas.

A mãe pertence à cultura, obedece a regras e nelas inclui seu bebê, introduzindo o pai. Nesse momento, o pai (ou seu representante) será vivido como aquele que separa mãe e bebê, elemento privador, evitando que a mãe sustente seu bebê nesse lugar de completude. A mãe deseja outras coisas que não só o bebê; deseja o pai que, nesse momento, vira o representante imaginário do falo. Num determinado momento, o pai será vivenciado pela criança como uma forma de interdição e de frustração. A criança sabe que não poderá completar a mãe; é forçada, pela função paterna, a não ser o falo da mãe e a dirigir seu olhar para aquele que, supostamente, tem o falo. A mãe,

³² A noção de estrutura clínica é decorrente de uma primazia da linguagem sobre a constituição do sujeito. Estabelece o inconsciente como linguagem e o sujeito passa a ser constituído pelo enredamento dos significantes. O inconsciente é compreendido como um efeito de linguagem e o sujeito é o que representa um significante para outro significante.

reconhecendo o lugar do pai, através da palavra, atribui a este um status simbólico. O pai, investido de atributos fálicos, será convocado a dar provas disso, não ocupando o lugar fálico, mas sendo portador do falo. Nesse momento, o bebê é inscrito na simbolização da lei. É a metáfora paterna que estrutura o sujeito, pois possibilita o recalque originário e o processo de simbolização da Lei. Sobre essa metonímia do desejo, Joel Dör nos diz:

(...) o desejo de ser, recalçado em prol do desejo de ter, impõe à criança que engaje a partir de então seu desejo no terreno dos objetos substitutivos do objeto perdido. Para tanto o desejo não tem outra saída a não ser fazer-se palavra, desdobrando-se numa demanda. Mas ao se fazer demanda, o desejo se perde cada vez mais na cadeia dos significantes do discurso. Com efeito, pode-se dizer que, de um objeto a outro, o desejo remete sempre a uma seqüência indefinida de substitutos. (1985, p.94)

É a memória dos amores edipianos que dá sentido para o sujeito em sua relação com o falo, com a falta e, portanto, com o desejo. A mãe não tem o falo; logo, seu bebê o é. Ser o falo para preencher a falta da mãe causa angústia, a mesma de ser engolida por ela. A resposta a essa angústia é uma ilusão; cria-se um falo para a mãe e ela, tendo o falo, deixa o sujeito respirar. O perverso coloca o fetiche como substituto do falo faltante à mãe, que o protege da angústia do desejo dela e de ser engolido pelo desejo do Outro³³. Na perversão, a criança assume o lugar fálico, retirando o pai desse lugar, obviamente com autorização materna para isso. Na concepção lacaniana de perversão, existe uma *alienação* porque o sujeito está grudado no desejo da mãe, de forma mais

³³ O outro é o próximo, o parceiro imaginário, com quem nos relacionamos a partir de nossas fantasias; ele está presente nas relações cotidianas. O Outro não é o semelhante; ele tem uma dimensão simbólica e dá sustentação ao sujeito, é o que torna toda relação a dois, uma relação a três. Em última instância é a própria linguagem.

acentuada do que o neurótico. O desmentido funciona como centro nesta estrutura, numa vertente imaginária³⁴.

A mãe do perverso é sedutora; ela faz um jogo, seduz seu objeto de gozo³⁵, dissipando a dúvida sobre o sentido da instância paterna, e o convida a menosprezar o lugar do pai, fato que está imediatamente relacionado ao desafio e transgressão típicos do perverso, pois ele questiona a lei do pai, desafiando a regra que exige que a lei de seu desejo seja sustentada pelo desejo do outro: “a alienação da criança à intriga da sedução materna e à incúria simbólica paterna tem por consequência essencial incitar a criança a confortar o fantasma de uma mãe onipotente que, propriamente falando, é a mãe fálica à qual ela não renunciará.” (DÖR, 1987, p. 110).

Lacan localizou a perversão como decorrente do momento em que a mãe é objeto de amor, tanto do menino, como da menina, na fase pré-edipiana. Situação imaginária, na qual o filho satisfaz totalmente a mãe. A identificação pré-genital é fálica, relacionada diretamente ao falo materno; a criança está presa no desejo do desejo do Outro e se insere na ilusão de ser ela o falo da mãe. Há uma recusa em saber da diferença sexual; o fetiche é o símbolo que dribla, engana. Nessa recusa, o sujeito não se submete à lei paterna (simbólica), desafiando-a. Há uma insistência na transgressão que não anula a angústia de castração. O perverso recusa a castração em forma de ato: transgredindo a lei, ele descumpre o pacto edípico.

O perverso tem um enorme trabalho cotidiano para não se deparar com a castração; ele tem que teatralizar o tempo todo, seguir papéis rígidos, de forma a não

³⁴ É o registro do engodo, da identificação, na relação intersubjetiva, é a projeção imaginária de um sobre a tela simples em que o outro se transforma.(CHEMAMA, 1993, p.104).

³⁵ O gozo está relacionado a uma forma de satisfação inconsciente do sujeito, organizado pela repetição, diferente do prazer, porque escapa ao recalque. Quando há gozo, não há palavras, há atuação. Podemos relacioná-lo à pulsão de morte; assim como podemos relacionar o prazer à pulsão de vida. (NASIO, 1992).

deixar aparecer a falta, e se proteger contra a angústia da castração. Precisa manter sua imagem, seu teatro. Para que isso seja possível, procura parceiros que ocupem o lugar do fracasso, da falta, e o neurótico cai bem nesse lugar. Quem pensa que o perverso determina sua ação pelo seu desejo, que ele trabalha para satisfazer seus próprios desejos, se engana. O perverso tem pavor do desejo porque este o colocaria diante da falta e ele é escravo do desejo da mãe, daquela posição fálica inicial edipiana. O perverso se dedica a tampar o furo no Outro; portanto, ele não o despreza; o que ele imagina é poder assegurar o gozo do Outro.

No seminário *A relação de objeto* (1956/57), Lacan argumenta que os objetos-fetichismo são construções que organizam ou articulam a vivência da castração. Demonstra a função do véu ou cortina, que esconde e designa. Esconde a falta materna, ao mesmo tempo em que a necessidade do véu aponta a falta, num jogo de ilusão. Teremos diferentes conseqüências na sexualidade, se o sujeito estiver diante do véu ou atrás dele. Nos casos de exibicionismo e travestismo, o véu funciona como proteção, o sujeito está identificado com a posição feminina fálica. No fetichismo, o sujeito se identifica com aquilo que falta à mãe, o falo. É importante notar que o perverso precisa de testemunha, presença, olhar. Esse terceiro convidado a ser cúmplice na cena perversa nada mais é que a mãe, aquela a quem ele está preso, tentando ser o falo dela; por isso precisa do testemunho de que ele consegue driblar a lei:

Mas, se o olhar da mãe tem tanta importância para o perverso, é porque esse olhar é igualmente aquele que soube ver algo além da ilusão que seu filho propôs, é porque é também aquele que tem uma referência do lado do pai, aquele que portanto não está inteiramente perdido, aquele através do qual se encontra uma relação com a lei, aquele que interessa seduzir porque está suficientemente ancorado numa base familiar e social para que o desafio de se desligar dele, de pervertê-lo ... conserve todo seu valor. Isso se prolonga no interesse sempre mostrado dos perversos pelos personagens bem instalados na ordem social e que até a sustentam. (CLAVREUL, 1967, p.133)

Seguindo os passos da ampliação do âmbito sexual para a posição subjetiva, podemos compreender o perverso preso a esse lugar de sustentação do falo desafiando a Lei, o que abre as portas para a transgressão, o desafio à lei, para a postura perversa, desafiadora, provocadora, de quem se comporta como detentor do falo. Como nos ensina Pommier (1987), o fetiche pode ser um chicote ou o poder; os perversos podem se exibir de diferentes formas e a palavra pode ser seu falo.

Para ilustrar essa discussão sobre perversão e posição subjetiva, apresento-lhes um caso bastante peculiar de um preso com quem realizei algumas entrevistas e tive contato semanal durante quase toda a minha pesquisa. Trata-se de um caso de perversão que ilustra os aspectos discutidos sobre a posição subjetiva do perverso e sua relação com o outro. É comum, quando imaginamos um perverso, pensarmos nas diferentes configurações no âmbito sexual. Vamos à narrativa de Pedrinho.

Pedro e o lobo³⁶

Logo que cheguei ao presídio me apresentaram *Pedrinho - O matador*. Diversos funcionários, ao saberem de minha pesquisa, me perguntavam se já tinha visto Pedrinho. Era como uma vitrine; todos faziam referência ao fato de ele ter sido transferido para lá. Havia fascínio nos comentários a respeito das façanhas de Pedrinho.

Não demonstrei interesse em entrevistá-lo, o que gerou estranheza. Eu não tinha interesse em falar com presos que tivessem cometido crimes que chamassem muito a

³⁶ Em referência a fábula: Pedro e o Lobo, escrita em 1936, por Sergei Prokofiev. Trata-se de uma fábula musical para o público infantil, usada na educação musical de crianças soviéticas. Os personagens são representados por instrumentos. Conta a história de Pedro (quarteto de cordas), neto de um caçador, e seus amigos: um pássaro (flauta), uma pata (oboé) e um gato (clarineta) que enfrentam o lobo (trompete) e conseguem vencê-lo, antes da chegada dos caçadores (percussão).

atenção, porque embora apareçam em reportagens e jornais, são exceções no sistema prisional. Os presos comuns cometem roubos, furtos, latrocínios, homicídios, tráfico, não assassinatos múltiplos e em série. Também me preocupava dar atenção a esse tipo de preso porque, por causa dele, se justifica um tratamento cruel ao restante da população prisional. Na cadeia, eu queria contato com presos comuns, que não recebessem destaque na mídia, homens comuns, crimes comuns e, portanto, não dei atenção ao Pedrinho.

Passei os primeiros meses atendendo em diversos locais da penitenciária, até conseguir uma das salas da escola, graças à diretora do setor de educação. Lá realizei atendimentos até o final de minha pesquisa, pois havia sempre uma sala disponível, garantindo um pouco de privacidade (já que, na prisão, temos salas sem portas e, quando existem, ficam sempre abertas, sob a vigilância dos agentes de segurança).

Na escola, fui apresentada novamente ao Pedrinho, que era o zelador do lugar. A partir desse momento, passei a encontrá-lo toda semana. No início, ele ia me buscar, no prédio da Administração, em companhia de um funcionário; reclamava que o funcionário atrasava; arrumava a sala onde eu ia atender e cuidava da fila de presos para atendimento. Depois de alguns meses, percebi que ele queria falar comigo. Sempre estava por perto. Estava *cuidando da porta*, para que os presos não interrompessem os atendimentos e, pouco a pouco, foi se aproximando mais, de tal forma que não era possível ter um mínimo de privacidade. Resolvi chamá-lo para explicar que ele estava atrapalhava e, que era preciso manter mais distância. Aproveitei para perguntar se queria falar comigo, porque era visível que tentava se aproximar. Ele me disse que *faria o favor de me ajudar com minha pesquisa*, embora achasse que *eu não fizesse minha*

pesquisa direito, porque não usava gravador, que nem os outros, os jornalistas.

Expliquei que essa não era minha intenção, mesmo sabendo que não me ouviria.

Pedrinho não estava acostumado a ser preterido; ali, era o centro das atenções dos visitantes, presos e funcionários. Resolvi entrevistá-lo porque achei que essa era a melhor forma de ele se afastar, como de fato ocorreu. Não tinha a intenção de usar essas entrevistas, mas mantive o mesmo procedimento que adotava com os outros presos: expliquei minha pesquisa, fiz anotações, pedi que assinasse termo de consentimento para uso das informações na pesquisa, fiz perguntas sobre sua história de vida, sobre seus crimes e sua pena. Fiz questão de tratá-lo como aos outros; obviamente, ele não gostou disso.

Diversas vezes tive que impor limites para suas opiniões, indicações e comentários sobre os presos que atendia. Havia conflitos entre ele e alguns presos. Pedrinho tentou influenciar meus atendimentos, em função de seus desafetos e intrigas. Lidar com o Pedrinho fazia parte de uma série de cuidados com as relações institucionais, considerando que esse preso tinha um lugar diferenciado junto aos funcionários, tinha poder para impedir algum atendimento, e para criar obstáculos e confusões. É bom ressaltar que, diversas vezes, ele ajudou a localizar presos (com mais eficiência que os próprios funcionários), organizou a fila de espera (embora ele não aprovasse o fato de minha sessão não ter uma duração previamente determinada, o que o deixava sem condição de controlar a atenção que eu daria a cada preso), limpou a sala para atendimento, enfim, também teve comportamentos que facilitaram meu cotidiano na prisão. Os conflitos apareciam quando eu não aceitava interferência nos atendimentos.

Durante todo o período em que tive contato com Pedrinho, ele fez questão de demarcar sua posição de poder e de mostrar-se autorizado não só pelos agentes de

segurança, que confiavam que ele tinha controle sobre os presos, como também pelos presos, que tinham verdadeiro temor dele, por toda sua fama de matador de criminosos durante sua vida prisional. Foi um contato imposto pelas circunstâncias, pois a ele cabia zelar pelo funcionamento das atividades da escola. Era preciso muito cuidado porque ele fazia jogos e intrigas, com funcionários e com presos. Diversas vezes vieram me contar comentários pejorativos que ele fazia com relação à minha pesquisa ou aos meus atendimentos. O clima se tornou suportável porque suas provocações não tinham eco, já que eu só me dispunha a ouvir e nunca a fazer comentários a respeito dele ou da prisão, nem a ele, nem a qualquer pessoa dentro da instituição. E também porque o próprio trabalho, aos poucos, foi se sustentando por si mesmo e só interrompi os atendimentos porque o presídio foi desativado e os presos transferidos para presídios diferentes e muito distantes entre si.

Atrás de sua atitude solícita e prestativa, era comum ele boicotar o trabalho. Era comum um atendimento se efetivar, após as entrevistas iniciais, rotina que Pedro já conhecia, e ele interferir, ou comentando comigo alguma indisciplina ou comportamento *inadequado* do preso que, às vezes, nem tinha aparecido nos atendimentos (como se isso fosse a prova do fracasso do meu trabalho), ou comentando com o preso que falar comigo não adiantaria nada, não o ajudaria em nada, que era perda de tempo, ou ainda avisando os presos que naquele dia não haveria atendimento por alguma questão institucional (isso gerava verdadeira confusão porque, no presídio, não temos contato diretamente com todos os presos, e até conseguir avisá-los de que eu estava lá, ocorriam atrasos e alguns presos ficavam sem atendimento).

As entrevistas sobre sua história ficaram registradas, quase esquecidas, porque, na verdade, é impossível esquecer algumas histórias. Algumas coisas que escutamos são

difíceis de serem suportadas; a história de Pedrinho é uma delas. Resolvi apresentá-la, para que o leitor possa compará-la com os outros dados coletados e discutidos na tese.

Pedro, o caçador?

Pedrinho nasceu por volta de 1950, numa cidade pequena. Na época da entrevista, tinha 47 anos e aguardava, ansiosamente pela sua liberdade, porque já estava preso há quase 30 anos, tempo máximo de condenação em nossa legislação. Seu primeiro crime foi matar o chefe do pai, na cidade onde nasceu. O pai era vigia de uma creche e foi acusado de furtar merenda escolar. Segundo Pedrinho, o outro vigia era o autor do furto. Pedrinho diz ter ficado indignado com a situação de o pai perder o emprego e com toda a humilhação que envolveu a situação. Conta que planejou, com detalhes, como faria para matar o vigia. Comentou sobre isso com os pais e apanhou por ter falado em vingança. Por isso, fugiu de casa e foi morar sozinho, no meio da mata. Seu avô era um caçador e havia lhe ensinado a sobreviver no mato, à *espreita* (sic). Sabia *caçar e se esconder, coisas fundamentais para a sobrevivência*. Conta diversas façanhas de seu avô, durante as caçadas que realizavam juntos.

Nesse momento da entrevista, lembrei-me de um musical que havia escutado na infância: Pedro e o lobo. Essa lembrança ficou presente durante as entrevistas e atravessa minha escuta.
--

A partir da *injustiça* que o pai sofreu, Pedro decidiu matar não só o responsável pelo furto, como também quem demitiu o pai, o prefeito da cidade. Tinha 13 anos. Foi buscar uma arma do avô e se escondeu na mata. Chegou a construir um abrigo, passou várias semanas escondido. Conhecia bem a rotina do prefeito, assim como a do vigia da creche em que seu pai trabalhou. Um dia, foi até a casa do prefeito e ficou à espera dele, para matá-lo. Quando ele chegou em casa, atirou muitas vezes e foi embora. Escondeu-se na mata, novamente, e lá ficou cerca de 15 dias. Resolveu esperar o vigia lá na creche, para uma *conversa sobre o mal que ele havia feito ao pai dele*, e o matou com *muitos tiros*. Fugiu para o mato, novamente, e esperou alguns meses. Pediu carona para um amigo e foi para um outro Estado, onde moravam algumas pessoas da família. Não teve mais contato com os pais, na época, embora a sugestão de fugir para outra cidade tivesse partido de sua família.

Resolveu morar nessa cidade porque não podia voltar para casa; estava sendo procurado pela polícia. Lá arrumou uma namorada, que era traficante e começou a trabalhar com ela. Gostou da vida nova. Matou *vários namoradinhos dela, que estavam com ciúmes dele*, e várias outras *pessoas que não se comportavam direito, já que nesse negócio das drogas tem muito malandro*. Viveu com essa moça até a polícia matá-la. Essa moça morreu em seus braços, com um tiro dado pela polícia. Planejou a morte das pessoas envolvidas no assassinato de sua namorada e conseguiu matar algumas.

Ele conta, com detalhes, sucessivos embates com a polícia e com *bandidos*, suas fugas e diversos assassinatos. Conta que seu dinheiro vem do tráfico, que juntou bastante e até comprou uma casa para a família.

Foi preso quando saiu de sua chácara e foi até um bar, que também era dele. Não sabe o que ocorreu; entende que foi uma cilada, uma armadilha, mas já estava

desconfiado de que isso poderia acontecer. Havia se escondido diversas vezes, não ficava mais em casa, não sabe quem *o traiu*, porque ninguém sabia que ele voltaria ao bar naquela noite, e que ele estava foragido. Havia uma moça, com quem estava envolvido, que tinha pedido para ele ficar num determinado lugar, mas ele desconfiou dela e fugiu no meio da noite. Houve tiroteio, ele levou uns seis tiros e não foi morto *porque o tenente R. não quis matá-lo*, diz ter ouvido conversa dele com outro policial de *que não era para matá-lo porque ele ajudou a polícia a eliminar um monte de gente que não presta*. Foi preso antes de completar dezoito anos e ficou *seqüestrado pela polícia* (sic) até completar a maioridade. É assim que gosta de ser visto, como matador de *gente que não presta*.

Conta que a maioria de seus crimes foram cometidos dentro da cadeia, que não podia falar muitas coisas pra mim, sobre o que é realmente a cadeia, mas que tudo sairia no livro que está escrevendo junto com uma jornalista, desde o período que estava em um presídio de segurança máxima.

Não gosta dos presos, *mas tem que agüentar firme*, porque combinou que não ia matar ninguém, numa reunião com o juiz e com o diretor da penitenciária, antes de ser transferido. Diz estar suportando tudo porque *é um homem de palavra*; se não der para segurar, vai pedir transferência, já que deu sua palavra que não ia matar ninguém, e até agora não o fez, embora *tenha vontade*. Acredita que muitos *presos não prestam, não valem nada*, porque são desonestos e prejudicam uns aos outros. Todas as vezes que matou um preso foi para *fazer justiça*.

Termina as entrevistas contando que matou o pai e comeu o coração dele. *Pergunta-me se sei como se faz para cortar e acertar exatamente o coração de uma pessoa*. Conta, com muitos detalhes, como se faz para cortar o corpo e pegar o coração

de uma pessoa. O pai havia matado a mãe; houve algumas brigas entre o pai e a família da mãe. O pai esteve preso num determinado lugar e quando ele foi responder a um processo, na mesma cidade, ficou preso no mesmo lugar e armou um jeito de chegar até a cela onde estava o pai. Considera que o pai sabia que merecia essa morte, porque nem sequer falou uma palavra quando viu que ele ia matá-lo. Morreu em silêncio, consentindo com o assassinato.

Soube, por acaso, que houve um jornalista que pesquisou os processos de Pedrinho e contou em sua reportagem que seu pai foi assassinado por outra pessoa. Por acreditar que o lugar do analista não é o do investigador policial, nunca li nenhum dos processos dos presos que atendi, nem mesmo os do Pedrinho. O que relatei aqui é o discurso dele sobre o assassinato de seu pai.

Pedro, o lobo

Volto a dizer que algumas coisas são difíceis de serem ouvidas. É preciso sustentar o lugar de analista e não cair na tendência neurótica complementar ao jogo perverso. Não entrei em detalhes sobre os assassinatos, nem sobre o planejamento deles, por me recusar a entrar em seu jogo de me fazer cúmplice de seus atos, de sua cena montada para que o outro seja expectador de seu gozo. Essa manipulação que o perverso faz para que se fique como cúmplice de sua cena, precisa ser evitada. Queiroz (2004) defende que o discurso perverso se constitui de *verleugnung* no ato da fala e que este mecanismo também aparece na transferência, no jogo de olhar, na cena que o perverso monta para colocar o analista como o terceiro, como testemunha.

Pedro resolve seus conflitos com o outro, eliminando o outro. Ele decide quem merece, ou não, viver, de acordo com seu julgamento; faz justiça com as próprias mãos; portanto, é a lei, posição subjetiva que aponta para a perversão como estrutura. É possível notar sua atitude cotidiana de desafio às leis do presídio, sua posição de estar acima delas e de poder decidir o que, quando e como fazer. A postura das pessoas ao redor dele era de subordinação e temor. Sua posição fálica era sustentada por todos da instituição. Era ele quem decidia se a escola ia ficar aberta no dia, ou não, já que ele exercia influência sobre as pessoas que tomavam tal decisão determinando o que poderia ser feito lá, onde e de que maneira. Vi, inclusive, professores e funcionários darem satisfações sobre o que faziam ou deixavam de fazer, a todo momento. Havia um pacto entre os funcionários e o Pedrinho; havia respeito como se o Pedrinho fosse merecedor disso, já que ele era um matador; não um matador qualquer, mas de criminosos, o que exercia fascínio sobre os agentes de segurança. Havia uma certa admiração porque ele fazia o que todos queriam fazer e não podiam, não estavam autorizados a isso (é comum o agente de segurança ter sobre o preso um discurso permeado pela vingança). Podemos ver o jogo entre a atuação do perverso e a mobilização da fantasia complementar do neurótico.

Pedro teve, em seu avô, um modelo identificatório³⁷; ele pensa e fala como caçador. Descreve armadilhas e ciladas, mas Pedro não é só um caçador, como seu avô. Segundo Serge André (1993), o perverso encarna o pai da horda; nele vemos aquele que pode ter acesso a todas as mulheres e que proíbe os filhos de acender a tal lugar. O pai da horda funciona no regime de exceção, não é castrado; o perverso é identificado com esse pai da horda.

³⁷ Conceito fundamental na psicanálise para compreender a constituição do sujeito. É um processo inconsciente, pelo qual o sujeito assimila características ou traços das pessoas com quem se relaciona. Envolve uma alienação de si.

Ele ficou petrificado, preso como o lobo nos enredamentos subjetivos. Caiu na armadilha. Identificado com o caçador, pensando e agindo como caçador, matou outros homens, ultrapassou limites e de certo modo, morreu também, sendo ele mesmo sua presa principal. Pedro, o lobo.

Pedro age como quem pode tudo, olha para todos desta forma e estabelece esse tipo de relação cotidiana, tira satisfação de tudo que não sai exatamente da forma que ele planejou, exerce controle sobre tudo e fica muito irritado quando não é obedecido.

Certa vez, ele colocou um espelho numa sala da escola, de forma que quem sentasse ali podia ser observado por quem estivesse em um determinado lugar, no corredor. Era curioso porque essa sala era destinada ao coordenador da escola e o espelho não permitia ao coordenador ver o corredor, o que poderia ser, de alguma forma, justificável numa instituição de vigilância, como a prisão. Entretanto, ocorreu o contrário, o coordenador era vigiado pelo espelho. Não sei qual foi a justificativa para tal aparato ser instalado ali; sei apenas que isso aconteceu em meio à organização de uma sala com espelhos, para um curso de cabeleireiro, que foi oferecido aos presos, e tal detalhe poderia passar sem chamar muito a atenção de ninguém. Num determinado dia, chego à escola e Pedrinho comunica que precisaria passar a atender ali, já que a sala que eu usava passou a ser usada para cursos destinados aos presos. Quando percebi o espelho, mudei a disposição das cadeiras e da mesa da sala, de modo que não ficava mais sob controle do espelho. Imediatamente, ele quis saber porque eu havia mexido na sala, que tinha sido *especialmente arrumada* por ele. Disse que preferia desta forma e mantive essa posição até o fim dos atendimentos. Obviamente, passei por alguns constrangimentos decorrentes da irritação do Pedrinho à minha *insubordinação*.

Também pude perceber, em alguns momentos, que Pedrinho era abalado por alguma coisa; foram pequenas brechas, rapidamente escondidas. A primeira vez que isso ocorreu, ele visivelmente ficou com raiva de mim, eu não poderia ter visto o que vi, a cena não havia sido montada com isso. Claro que depois destes pequenos abalos, Pedro retornava ao lugar fálico, com atos que comprovavam sua força e seu poder inabalável.

É preciso ter muito cuidado na discussão sobre este caso. Pedro levanta uma questão importante para o sistema penal; ninguém tem dúvidas de que Pedro voltará a matar, se assim o quiser, mas ele já cumpriu a pena máxima de nosso sistema penal. Ele mostra a falha do sistema. O perverso faz isso, interroga a lei, leva-a a seu extremo; mas isso não deve servir de argumento para o aumento da penalização em geral, para instauração da pena de morte, ou de uma política de prisão perpétua, porque, na prisão, não encontrei outros perversos como Pedrinho, que matassem por prazer (em menção à tatuagem que Pedrinho tem no braço). É verdade que encontrei perversos que se destacam pela liderança e pelos jogos de poder com que se envolvem, mas esse não foi o perfil de presos que encontrei durante minha pesquisa. Paulo e Severino³⁸ representam o universo de presos com muito mais veracidade do que Pedrinho.

A partir de minha experiência profissional, tanto na Coordenação do Programa de Penas Alternativas à Prisão, na supervisão de estágios desenvolvidos em unidades da FEBEM, quanto nos atendimentos aos presos numa penitenciária de São Paulo, torna-se evidente que a grande maioria dos *criminosos* não é perversa. O que é observável é a perversão social; por isso, entendo que a relação construída entre crime e perversão merece uma mudança de foco. Entendo a *verleugnung* como um desmentido da

³⁸ Apresentados em outros capítulos desta tese.

castração que aparece no âmbito social. Vivemos socialmente um desmentido em dois aspectos complementares: um falso contrato social, que não se efetiva; e uma lógica consumista, que promete o impossível, a felicidade ou a satisfação de nossas frustrações por meio de objetos de consumo.

Podemos constatar um desmentido da castração na lógica consumista, por meio da ilusão de preenchimento da falta constitutiva da subjetividade com objetos fálicos, geralmente passíveis de consumo, aos quais os presos (de uma forma que lhes é peculiar) tentam ascender. Isso pode ser verificado na completude incentivada pelas propagandas na mídia; cada produto é associado a algum desejo ou frustração e, a partir disso, vivemos o engodo de que, ao adquirir um produto, vem junto com ele algo da satisfação dos nossos desejos. Essa promessa oculta nunca se cumpre, o que leva o consumidor a buscar a satisfação de suas frustrações com uma nova compra.

O contrato social também se configura como um engodo de que nós formamos um todo, onde cada sócio participa, cedendo um pouco, em nome do bem comum, onde cada um abre mão da satisfação pulsional e, assim, participa da sociedade, da construção de um coletivo. Isso não seria um desmentido? Agamben (2003) defende que o fundamento de nossa sociedade, hoje, não é o contrato social, mas o regime de exceção, inaugurado nos campos de concentração do nazismo.

O Direito, ao aplicar a pena, o faz segundo o princípio de que um delito atinge um terceiro; nunca é algo que envolve somente as partes atingidas; o delito atinge o tecido social e por isso é regulamentada a intervenção do Estado. Para Foucault (1973), a partir do século XVII, a infração passa a ser compreendida como um dano, não só a uma outra pessoa, mas ao poder e à lei. Esse é o fundamento do Direito Penal: o crime é entendido pelos juristas como uma doença no tecido social. O que está presente é a idéia de um

conflito não dual, de uma sociedade envolvida no conflito, sociedade essa que deve ser preservada para o bem comum. Essa é a lógica da punição, sustentada pelo judiciário.

O desmentido do contrato social

Nos primórdios da civilização, tínhamos o caos, o regime da força, não havia regras, o chefe da horda detinha o acesso a todas as mulheres e expulsava os rivais. Certo dia, os filhos expulsos retornaram decididos a matar e devorar o chefe da horda e assim o fizeram. Os irmãos conseguiram matar o chefe da horda porque o fizeram unidos, em grupo; após o assassinato, devoraram o pai, antes tão temido. A refeição lhes proporcionou incorporar os elementos que davam força ao pai e, ao mesmo tempo, fez surgir o sentimento de culpa, fruto da afeição que sentiam por ele. No começo, um crime, ato fundador da cultura, propiciando a interdição. O ódio transformou os filhos submissos em irmãos; irmãos na cumplicidade e na culpa pelo assassinato. Freud (1913)³⁹ afirma que o grupo nasce do crime cometido pelos irmãos, que só se tornam *irmãos*, quando o pai é morto. Foi o assassinato que fez com que o chefe da horda fosse chamado de pai. Não existe um pai real, mas um pai simbólico, um ser mítico. A partir desse momento é que a função paterna pode ser reconhecida. Sem essa referência, nenhuma cultura é concebível.

Saímos de um mundo estabelecido por relações de força para um mundo de relações de aliança e a lei é encarnada pelo pai morto. Na base de todo tabu, está a renúncia em satisfazer algum desejo; a lei só proíbe aquilo que de alguma forma queremos fazer. “(...) A civilização vive do assassinato e da repressão do assassinato, do

³⁹ A compreensão acerca de Totem e Tabu é de que se trata de um mito sobre a horda primitiva.

desejo insatisfeito e da vontade de transgressão das normas” (ENRIQUEZ, 1983, p.46). A civilização se constrói num ato coletivo, sob as ruínas da liberdade individual. Em nome da civilização, o homem precisa abrir mão de parte de seus desejos, ou melhor, em nome da sua própria sobrevivência, pois esta só será possível no coletivo.

Em *O Mal Estar na Civilização*, 1929, Freud se debruça sobre as contradições da vida social, das renúncias que precisam ser feitas. Sustenta que a destrutividade no homem precisa ser *controlada*, para que exista o grupo. Esse texto trata das vicissitudes da vida humana: a felicidade e o sofrimento. “(...) A vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós; proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis” (1929, p.93). O sentido da vida reside na busca da felicidade, “por um lado, visa a uma ausência de sofrimento e de desprazer; por outro, à experiência de intensos sentimentos de prazer” (1929, p.94). O sofrimento que ameaça o homem vem do mundo externo, do seu próprio corpo e das relações com os outros homens, sendo essa última a mais penosa. E, para suportar o sofrimento, o homem pode usar derivativos poderosos (como a ciência), satisfações substitutivas (como a arte) e substâncias tóxicas (que alteram as sensações orgânicas). O homem precisa abrir mão de parte dos seus impulsos e desejos para viver em sociedade e essa *negociação* não é tranqüila, perde parte de sua felicidade pela segurança derivada do controle da destrutividade, sendo essa a maior barreira à civilização.

No pensamento freudiano, encontramos a idéia de que há um pacto que sustenta o sujeito, a sociedade e os vínculos entre eles. A idéia de pacto social foi anteriormente defendida por Rousseau (1757), como contrato social, quando o homem encontra obstáculos à sua conservação; a única saída possível é a soma de forças, a agregação. Para que o contrato social dê certo, é preciso que nos *alienemos* na sociedade, sem

reservas, formando a pessoa pública, pela união de todas as outras, em prol da cidade. Cidade constituída por todos reunidos num só corpo, sendo que, ao ofender um dos membros, todos se sentirão atingidos: “O dever e o interesse obrigam as duas partes contratadas a mutuamente se coadjuvarem, e os mesmos homens devem esmerar-se em obter todas as vantagens que dessa dupla relação dependem” (1757, p. 33). Rousseau defende que o Estado represente os interesses de seus membros: “Ora, sendo o soberano só formado pelos particulares que o compõe, não tem, nem pode ter interesses contrários aos deles; conseqüentemente, o poder soberano não tem precisão alguma de garantia para com os súditos, porque é impossível querer o corpo prejudicar todos os seus membros, e adiante se verá que não se pode prejudicar algum em particular” (1757, p. 33-34).

O alicerce de todo sistema social reside no pacto, pois nele os homens podem ser dessemelhantes na força ou no engenho, que se tornarão iguais por convenção e por direito, numa igualdade moral e legítima. Rousseau afirma que, nos maus governos, a igualdade é ilusória e serve para manter o pobre na miséria e o rico em sua usurpação. “(...) As leis são sempre úteis aos que possuem (bens) e danosas aos que nada têm” (1757, p.37) .

O Estado tem papel ordenador da sociedade e da subjetividade; pode ocupar esse lugar como agente da Lei⁴⁰ ou como o chefe da horda, que faz a sua lei própria, sem subordinação a nenhuma outra Lei, o que tornaria o Estado violento e não ordenador. A relação entre o direito e a Lei merece atenção; o pai que está na origem da sociedade pode ocupar seu lugar simbólico, de Lei ou, como um retorno ao recalcado, virar déspota, tal qual o chefe da horda. Enriquez nos alerta que o Estado pode assumir,

⁴⁰Aqui temos uma diferenciação interessante a ser feita, sobre as leis e a Lei. As leis são entendidas como normas jurídicas que regulam as relações entre os homens. A Lei é a instância simbólica, oriunda do fim do Édipo, que insere o sujeito no circuito do desejo e da cultura.

também, a violência da horda, que ganhará a roupagem da lei, da norma e das regulações: “Estes Estados civilizados, com instituições reconhecidas e aceitas, transformam-se em Estados Policiais, prontos a se declararem em ‘estado de guerra’ contra os compatriotas, a desempenhar o papel de polícia no mundo quando são ameaçados seus interesses vitais. (...) A partir desse momento, a luta é sem fronteira: a guerra total exprime seu poder e sua lei.” (1983, p. 360). Sabemos que isso é possível, basta nos lembrarmos do nazismo. Podemos pensar também na posição assumida pelos Estados Unidos da América na *guerra contra o terrorismo*.

Hélio Pellegrino, em seu texto *Pacto Edípico e Pacto Social* (1983), reflete sobre as conseqüências da quebra do pacto social e nos ajuda a entender os efeitos da violência social na subjetividade dos que vivem à margem de um sistema desigual e injusto. Ele parte da concepção freudiana de Complexo de Édipo para discutir o pacto social na atualidade. O Édipo é compreendido como o final de um processo, difícil e doloroso, de separação do bebê de sua mãe, compreendendo que a criança, ao elaborar essa separação, se submete à proibição do incesto e é incluída na Lei da cultura.

Complexo de Édipo e complexo de castração estão articulados na teoria freudiana: a suposta constatação de que algumas pessoas podem perder o pênis leva a criança a internalizar a proibição ao incesto, identificando-se com os pais e seus valores, entrando no mundo da Cultura. É o temor à castração que, num primeiro momento, marca a relação do ser humano com a Lei; porém, se inicialmente a Lei deve ser temida para ser respeitada, também é verdadeiro que a Lei não se sustentará só pelo temor: “(...) É o amor materno que funda a possibilidade, para a criança, de vencer a angústia de separação, tornando-se um ser-outro com respeito à mãe. O amor da mãe, já

modelado pela cultura, prepara o advento do terceiro, do pai, cuja entrada em cena, através da tríade, ajuda a criança a construir sua própria liberdade e autonomia” (1983).

O que se impede no Édipo é o acesso sexual aos pais e, a partir disso, são abertas outras possibilidades; o desejo cria suas cadeias substitutivas. O pai interditor é também o pai possibilitador, porque impede o incesto, incluindo seu filho na cultura e no circuito social; torna possível o nascimento de um sujeito: “A Lei existe, não para humilhar e degradar o desejo, mas para estruturá-lo, integrando-o no circuito de intercâmbio social. A estrutura edípica representa a gramática elementar do desejo, a partir de cujas regras vai ser possível a articulação do discurso desejante (...) O Édipo é a Lei do desejo. A Lei do desejo pode – e deve – corresponder a um desejo de Lei” (1983).

No entanto, a renúncia existe em nome de alguma coisa que a pessoa vai ganhar e que lhe oferece sustentação. O pacto edípico é uma aliança, é uma via de mão dupla: a criança recebe uma ordenação simbólica, que lhe dá ferramentas para constituir-se sujeito, e respeita as regras e interditos sociais, contribuindo para a manutenção da cultura a que pertence. Quando ela cresce, soma-se ao pacto edípico, o pacto social e com este assumimos o pertencimento à cultura e o ordenamento social.

O pacto edípico sustenta o pacto social e este, por sua vez, confirma o primeiro. O pacto social se sustenta através de direitos e deveres. A sociedade se mantém por meio do respeito a esses pactos, edípico e social. O pacto social só pode atingir apenas o âmbito dos deveres das pessoas. Quando a sociedade desrespeita o pacto social, a ruptura pode ocorrer e pode provocar impulsos delinqüenciais, predatórios, parricidas, homicidas e incestuosos. Assistimos a uma verdadeira volta do recaiado. Tudo aquilo que ficou reprimido – ou suprimido – em nome do pacto com o pai vem à tona, sob forma de conduta delinqüente social. Nas palavras de Pellegrino:

O surto de delinqüência que, no momento, cresce nas grandes cidades, de maneira assustadora, é uma resposta perversa à delinqüência mais do que perversa – porque institucionalizada – do capitalismo selvagem brasileiro. A criminalidade do povo pobre é – pelo menos – uma resposta desesperada, e se faz fora da lei – contra a lei. Pior que ela é a delinqüência institucionalizada dos ricos, dos banqueiros, dos que lucram 500 por cento ao ano, dos que locupletam com a especulação desenfreada, dos que entregam a soberania nacional à voracidade da finança internacional. (1983)

O crime é entendido como uma resposta ao social, que não cumpre sua promessa e nos deixa submersos numa mensagem dúbia: somos todos iguais e temos direitos à vida, educação, saúde, trabalho, cidadania, pertença social. Não somos tão iguais assim; alguns conseguem ter seus direitos preservados, outros ficam à margem deles. A diferença reside no econômico. Vivemos sob um desmentido: existe o pacto social, que não se efetiva, dada a lógica da exclusão e da exceção.

Mauss (apud LACAN, 1950) afirma que o crime tem um simbolismo, num mundo onde as estruturas sociais são reais, quando estas deveriam ocupar um lugar simbólico para que o ato pudesse ser real. O crime aponta a ruptura na rede de agregações sociais. Ele funciona com sutura, possibilitando ao sujeito acesso a algum tipo de reconhecimento, de pertença, geralmente negados pela nossa sociedade, em seus processos de exclusão. Calligaris defende que, quando os laços sociais são reais, os atos são simbólicos. O problema para o autor está na filiação porque os laços sociais deveriam outorgar um lugar ao sujeito, dar-lhe sustentação como filho e cidadão. Se os laços são pouco consistentes, os atos têm o papel de inscrever o sujeito, garantindo-lhe um lugar simbólico, o que gera um impasse: “pois o marginal, procurando encontrar quem possa reconhecer, em seu ato, valor simbólico, só pode acabar encontrando a mesma lei que – por parecer sustentada numa violência real – já fracassou em fazer dele sujeito” (1991, p.114-115). O ato criminoso pretende ser simbólico porque é com ele

que o sujeito tenta fazer um nome que não lhe foi dado, e é com ele que o sujeito encontra a lei, mesmo que seja na forma de sanção. O que remete a uma outra discussão sobre que pai ele encontra na pena de prisão, o pai cruel, da horda ou o pai simbólico.

A penalização em nossa sociedade se aproxima mais de uma lógica vingativa do que de uma reordenação simbólica. Se a pena tiver uma referência simbólica, ela poderá convocar o sujeito a responder pelos seus atos; mas, se a pena for regida pelo pai cruel, da horda, ela pode alienar o sujeito⁴¹.

O ato delinqüente pode ser compreendido de uma outra maneira, com uma certa esperança, se ouvirmos que há um pedido de reconhecimento, uma busca de um lugar social, do pai simbólico decorrente de uma fragilidade na filiação, já que o pacto social não sustenta o pacto edípico. Percebemos isso no discurso de alguns presos que deixam rastros em tudo que fazem como se pedissem para serem pegos em flagrante, lembro de um preso que gostava muito de roubar carros e desafiar a polícia, procurando por postos policiais para passar em frente, com o carro roubado.

Para Calligaris (1986), a violência é real porque a perversão se dá no laço social; há uma montagem perversa. A base de seu pensamento nos remete ao nazismo, na idéia de que este foi realizado por homens comuns, soldados que não odiavam os judeus, mas que atuaram burocraticamente, zelosamente, obedecendo, sem questionamentos, a uma engrenagem cruel.

Hannah Arendt (1951) descreve o julgamento do Eichmann, mostrando que não se tratava do julgamento de um monstro, mas de um homem comum, cuja principal característica era a *ausência de pensamento e crítica*, um burocrata. Uma pessoa comum, sem a perversidade que gostaríamos de encontrar entre os assassinos do

⁴¹ Ver Sequeira (2000).

nazismo. A autora aponta para a banalização do mal, que se efetiva por meio de uma engrenagem muito maior, dos planos nazistas e da extrema dedicação com que muitos trabalharam para a *solução final*. A engrenagem nazista consegue, inclusive, o apoio de Conselhos Judaicos, que colaboraram com o extermínio de seu próprio povo; utiliza um planejamento com etapas previamente definidas: desde uma suposta terra só para judeus (aliás, sonho de muitos judeus), a concentração deles num mesmo local, um plano inexecutável de enviá-los para uma ilha, até o extermínio se efetivar.

O mal não está tão longe de nós e pode ser executado por qualquer um, sem que seja condição, a perversidade ou qualquer psicopatia. O sucesso do nazismo recaiu sobre o exército de homens comuns, que contribuíram para que planos maquiavélicos fossem realizados, passo a passo, peça a peça. Eichmann não aparentava perversão, nem qualquer prazer com cenas de assassinato, não gostava de ver sangue. Trabalhou zelosamente pelos ideais nazistas como milhares de soldados cumpriram ordens e disseminaram esse horror. A banalização do mal é uma engrenagem, uma máquina, na qual homens comuns participaram da solidificação de um ideal cruel e injusto, simplesmente pelo cumprimento de ordens, em nome da lei.

Calligaris (1990) defende que o nazismo e seus participantes (não estruturalmente perversos) são exemplos do triunfo da técnica, da instrumentalidade, na medida em que os homens reduzem sua subjetividade à instrumentalidade, numa alienação de si, numa paixão em ser instrumento do gozo do Outro. O gozo estaria em fazer parte daquele grupo dos que gozam sem limites, podem tudo. O neurótico pode trabalhar zelosamente, colocando a máquina para funcionar, na espera de algum reconhecimento, alguma migalha do gozo do Outro. A paixão pela instrumentalidade é ordinária na vida social e pode levar à *alienação* do sujeito; seu gozo pode estar marcado pela participação, numa

engrenagem perversa. O neurótico pode entrar nesse jogo, se estiver inserido num processo de alienação de si mesmo e se aceitar seguir sua fantasia de um gozo sem limites.

Agamben assegura que o paradigma da atualidade é o nazismo e que a atualidade é regida pelo estado de exceção, espaço da vida nua, situado à margem do ordenamento jurídico, que faz coincidir no espaço político, a lógica de exclusão e inclusão. Os campos de concentração são o parâmetro, a passagem da medida provisória, de exceção para uma técnica de governo:

(...) o projeto democrático-capitalista de eliminar classes pobres, hoje em dia, através do desenvolvimento, não somente reproduz em seu próprio interior o povo dos excluídos, mas transforma em vida nua todas as populações do terceiro mundo. Somente uma política que saberá fazer as contas com a cisão biopolítica fundamental no Ocidente poderá refrear esta oscilação e por fim à guerra civil que divide os povos e as cidades da terra. (1995, p.186)

A lei é uma ordenação para salvar os homens, com força e razão; sem isso, a lei perde a força de obrigação. O estado de exceção é um espaço anômico, o que está em jogo é uma força de lei sem lei, barrada, anulada. “Estar fora e, ao mesmo tempo, pertencer: tal é a estrutura topológica do estado de exceção e apenas porque o soberano que decide sobre o que é exceção é, na realidade, logicamente definido por ela em seu ser, é que ele pode também ser definido pelo oximoro êxtase-pertencimento” (AGAMBEN, 2003, p. 57).

A distinção entre os que se incluem na ordem legal e o Homo Sacer não acontece apenas na distinção entre grupos de pessoas, mas entre duas formas superpostas, “(...) perante a Lei, somos tratados como cidadãos, sujeitos legais, enquanto no plano obscuro supereu complementar dessa lei incondicional vazia, somos tratados como Homo Sacer” (ZIZEK, 2002, p.47). A perversão social ocorre nesse desmentido, duas mensagens

superpostas sob o véu do contrato social ou seu representante, o Estado. Somos cidadãos e homo sacer, fazemos parte e somos excluídos; hoje, os exemplos giram em torno da África e do Terceiro Mundo. Hoje, um grupo, amanhã outro, dependendo dos interesses do Estado; o nazismo já nos ensinou isso.

Consumo e imperativo do gozo

De forma complementar ao pacto social que inclui e exclui, temos o desmentido da castração, pelo imperativo do gozo, promessa do mundo atual, oriunda do capitalismo. Esses dois aspectos são complementares porque o imperativo do gozo leva a um laço perverso⁴². A sociedade capitalista coloca a mercadoria como fetiche, que tampona a falta, leva à ilusão de completude, de satisfação imediata, essa posição fetichista é uma negação do subordinamento à lei simbólica, o que compromete o pacto social.

Complexo da castração é o complexo de não-castração do Outro. O Outro que não é castrado, goza sem limites e pode me subjugar. A onipotência do *self made man*, na atualidade, pode ser pensada como identificação a esse Outro não castrado, sem limites para o gozo. Frente à angústia da castração, o sujeito pode se colocar como objeto do gozo do Outro, construindo, assim, uma montagem perversa.

O sujeito, na atualidade, está *desenraizado*, acredita ser livre, sem prestar contas a ninguém, deve gozar tudo que puder, sendo esse gozo permeado pelo consumismo, fenômeno relacionado ao fim das tradições. Na sociedade tradicional, são os costumes e

⁴² Ver Peixoto Filho (1999) que sistematizou a produção psicanalítica sobre perversões, do sexual ao social.

valores que dão respostas ao sujeito sobre quem ele é na ordem das coisas, já que ser alguém é se inscrever numa filiação e, a partir daí, ocupar um lugar social. Em sociedades tradicionais, as estruturas simbólicas determinavam os destinos dos sujeitos, laços de parentesco, lugares dentro da família e decidiam que vida o sujeito levaria (ARENDET, 1954).

O projeto ético-social denominado sociedade do consumo nasce a partir dos meios de comunicação de massa que se tornam objetos de consumo pelas mensagens do discurso publicitário. Baudrillard demonstra que o consumo é regido pela lógica de significação. A lógica do consumo é mais complexa do que vender produtos. Trata-se de fazer qualquer coisa para transformar a mercadoria em objetos de consumo. Qualquer bem, para ser consumido, deve se transformar em signo, com um conjunto de simbolizações que estão associadas a determinado objeto. Estamos no mundo midiático, envoltos em prateleiras de supermercado, que vendem subjetividade, pois são os objetos de consumo que dizem quem somos, que nos dão identidade. O verdadeiro objeto de consumo não são produtos, mas a própria subjetividade que virou mercadoria. Como ensina Foucault, o poder assume uma forma de controle sutil pela disciplina e normatização.

Lacan alerta que o mal-estar da atualidade é representado pelo discurso capitalista, que põe o sujeito em relação com o objeto- fugaz e isso estimula a ilusão de completude. A sociedade capitalista se nutre pela fabricação da ilusão de gozo, produz sujeitos insaciáveis em sua demanda de consumo, o sujeito *falta-a-ser* vira o sujeito *falta-a-ser rico* (QUINET, 1999).

O discurso capitalista sobrepõe o mercado à sociedade. Para ele, não existe a sociedade, mas só o mercado, cujas leis são reguladas por interesses do capital. Trata-se

de um discurso sem Lei, que nega a castração, prega o imperativo do gozo, produz objetos que visam o tamponamento da falta. Esse modo de laço social cria a ilusão de que a satisfação se dá com objetos, degradando as relações. As relações sociais não estão mais centradas nos laços com os outros homens, mas em bens recheados de valores simbólicos, exatamente onde faltam estruturas sociais simbólicas.

A sociedade atual é feita a partir da relação com objetos que nos dão identidade e uma satisfação fugaz. A relação dos homens se dá com os objetos e com o que eles representam e não com outros homens, o que fragiliza os laços sociais. Cria-se uma dimensão imaginária de um gozo sem dívidas e sem limites. O consumidor contemporâneo representa a si mesmo como filho do presente, sem história, sem lei. Direitos fundamentais dos Homens como moradia, educação, alimentação, saúde viram bens de consumo, quebrando uma aliança social para transformar tudo em objetos que devem ser consumidos a partir do capital individual, cuja responsabilidade está sob cada um e não mais sob uma ordenação do estado.

Os imperativos do momento são: Seja feliz! Realize-se! Seja você mesmo! Goze! Tanto o delito quanto a droga podem entrar nesse circuito, de completar a falta, de gozo pelo ato, de sustentação do falo imaginário. Nesse sentido perverso, é um sistema que prega completude, nega o Outro e a castração, além de se solidificar pela lógica da exclusão e não pelo contrato social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O criminoso - nosso duplo

Este trabalho questionou saberes instituídos sobre o crime e a prisão. Na prisão encontramos vidas em situação de abandono, sob a guarda da lei. O lugar social reservado ao criminoso, é melhor compreendido pela lógica da exclusão-exceção. A culpabilização da família, por problemas que seus membros apresentem, assinala a falta de reflexão sobre a violência de uma sociedade que não oferece filiação simbólica, nem pertencimento aos seus. A perversão no âmbito individual, em nada elucida o crime, já que os ditos *criminosos* não são, em sua maioria, estruturalmente perversos. Perversa é a sociedade que não cumpre o contrato social. Este trabalho trilhou o caminho oposto à psicopatologia do crime, porque ela sustenta uma lógica segregatória com a qual não quero compartilhar, por isso a importância de propiciar ao leitor a oportunidade de conhecer histórias de vida, narradas pelos presos, mais amplas que seus delitos. Homens, em sua totalidade, não apenas reduzidos ao delito cometido, justamente porque um homem é maior que seus atos.

Nesse sentido, é interessante fazer algumas considerações metodológicas. Quem trabalha com a população prisional costuma reclamar do discurso dos presos, de seu *falso arrependimento*, de suas justificativas estereotipadas para o crime. As reações dos

profissionais da área são de irritação, alguns afirmam que os presos são cínicos, devido a esses aspectos de seu discurso. O *discurso do regenerado*, rapidamente aprendido pelo preso, é uma resposta ao discurso moralista do técnico, outrora justificado pelo papel de avaliador do preso para a progressão de regime penal. Os profissionais desta área costumam valorizar um discurso de *crítica* ao delito, esperam ouvir dos presos que eles se sentem culpados, sofrem ao lembrar das vítimas e, principalmente, que o castigo propiciou reflexão e eles vão mudar de vida. Ora, o discurso do regenerado é fruto do trabalho do *técnico*, que busca conscientizar o preso da gravidade de seu comportamento. Por isso, devemos refletir sobre a relação que se estabelece com o preso. Eticamente, a posição deve ser de respeito à alteridade. “(...) uma escuta silenciosa, que não priorize o ato criminoso, produz um efeito discursivo no sujeito delinqüente, que é diferente daquele que se costuma encontrar (...) silenciar diante do discurso de um delinqüente é uma tarefa árdua para o neurótico, pois não atribuindo ao crime o lugar central, o delinqüente denuncia a fragilidade do laço social no qual o neurótico se sustenta.” (RODRIGUES, 1996, p.71-75). A experiência analítica permite ao sujeito defrontar-se com suas questões, com seu desejo e seu gozo; paradoxalmente ele pode ser mais livre por ser conhecedor de suas motivações internas. Enxergar o semelhante que nele existe nos auxiliar nesta empreitada

Na história do sistema penal, encontramos marcas nítidas de segregação e preconceito. Percebemos uma concepção sobre o criminoso como alguém a ser corrigido, que deveria passar por suplícios e castigos corporais, e com aperfeiçoamento da pena, os castigos deveriam alcançar a alma. Quem deveria ser segregado? Aquele que não seguisse a ordem vigente, as vítimas eram sempre vagabundos, ociosos, ladrões, desobedientes, opositores ao sistema e principalmente, os pobres. Constatei que a prisão

tem um alvo, e não é o criminoso, é a população pobre, mas não é isto que a população em geral imagina:

Quando vemos uma prisão com suas muralhas altas vigiadas por guardas armados, quando avistamos as celas com suas janelas gradeadas a ferro, onde às vezes aparecem as mãos do prisioneiro, é quase impossível deixar de pensar que alguma coisa de absolutamente terrível deve estar guardada por meios tão drásticos (...) Talvez por isso muitos imaginem que as prisões estão repletas de assassinos perversos e de estupradores mortais. No entanto, mesmo nas prisões brasileiras, os culpados de homicídio são 10 ou no máximo 20 por cento. Os de estupro não são mais que dois em cada cem. Não que isso seja insignificante, mas, convenhamos, é muito menos do que somos levados a imaginar: 78% dos encarcerados não estão lá por práticas horrorosas sistemáticas... (ROCHA, 1994, p.55)⁴³

Esta tese foi construída de forma a permitir que o leitor adentre a prisão. Ultrapasse os muros e tenha acesso ao *criminoso*. O preconceito é uma barreira mais sólida que os largos muros feitos de concreto da prisão. É meu desejo que este trabalho contribua para quebrar o preconceito, para desconstruir a imagem do criminoso veiculada na mídia. Sabemos que uma das facetas do preconceito é justamente reduzir a pessoa à característica a ser discriminada. A pessoa em sua totalidade deixa de ser considerada e é reduzida ao conteúdo que deve ser rejeitado. Uma barreira é formada e nos impede de ver a pessoa que está ali, o que ocorreu com ela, com a vida dela e com a sociedade em que ela está inserida.

O olhar dirigido ao *criminoso* é de fora para dentro, como se olha o diferente, o estranho, o estrangeiro. Estranho pode ser esquisito, misterioso, enigmático, excêntrico, assustador, inquietante, que desperta sensação incômoda de estranheza. Para Freud (1919), *Unheimlich*⁴⁴, é o des-conhecido; algo secretamente familiar que se submete ao recalque e retorna, sob a fachada do estranho, do duplo, daquilo que rejeitamos, porque

⁴³ De acordo com os dados do Censo Penitenciário do Estado de São Paulo, roubo e furto juntos respondem por 78,8% de todos os delitos praticados. Homicídios estão em torno de 14%. Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

⁴⁴ Geralmente traduzido por estranho, sinistro. Hanns (1996).

não queremos reconhecê-lo em nós mesmos. “O que era entranha torna-se estranho, e se perde para sempre” (CESAROTTO, 1996, p.116). O *criminoso* é isso: Um duplo. Nele enxergamos a violência que existe no homem. O crime é um ato do homem no exercício de sua humanidade. O criminoso não é simplesmente um monstro. Para entendermos o crime na sociedade é preciso ter a coragem de nos olharmos no espelho e assumirmos a violência inerente ao humano, sem que isto sirva de justificativa para atos de violência e aniquilamento do outro (MARIN, 2002). Este trabalho nos auxilia a enxergar o semelhante que nele existe.

Por fim, aqui retomei a idéia defendida por Lacan (1950) de que nem o crime, nem o criminoso são objetos passíveis de serem compreendidos fora de uma referência sociológica. A violência também tem uma face social. É impossível apreender um crime sem referenciá-lo a um simbolismo, seja pessoal, social ou entre ambos. O delito está para o sujeito no lugar onde faltam palavras, o delito cumpre o papel de dizer algo, no âmbito individual e social. Ele não é só uma busca por gratificações imediatas, mas é também um pedido de reconhecimento, uma tentativa de incluir-se na Lei.

Devemos disponibilizar nossa escuta deste fenômeno em suas diferentes facetas. Ir do ato à palavra pode ser interessante para o sujeito, porque lhe permite sair da atuação e elaborar seus conteúdos e sua história. Se pensarmos em políticas públicas, o inverso pode ser aplicado, ir da palavra à ação é imprescindível para sairmos da falácia sobre a igualdade entre os homens e podermos lutar contra a lógica de exclusão-exceção a que estamos submetidos.

BIBLIOGRAFIA

Referência Bibliográfica

AGAMBEN, Giorgio. (1995) *Homo sacer – o poder soberano e a vida nua I*. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2002.

_____.(1995) *Homo sacer – le pouvoir souverain et l avie nue*. Tradução Marilène Raiola. Paris: Ed. Seuil, 1997.

_____. A zona morta de lei. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mais, 16/03/2003.

_____. (2003) *Estado de exceção*. Tradução Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.Coleção Estádio de Sítio.

_____.*État d´exception. Homo sacer, II, 1*. Tradução Joel Gayraud. Paris: Ed. Seuil, 2003.

ANDRÉ, Serge. (1993) *A impostura perversa*. Tradução Vera ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ARENDT, Hannah (1951) *Eichmann em Jerusalém*. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. (1958) *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Univ., 1987.

_____. (1954) *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ARIÈS, Philippe. (1973) A Família. In_____. *Historia social da criança e da família*. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.

- BAUDRILLARD, Jean. (1968) *O sistema de objetos*. Tradução Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. (1972) *Para uma crítica da economia política do signo*. Tradução Aníbal Alves. Portugal: Lisboa Ed, 1981.
- _____. *A sociedade de consumo*. Tradução: Artur Morão. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. (1998) *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: PINHEIRO, Paulo Sergio. (org.). *Brasil – um Século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.14-37.
- CALLIGARIS, Contardo. *Perversão – um laço social*. Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.
- _____. A sedução totalitária. In ARAGÃO, Luiz Tarlei. *Clínica do Social*. São Paulo: Escuta, 1990, p.105-118.
- _____. *Hello Brasil*. São Paulo: Ed. Escuta, 1991.
- CANDIDO, Antonio. The Brazilian Family (mimeo, s/d)
- CESAROTTO, Oscar. *No olho do Outro*. São Paulo: Iluminuras, 1996.
- CHEMAMA, Roland (1993) *Dicionário de Psicanálise*. Tradução Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- CLAVREUL, Jean. (org) (1967) *Desejo e a perversão*. Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1990.
- COIMBRA, CECILIA. *Guardiães da ordem – uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995.
- CROCHIK, José Leon. *Preconceito, Indivíduo e Cultura*. 2^a ed. São Paulo: Robe, 1997.
- DEL PRIORI, Mary. *Historia das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto e UNESP, 1997.
- DÖR, Joel. (1985) *Introdução à leitura de Lacan*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- _____. (1987) *Estrutura e perversões*. Tradução Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. (1862) *Memórias da casa dos mortos*. Tradução Fernanda Pinto Rodrigues. Portugal: Publicações Europa- América, s/d.

- ENRIQUEZ, Eugène. (1983) *Da horda do Estado: psicanálise do vínculo social*. Tradução Teresa Cristina Carreteiro e Jacyara Nasciutti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres no sertão nordestino. In: DEL PRIORI Mary (org) *Historia das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed Contexto e UNESP, 1997, p. 241-277.
- FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres em Minas Gerais. In: DEL PRIORI Mary (org) *Historia das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed Contexto e UNESP, 1997, p. 141-188.
- FOUCAULT, Michel. (1973) *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Ed., 1996.
- _____. (1975) *Vigiar e punir* Tradução Ligia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.
- FREUD, Sigmund (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud - ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. VII, 1995.
- _____. (1908) Sobre as teorias sexuais das crianças. *ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. IX, 1995.
- _____. (1909) Análise de uma fobia de um menino de cinco anos. *ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. X, 1995.
- _____. (1913) Totem e tabu. *ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. XIII, 1995.
- _____. (1919) O Estranho. *ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. XVII, 1995.
- _____. (1927) Fetichismo. *ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. XXI, 1995.
- _____. (1929) O mal-estar na civilização. *ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. XXI, 1995.
- GIRARD, René. (1972) *A violência e o sagrado*. Tradução Marta Conceição Gambini. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- GOFFMAN, Erving. (1961) *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- HANNS, Luiz. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- HERETIER, Françoise. *Masculin féminin la pensee de la difference*. Paris: Odile Jacob, 1996.
- _____. *De la violence II*. Paris: Éditions Odole Jacob, 1999.
- KOLTAI, Caterina. *Política e Psicanálise – O Estrangeiro*. São Paulo: Ed. Escuta, 2000.
- LACAN, Jacques. (1950) *Escritos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. (1956-1957) *A relação de objeto*. Tradução Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- LASCH, Christopher. (1977) *Refúgio num Mundo sem Coração*. Tradução Ítalo Tronca e Lucia Szmerecsanyi. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Le regard éloigné*. Paris: Plon, 1984.
- MARIN, Isabel da Silva Kahn. *Violências*. São Paulo: Ed. Escuta - FAPESP, 2002.
- MELO NETO, João Cabral. Morte e Vida Severina. In *Poemas Escolhidos*. Lisboa: Ed. Portugalia, 1963.
- MORIN, Edgar. (1990) *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução Dulce Matos. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- _____. Conferência de julho/97: Por uma reforma do pensamento. In: *Margem - Revisitando o Brasil*. PUC - São Paulo, n.6, p. 175-183, 1997.
- _____. (1998) *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Tradução Flavia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- NASIO, Juan-David. (1992) *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- NOVAES, Fernando A. (org.) *Historia da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. *Metamorfoses entre o sexual e o social: uma leitura da teoria psicanalítica sobre perversão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- PELLEGRINO, Hélio. Pacto edípico e pacto social: da gramática do desejo à sem-vergonhice brasílica. *Folha de S. Paulo, Folhetim*, setembro de 1983, (texto mimeo).

PERROT, Michelle. [et al] (1987) *Historia da vida privada. Volume 4 – Da revolução francesa à primeira guerra*. Tradução Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *O nó e o ninho*. Tradução Paulo Neves. In: *Reflexões para o futuro – edição Veja 25 anos*. São Paulo: Ed Abril, 1993, p 75-81.

POMMIER, Gerard. (1987) *A ordem sexual – perversão, desejo e gozo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

PROKOFIEV, Sergei. (1936) *Pedro e o Lobo*. Tradutor Josef Palecek São Paulo: Martins Fontes, 2000.

QUEIROZ, Edileine Freire. *A clínica da perversão*. São Paulo: Escuta, 2004.

QUINET, Antonio. (1999) A ciência psiquiátrica nos discursos da contemporaneidade. <http://www.geocities.com/HotSprings/Villa/3170/AntonioQuinet3.htm>. Disponível em 21/07/2005.

ROCHA, Luis Carlos da. *A prisão dos pobres*. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar. Instituto de Psicologia. USP - São Paulo, 1994.

RODRIGUES, Marieta Luce Madeira. Observações sobre o discurso delinqüente. In: *Revista da APPOA - Psicanálise em tempos de violência*. Porto Alegre, n. 12, p. 71 – 75, 1996.

ROUDINESCO, Elisabeth. (2002) *A família em desordem*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ROUSSEAU, Jean Jacques. (1757) *Do contrato social*. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (*da Colônia à atualidade*). In: *Revista do Instituto de Psicologia da USP - Família*. Vol.13, n.2, p 27-48, 2002.

SCHMITT, Carl. *O conceito de político*. Tradução Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 1992.

SECRETARIA da ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. www.admpenitenciaria.sp.gov.br. Disponível em 20/08/2005.

SENNET, Richard. (1974) *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução Ligia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEQUEIRA, Vania Conselheiro. *Penas alternativas à prisão: um estudo sobre os efeitos da prestação de serviços à comunidade*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUC - São Paulo, 2000.

SOIBET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: DEL PRIORI Mary (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed Contexto e UNESP, 1997, p 362-399.

TODOROV, Tzvetan. (2000) *Memória do mal, tentação do bem*. Tradução Joana Angélica D'Ávila Melo. São Paulo: Arx, 2002.

VALAS, Patrick. *Freud e a perversão*. Tradução Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

ZIZEK, Slavoj. (2002) *Bem-vindo ao deserto do real*. Tradução Paulo César Castanheira. Coleção Estádio de Sítio. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

ZYGOURIS, Radmila. *Ah! As belas lições*. Tradução: Caterina Koltai. São Paulo: Ed Escuta, 1995.

Bibliografia Consultada

ALTOÉ, Sonia (org). *Sujeito do Direito, Sujeito de Desejo: Direito e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 1999.

AMORIN, Carlos. *CV-PCC: a irmandade do crime*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ARAGÃO, Luiz Tarlei de. [et alii] *Clínica do social*. São Paulo: Escuta, 1991.

ASSOUN, Paul-Laurent (dir) *La règle sociale et son au-delà inconscient: I psychanalyse et pratiques sociales*. Paris: Anthropos, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. (1995) *Modernidade e ambivalência*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. (1997) *O mal estar na pós modernidade*. Tradução Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1999) *Em busca da política*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BARROS, Fernanda Otoni. (coord) *Tô fora: o adolescente fora da lei – o retorno da segregação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

- BIRMAN, Joel. *Mal estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BLEICHMAR, Hugo. (1984) *Introdução ao estudo das perversões teoria do Édipo em Freud e Lacan*. Tradução Emilia de Oliveira Diehl. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- BULLETIN PSYCHANALYTIQUE DE L'ACF- DIJON. *La Loi et les lois*. Association Cause Freudienne- Dijon, n. 3, décembre, 1994.
- CAFFÉ, Mara. *Psicanálise e Direito*. São Paulo: Quartier Latin, 2003.
- CAMUS, Albert. (1957) *O Estrangeiro*. Tradução Valerie Rumjanek. 19ª tiragem. São Paulo: Ed Record, 1999.
- CARVALHO, Edgard de Assis. *Polifônicas idéias: Antropologia e Universalidade*. São Paulo: Ed. Imaginário, 1997.
- _____. [et alii] *Ética solidariedade e complexidade*. São Paulo: Palas Athena, 1998.
- _____. *Enigmas da Cultura*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- CASOY, Ilana. *Serial killer: louco ou cruel?* 2ª ed. São Paulo: WVC Editora, 2002.
- COSTA JUNIOR, Paulo José da. *O incrível Meneguetti*. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2001.
- COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986.
- CYRULNIK, Boris. (1993) *Os alimentos do afeto*. Tradução Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Um merveilleux malher*. Paris: Editions Odile Jacob, 1999.
- _____. *Le murmure des fantômes*. Paris: Editions Odile Jacob, 2003
- DÖR, Joel. (1989) *O pai e sua função em psicanálise*. Tradução Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. (1864) *Memórias do subsolo*. Tradução Boris Schnaiderman. 3ª ed. São Paulo: Ed 34, 2000.
- _____. (1865) *O Sócia*. Tradução Vivaldo Coaracy. In. *Obras completas e ilustradas de F.M. Dostoiévski*. Vol IX. O ladrão honrado (várias histórias). Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- _____. (1866) *Crime e Castigo*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Ed 34, 2000.

- _____. (1880) *Irmãos Karamazov*. Tradução Natalia Nunes e Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- FERRAZ, Flavio Carvalho. *Saúde Mental, Crime e Justiça*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- FLEIG, Mario. (org) *Psicanálise e sintoma social II*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1998.
- FONSECA, Mario. *Cartografia das resistências: Uma análise antropológica do pavilhão oito da Casa de Detenção de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC- São Paulo, 2002.
- FOUCAULT, Michel. (1973) *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. (1994a) *Ditos e escritos IV: Estratégias, poder e saber / Michel Foucault*;
- MOTTA, Manoel Barros da (org). Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. (1994b) *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- _____. (2001) *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FREUD, Sigmund (1901) Fragmentos da análise de um caso de histeria. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud - ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. VII, 1995.
- _____. (1908) Moral Sexual civilizada e doença nervosa moderna. *ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. IX, 1995.
- _____. (1910) Leonardo da Vinci e uma lembrança encobridora da sua infância. *ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. XI, 1995.
- _____. (1919a) Uma criança é espancada - uma contribuição ao estudo das origens das perversões sexuais. *ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. XVII, 1995.
- _____. (1919b) Introdução a psicanálise e as neuroses de guerra. *ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. XVII, 1995.
- _____. (1933) Por que a guerra? *ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, vol. XXII, 1995.

- _____. Obras Completas. *ESB*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Imago, 1995.
- GENET, Jean. (1949) *Diário de um ladrão*. Tradução Jaqueline Laurence e Roberto Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Rio gráfica, 1986.
- GOLDENBERG, Ricardo. (org.) *Goza! : capitalismo, globalização e psicanálise*. Salvador: Ágalma, 1997.
- JOCENIR. *Diário de um detento: o livro*. São Paulo: Labortexto editorial, 2001.
- JULIEN, Philippe. *Psicose, perversão, neurose – a leitura de Jacques Lacan*. Tradução Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.
- HUERRE, Patrice. (1996) *A adolescência como herança – de uma geração a outra*. Tradução Maria Celeste Marcondes. São Paulo: Papirus, 1998.
- LACAN, Jacques. (1932) *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*. Tradução Aluisio Menezes, Marco Antonio Coutinho Jorge, Potiguar Mendes da Silveira Junior. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1987.
- _____. (1959-1960) *A ética em Psicanálise*. Tradução Antonio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- _____. (1975-1976) *Joyce – O sintoma*. Coimbra. Escher S A, 1986. (versão mimeo)
- _____. (2001) *Outros escritos / Jacques Lacan*. Tradução Vera Ribeiro. Revisão: Angelina Harari e Marcus André Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- LA TAILLI, Yves de. *Vergonha: a ferida moral*. São Paulo: Ed Vozes, 2002.
- LEBERT, Norbert & Stephan. (2000) *Tu carregas meu nome – a herança dos filhos de nazistas notórios*. Tradução de Kristina Michahelles. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2004.
- LEBRUN, Jean-Pierre. *Les désarrois nouveaux du sujet: prolongements théorico-cliniques au Monde sans limite*. Toulouse: Érès, 2001.
- LECLAIRE, Serge. *Edipe à Vincennes. Seminaire 69*. Paris: Ed. Fayard, 1999.
- LEVISKY, David Léo. (org) *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo / Hebraica, 2001.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1926) *Crime and custom in savage society*. London: Routledge e Kegan Paul, LTD, 1961.
- MARIN, Isabel da Silva Kahn. *Febem, família e identidade – o lugar do outro*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Escuta, 1999.

- MARIOTTI, Humberto. *As paixões do Ego: Complexidade, política e solidariedade*. São Paulo: Palas Athena, 2000.
- MELMAN, Charles. *Observações sobre a delinqüência. Alcoolismo, delinqüência e toxicomania*. Tradução: Rosane Pereira. São Paulo: Ed. Escuta, 1992.
- MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOURA, Arthur Hyppólito de. *As pulsões*. São Paulo: Ed. Escuta - EDUC, 1995.
- MORIN, Edgar. (1969) *X da questão: o sujeito à flor da pele*. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- _____. (1981) *Para sair do século XX*. Tradução: Vera Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- _____. (1986) *O método 3: a consciência da consciência*. Tradução: Juremir Machado da Silva. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- _____. (1990) *Ciência com Consciência*. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória - Ed revista e modificada pelo autor. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. (1991) *O método 4: as idéias*. Tradução: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2001.
- _____. & Le Moigne, Jean-Louis. (1999) *A inteligência da Complexidade*. Tradução Nurimar Maria Falci. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- _____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. Revisão técnica: Edgard de Assis Carvalho. 2ª ed. São Paulo: Cortez - Brasília: UNESCO, 2000.
- _____. (2001) *O método 5: a humanidade da humanidade*. Tradução Juremir Machado da Silva. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- MUSSAK, Eugênio [et alii] *Letras da liberdade*. São Paulo: Madras Ed, 2000.
- NENINHO do Obaluê. *Beco Sem saída; Eu vivi no Carandiru*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos tempos, 1999.
- PIETÁ, Elói e PEREIRA, Justino. *Pavilhão 9: o massacre do Carandiru*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1993.
- RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do Crime*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

- RAMOS, Hosmany. *Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- RAWLS, John. (1971) *Uma teoria da justiça*. Tradução Armiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- RIVOYRE, Frédéric de. [et alii] *Psychanalyse et malaise social; désir du lien?* Toulouse: Ed. Érès, 2001.
- ROCHA, Luis Carlos da. *Vidas presas: uma tentativa de compreender a tragédia da criminalidade junto às suas personagens oprimidas*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. USP – São Paulo, 1984.
- ROCHEGONDE, Thierry de. La criauté du collectif. *Revue Internationale de Psychanalyse*, n. 06. Toulouse: Ed. Érès, 1997.
- RODRIGUES, Humberto. *Vidas do Carandiru*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- SHINE, Sidney Kiyoshi. *Psicopatia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- SILVA, Antonio Franco Ribeiro. (org) *Culpa: Aspectos psicanalíticos, culturais e religiosos*. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- SILVA, Roberto da. *Os filhos do governo*. São Paulo: Ed Ática, 1997.
- SOUZA, Edson André de. (org) *Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1999.
- SOUZA, Percival de. *A prisão: Histórias dos homens que vivem no maior presídio do mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- TODOROV, Tzvetan. (1994) *Em face do extremo*. Tradução Egon de Oliveira Rangel e Enid Abreu Dobránszky. Campinas / São Paulo: Papirus, 1995.
- VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VASCONCELOS, Eduardo M. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ZAFIROPOULOS, Markos. *Lacan et les sciences sociales*. Paris: PUF, 2001.
- ZENI, Bruno. *Sobrevivente André du rap, do Massacre do Carandiru*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.
- ZYGOURIS, Radmila. *Pulsões de vida*. Tradução Caterina Koltai. São Paulo: Ed Escuta, 1999.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WHITE, Edmund. (1993) *Genet: uma biografia*. Tradução Alves Calado. Rio de Janeiro: Record, 2003.

WILDE, Oscar. (1905) *De profundis e outros escritos do cárcere*. Tradução Julia Tettamanzy e Maria Ângela Saldanha Vieira de Aguiar. Porto Alegre: L&PM, 1999.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.